



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Grace Bürger de Oliveira

**Estratégias e mecanismos de defesa no trabalho de docentes do ensino superior
brasileiro na perspectiva da psicodinâmica do trabalho**

Rio de Janeiro

2020

Grace Bürger de Oliveira

Estratégias e mecanismos de defesa no trabalho de docentes do ensino superior brasileiro na perspectiva da psicodinâmica do trabalho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença, Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lúcia Rotenberg

Rio de Janeiro

2020

Título do trabalho em inglês: Defense strategies and mechanisms in the work of Brazilian higher education teachers from the perspective of Psychodynamics of Word

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

O48e Oliveira, Grace Bürger de.
Estratégias e mecanismos de defesa no trabalho de docentes do ensino superior brasileiro na perspectiva da psicodinâmica do trabalho / Grace Bürger de Oliveira. -- 2020.
103 f.

Orientadora: Lúcia Rotenberg.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2020.

1. Docentes. 2. Universidades. 3. Estratégias. 4. Trabalho - psicologia. 5. Mecanismos de Defesa. 6. Saúde do Trabalhador. 7. Psicodinâmica do Trabalho. I. Título.

CDD – 23.ed. – 363.11

Grace Bürger de Oliveira

Estratégias e mecanismos de defesa no trabalho de docentes do ensino superior brasileiro na perspectiva da psicodinâmica do trabalho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença, Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Aprovada em: 30 de junho de 2020

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Mary Yale Neves
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Simone Santos Silva Oliveira
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública

Prof.^a Dra. Lúcia Rotenberg (Orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz – Instituto Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família que sempre esteve presente apoiando meus desejos e escolhas.

A minha orientadora Lúcia Rotenberg, pela atenção e paciência, o que me trouxe crescimento profissional e pessoal.

A Gizele Rocha, bibliotecária, pela atenção e suporte na busca dos estudos referentes à pesquisa.

A Joseane Pessanha, pelo auxílio na busca e seleção do material de estudo. Às professoras Simone Oliveira e Mary Neves por aceitarem o convite de participarem da banca, contribuindo com este trabalho, o que me traz enorme satisfação.

A Fundação Oswaldo Cruz pela oportunidade de estudar em uma Instituição de qualidade e por proporcionar todo um conhecimento e aprendizagem.

A Cristine Queiroz, chefe do Setor de Saúde do Serviço Social da Indústria (SESI) - Unidade Cinelândia, que me proporcionou condições de trabalho de realizar o Curso de Mestrado em Saúde Pública.

Agradeço a minha querida amiga Maria Cristina que tanto me apoiou, compartilhando momentos de alegrias e dificuldades, trazendo força e incentivo.

Aos amigos e amigas que estiveram mais próximos e aqueles mais distantes, trazendo palavras de conforto e incentivo durante o Curso de Mestrado.

Aos colegas de trabalho e do Curso, que me proporcionaram conhecer um pouco mais das suas atividades laborais e seus saberes, aspectos fundamentais na atuação de um profissional no campo da Saúde Pública.

Ao corpo docente, com o qual pude desfrutar e me encantar com ideias, práticas e conhecimentos.

Enfim a todos que estiveram presentes nessa caminhada!

RESUMO

Os estudos com docentes de Instituições de Ensino Superior apontam para o inevitável sofrimento no trabalho decorrente da distância entre a história, os desejos do professor e a organização do trabalho, como propõe a Psicodinâmica do Trabalho. Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica sobre as estratégias e mecanismos de defesa utilizados por docentes do ensino superior no Brasil, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. O estudo baseia-se na metodologia de revisão integrativa, tendo como ponto de partida a realização de busca nas bases de dados BVS regional (Biblioteca Virtual em Saúde), Oasis Ibict (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), por terem grande abrangência na América Latina e serem consideradas relevantes para o campo do estudo. A estratégia de busca foi construída através da combinação dos descritores indexados na base de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e palavras chaves. Os resultados baseiam-se (i) na caracterização do material bibliográfico quanto ao tipo de estudo (artigo, tese ou dissertação), área do conhecimento, modelo de instituição estudada (pública ou privada), grupo estudado, objetivos, procedimentos metodológicos e principais estratégias e mecanismos de defesa identificados pelos autores face às adversidades do trabalho e (ii) na síntese dos dados observados com vistas a compor um quadro explicativo das relações entre a organização do trabalho e os recursos de defesa mais utilizados pelos docentes universitários. As defesas que prevaleceram entre os docentes foram os mecanismos individuais de negação. O uso contínuo dos mecanismos de defesa individuais e a negação do sofrimento podem levar ao sofrimento e adoecimento, sendo identificada, na maioria dos estudos, uma tendência à alienação. Somente uma pesquisa abordou questões relacionadas ao gênero, o que entendemos ser fundamental, dadas as diferenciações entre os recursos defensivos utilizados por homens e mulheres diante das vivências de sofrimento que são influenciadas pelas relações de gênero. Na maioria dos estudos, o enfrentamento das situações que indicavam sofrimento e adoecimento, decorrentes da organização do trabalho foi escasso, o que aponta para a necessidade da promoção de espaços que propiciem o diálogo entre os docentes, favorecendo ambientes de trabalho mais saudáveis. São necessários novos estudos que dêem continuidade às investigações com professores de IES no Brasil, dando maior visibilidade aos processos de trabalho e às características da organização do trabalho que causam sofrimento. A maior compreensão da complexidade do processo de prazer- sofrimento entre os professores poderá viabilizar intervenções voltadas para a transformação da organização do trabalho de docentes universitários.

Palavras chave: Docente, universidade, estratégias de defesa, mecanismos de defesa, psicodinâmica do trabalho

ABSTRACT

Studies with professors from Higher Education Institutions point to the inevitable suffering at work due to the distance between history, the teacher's desires and the organization of work, as proposed by Psychodynamics of Work. This study aimed to analyze the scientific production on the defense strategies and mechanisms used by higher education teachers in Brazil, from the perspective of Psychodynamics of Work. The study is based on the integrative review methodology, having as a starting point the search in the *BVS Regional (Biblioteca Virtual em Saúde)*, Oasis Ibict (Brazilian Institute of Information in Science and Technology) and SciELO (Scientific Electronic) databases Library Online), as they have a wide coverage in Latin America and are considered relevant to the field of study. The search strategy was built by combining the descriptors indexed in the Health Sciences Descriptors (DeCS) base and keywords. The results are based on (i) the characterization of the bibliographic material regarding the type of study (article, thesis or dissertation), area of knowledge, model of institution studied (public or private), group studied, objectives, methodological procedures and main defense strategies and mechanisms identified by the authors in the face of the adversities of work and (ii) in the synthesis of the observed data in order to compose an explanatory table of the relations between the work organization and the defense resources most common among university professors. The defenses that prevailed among teachers were individual mechanisms of denial. The continued use of individual defense mechanisms and the denial of suffering can lead to suffering and illness, with a tendency towards alienation being identified in most studies. Only one survey addressed issues related to gender, which we believe to be fundamental, due to differences between the defense resources used by men and women, given the experiences of suffering are influenced by gender relations. In most studies, coping with situations that indicated suffering and illness, resulting from the organization of work was scarce, which points to the need to promote spaces that provide dialogue between teachers, favoring healthier work environments. Further studies are needed to continue investigations with higher education teachers in Brazil, giving greater visibility to work processes and the characteristics of work organization that cause suffering. Greater understanding of the complexity of the pleasure-suffering process among teachers may enable interventions aimed at transforming the work organization of university teachers.

Keywords: Teacher, university, defense strategies, defense mechanisms, Psychodynamics of Work

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Descrição dos estudos selecionados quanto à codificação, título, autores, periódico/Universidade, ano e tipo de publicação.....	44
Quadro 2 -	Descrição dos estudos selecionados quanto ao título, autor(es), codificação, modelo de instituição, grupo estudado, objetivos, procedimentos metodológicos e principais defesas identificadas pelos autores face às adversidades do trabalho.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
ACT	Análise Clínica do Trabalho
ADC	Análise dos Dispositivos Clínicos
AMCT	Análise da Mobilização do Coletivo de Trabalho
ANAMT	Associação Nacional de Medicina do Trabalho
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APDT	Análise Psicodinâmica do Trabalho
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CISMIT	Congresso Internacional sobre Saúde Mental
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EIPST	Escala de Indicadores de Prazer Sofrimento no Trabalho
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FO	Faculdade de Odontologia
IEA-USP	Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
IES	Instituto de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituição Privada de Ensino Superior
ITRA	Inventário sobre Trabalho e Risco de Adoecimento
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
OT	Organização do Trabalho

PDT	Psicodinâmica do Trabalho
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PST	Programa de Saúde do Trabalhador REUNI Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINTERPMA	Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Particular do Maranhão
TMC	Transtorno Mental Comportamental
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro Amazonas
UFAM	Universidade Federal do
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFET	Universidade Federal do Tocantins
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFScar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	13
3	ESTUDOS SOBRE AS RELAÇÕES TRABALHO-SAÚDE EM DOCENTES UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL.....	17
4	OBJETIVOS.....	22
4.1	OBJETIVO GERAL.....	22
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	22
5	REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
5.1	A SAÚDE DO TRABALHADOR COMO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA..	23
5.2	BREVE HISTÓRICO E PRINCIPAIS CONCEITOS DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO.....	25
5.3	O PRODUTIVISMO E O CAPITALISMO ACADÊMICO COMO SINAIS DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO NÍVEL SUPERIOR.....	34
6	METODOLOGIA.....	39
6.1	IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA PARA A ELABORAÇÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA.....	39
6.2	DEFINIÇÃO DAS BASES DE DADOS, ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE ESTUDOS E BUSCA BIBLIOGRÁFICA.....	40
6.3	DEFINIÇÃO DAS INFORMAÇÕES A SEREM EXTRAÍDAS DOS ESTUDOS SELECIONADOS/ CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS.....	41
6.4	AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NA REVISÃO INEGRATIVA	42
6.5	INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	42
6.6	SÍNTESE DO CONHECIMENTO.....	42
7	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	43
7.1	CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS.....	43

7.2	ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS E DOS MECANISMOS DE DEFESA DOS DOCENTES.....	68
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
	REFERÊNCIAS.....	92

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como proposta realizar uma revisão da produção científica dos estudos que têm como temática os recursos defensivos, denominados de estratégias de defesa coletivas e mecanismos de defesa individuais, utilizados pelos docentes de ensino superior no Brasil, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho.

Para isso, é importante compreendermos como se traduz atualmente o ensino superior no Brasil, a partir de um contexto sócio-histórico que possibilite uma visão mais abrangente dessa temática. Nessa perspectiva, Chauí (2003) refere que a Universidade pública tem sua origem como uma instituição social, fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e estruturada por regras, valores e atribuições, o que está relacionado à sua autonomia sendo diferenciada, por esta condição, de outras instituições sociais. A universidade expressa diversas opiniões, posições e projetos conflitantes que traduzem o funcionamento e as contradições da sociedade como um todo. Quanto à legitimidade da universidade moderna, ressalta-se a ideia de autonomia do saber em relação à religião e ao Estado, sendo identificada como uma instituição pública e laica. Chauí (2003) destaca, ainda, que após a Revolução Francesa e as revoluções sociais do século XX, a educação e a cultura têm uma função voltada para a cidadania, sendo consideradas direitos do cidadão.

Em função de políticas de cunho neoliberal que atualmente permeiam as instituições, incluindo as universidades (SGUISSARDI, 2000), podemos observar na academia, entre outros aspectos, o chamado produtivismo acadêmico ou apenas “produtivismo”, que está relacionado à quantidade de publicações dos pesquisadores, uma vez que os processos de avaliação de produção acadêmica são baseados no número de artigos publicados e não na qualidade dos mesmos (CHAUÍ, 2003), como será tratado adiante.

Essas transformações no ambiente acadêmico têm impacto direto na saúde mental dos docentes. O estudo desses impactos pode se beneficiar de uma compreensão mais abrangente a partir da Clínica da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), que traz o trabalho para o centro da discussão sobre a saúde mental (DEJOURS, 1992). A PDT analisa os recursos de defesa utilizados pelos trabalhadores diante das exigências da organização do trabalho (DEJOURS, 1992). No caso dos docentes de universidades, é fundamental investigar as características do trabalho que causam sofrimento e adoecimento e as estratégias coletivas de defesa e os mecanismos de defesa individuais utilizados por esses docentes, conceitos esses que serão desenvolvidos no item 3.2.

Este item introdutório busca apresentar aspectos do desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil, assim como alguns estudos sobre a saúde dos docentes universitários, considerando o contexto de trabalho no Brasil. A seguir, são apresentados os objetivos gerais e específicos (item 2). O Referencial Teórico (item 3) descreve os princípios do campo da saúde do trabalhador, apresenta os conceitos da Psicodinâmica do Trabalho que subsidiam o presente estudo e aborda os conceitos de produtivismo e capitalismo acadêmico, articulando-os com a intensificação do trabalho observada em todo o mundo. Seguem os itens relativos à Metodologia, os Resultados e as Considerações Finais.

2 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior no Brasil iniciou somente no século XIX, sendo considerado tardio, se comparado com o ensino latino-americano. As primeiras universidades na América-Latina foram criadas nos séculos XVI e XVII. Ao oposto da colonização espanhola na América Latina, os portugueses mostravam-se contrários à criação de escolas superiores e de universidades em sua colônia brasileira. Somente com a vinda da Família Real Portuguesa, no início do séc. XIX, foram criadas as primeiras faculdades, entre elas a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Faculdade de Cirurgia da Bahia- Salvador e as Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo (SOARES, 2002).

Apenas no século XX, foram criadas as primeiras Universidades brasileiras: a Universidade da Amazônia-Manaus, a Universidade Federal do Paraná-Curitiba e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOARES, 2002).

Em 1951, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq (atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com a função de coordenar o desenvolvimento científico e tecnológico do país e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior - CAPES – responsável pela formação de docentes e pesquisadores (SOARES, 2002).

Martins (2002) refere que o período de 1945 a 1968 se caracterizou pela luta do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público da área da Educação Superior. Tratava-se da defesa do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas, de cunho profissionalizante, sem vínculo com a investigação científica e na reivindicação da eliminação do setor privado.

Estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, em especial a da universidade, destacando o caráter elitista da universidade, caracterizado pelo atendimento mínimo da população, sobretudo das camadas mais privilegiadas (MARTINS, 2002).

Como princípio orientador Martins (2002) aponta as políticas de ensino superior nas décadas de 1970 e 1980, em que o poder público optou por manter, no âmbito federal e estadual, universidades públicas gratuitas, caracterizadas como instituições multifuncionais, que deveriam associar ensino, pesquisa e extensão, porém, com um número limitado de vagas.

No setor privado, por sua vez, predominavam as faculdades isoladas voltadas apenas ao ensino e oferecendo cursos de baixo custo, especialmente nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Assim, o Brasil consolidou seu sistema de ensino superior com dois segmentos bem definidos e distintos: um público e um privado, abarcando atualmente um sistema diversificado de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas (MARTINS, 2002).

Nesse aspecto houve uma expansão das Universidades Públicas no país, porém se

estabeleceu um crescimento desigual, se comparada com criação de Universidades Privadas (MARTINS, 2002). De acordo com o levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), existem 296 instituições públicas de ensino superior e 2.111 privadas no Brasil, ou seja, mais de 80% das instituições de ensino superior são privadas (INEP, 2017).

Nos anos 1990, o sistema de educação de ensino superior no Brasil, passou por reformas educacionais no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se caracterizaram pela abertura comercial, privatização e estabilização econômica, formando as bases das intervenções neoliberais. Essas intervenções tinham como ideia central o livre desenvolvimento do indivíduo, com pouca interferência do Estado nas questões de mercado de trabalho e na economia (LIMA, 2002). O Governo aprovou diversas medidas com o objetivo de desregulamentar a economia, flexibilizar a legislação do trabalho, privatizar empresas estatais, reduzir os gastos públicos e promover a abertura do mercado para a entrada de investimentos transnacionais (SILVA, 2003). Entre as intervenções neoliberais, se destaca a privatização de empresas geridas pelo Estado, que teve como proposta a sua redução, para o chamado Estado mínimo (ANDERSON, 1998).

A este respeito, Harvey (2007) observa que o discurso oficial desta época ressaltava a necessidade de se conceber a educação enquanto bem privado. No caso da educação superior, esta tendência se traduziu, notadamente a partir de 1980, por um processo de ampliação da sua subordinação aos interesses do mercado com a proliferação de instituições privadas em detrimento das públicas, de acordo com as orientações de organismos financeiros internacionais, em especial o Banco Mundial (HARVEY, 2007).

Como indica Siqueira, desde os anos 1980 a educação superior perdeu prioridade na política educacional do Banco Mundial, levando vários países a sofrer severos cortes e mudanças afinados com as diretrizes propostas por aquele Banco. Conforme Siqueira (2004), o Banco Mundial veio a financiar um grande número de projetos e estudos visando a reduzir os gastos com o ensino superior público e otimizar sua “eficiência interna”, isto é, “adotar práticas de gestão empresarial, ao mesmo tempo abrindo espaço para o crescimento do setor privado” (SIQUEIRA, 2004, p. 50).

Nessa perspectiva, a prática desenvolvida nas universidades nos mais diversos países, incluindo o Brasil, são as diretrizes da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial, que preconizam reformas nos serviços públicos com o objetivo de redução de custos, eficiência e produtividade (BERNARDO, 2014).

Destaca-se ainda, quanto às reformas educacionais, o fato de as Universidades passarem a operar como produto de mercado (LIMA, 2002). Como exemplo, pode-se citar a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, criada em 1998 pelo Governo FHC, que consistia em

um sistema de atribuição de pontos às atividades realizadas pelos professores, de acordo com o regime de trabalho e a sua titulação. Esse sistema de gratificação¹ se caracterizava por um mecanismo de avaliação de desempenho e produtividade para assegurar maior eficiência às Universidades (CEDES, 2001). Trata-se de processo estabelecido, inicialmente, na empresa privada, o qual foi reproduzido no interior das universidades públicas (CHAVES, 2010).

Nesse contexto de políticas neoliberais, em 2007 foram publicadas as diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI).

Com base nas Diretrizes do Reuni, em documentos oficiais e em estatísticas da expansão das universidades, Filard (2014) aponta que o Programa tinha como proposta a expansão ao acesso e permanência dos alunos no Ensino Superior, como também o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existentes nas universidades. No entanto, ao traçar as metas das universidades federais, o Programa traz consigo a efetivação da inserção do Brasil no contexto da globalização do capital. Para ele, esta efetivação se dá por meio de mecanismos que estão implícitos às propostas iniciais do programa, ou seja, não estão descritos no Programa e em suas Diretrizes. Como diz o autor, “Mais que um simples programa, o Reuni se mostra como uma peça-chave na recomposição do capital produtivo e na transformação das formas de administração do Estado e das políticas públicas” (FILARDI, 2014, p. 563). Assim, embora a administração e financiamento das universidades com a lógica da administração gerencial não fosse uma meta declarada e assumida do Reuni, esta intenção se concretiza no decorrer da implantação do programa (FILARD, 2014).

Em suma, o histórico recente das universidades no Brasil remete à descrição de Minayo e Thedim-Costa (1997) sobre as transformações radicais nas relações de trabalho e as novas tendências de mercado já no final da década de 1990. Para os autores, este quadro se traduziu por uma reestruturação produtiva, com baixa participação do Estado na regulação das questões relativas à desigualdade social e à pobreza da população brasileira. É no contexto desta discussão que Minayo e Thedim-Costa (1997) destacam os impactos decorrentes deste quadro à saúde dos trabalhadores.

¹Para receber a gratificação integralmente, o docente deveria perfazer uma determinada quantidade de pontos aferidos por comissões instituídas nas unidades acadêmicas (LIMA, 2002). O professor deveria atingir pelo menos 140 pontos, destes, 120 poderiam resultar de suas atividades de ensino. A atividade de ensino recebia, portanto, maior pontuação, os demais pontos seriam atribuídos às suas atividades de pesquisa e de extensão (LEI 9.678/1998). Esse mecanismo de avaliação de desempenho e produtividade sofreu críticas, por ser entendido como um processo que considera muito mais o aspecto quantitativo de publicações que um docente/pesquisador produz do que a sua qualidade ou o benefício científico e social do que é publicado (CHAUÍ, 2003; BIANCHETTI, MACHADO, 2009; SGUISSARDI, 2010).

No que se refere à questão universitária em outros países, Delgado (2006) observa que as mudanças radicais nas últimas décadas no México e em vários países da América Latina partiram de uma lógica industrial, e se deram em função da naturalização do sistema mercadológico. Esta tendência se caracteriza pela excessiva valorização da quantidade da produção acadêmica em termos de publicações, tendendo a desconsiderar a sua qualidade e o valor social da Universidade (DELGADO, 2006). Tal reestruturação das universidades implica a sobrecarga e intensificação do trabalho, além de vivências de rivalidade, competição e fortes relações de poder, atingindo diretamente a saúde dos docentes, como descrito no item que se segue.

3 ESTUDOS SOBRE AS RELAÇÕES TRABALHO-SAÚDE EM DOCENTES UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL

Pesquisas com professores de Universidades brasileiras apontam o impacto prejudicial à saúde dos docentes a partir das transformações ocorridas na organização do trabalho nas últimas décadas. No meio acadêmico, a lógica do neoliberalismo surge essencialmente com as características do chamado *produtivismo acadêmico* (SGUISSARD, 2010), tema a ser tratado no item 3.4.

Diante desse cenário, Bernardo (2014) discute as características típicas de mercado presentes na universidade pública através da análise de documentos públicos, conversas informais com docentes e com dirigentes universitários, além de entrevistas com docentes. A autora aponta, entre outros aspectos, a sensação dos docentes de não darem conta das exigências de produtividade, demonstrando uma clara ligação entre as “cargas de trabalho” tal como descrito por Laurell & Noriega (1989) e um processo de desgaste, especialmente, mental (SELIGMANN-SILVA, 2011), levando ao sofrimento e adoecimento.

Bernardo (2014) chama a atenção para o sentimento de precariedade vivenciado por servidores estáveis, confrontados com as exigências cada vez maiores em seu trabalho, referindo-se à expressão “precariedade subjetiva”, cunhada por Linhart (2009). Não se trata de uma situação objetiva tão discutida na atualidade, como por exemplo, o trabalho terceirizado (também presente nas Universidades Públicas), mas um sentimento de precariedade decorrente da sensação não poder responder às crescentes exigências de seu trabalho (LINHART, 2009). É um sentimento que leva à individualização e à falta de identidade de classe entre os profissionais, podendo gerar sofrimento e adoecimento dos trabalhadores (LINHART, 2009).

Nessa perspectiva, o estudo conduzido por Arbex, Souza e Mendonça (2013) visou analisar qualitativamente a percepção de docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) quanto ao sentido da readaptação funcional² nas suas vidas. O estudo evidenciou que a necessidade de readaptação foi um processo provocado pelas condições de trabalho como, por exemplo, a sobrecarga de aulas. Este aspecto pode ser observado na fala dos docentes, apontando para o que Laurell e Noriega (1989) denominam de “cargas de trabalho”. Outro aspecto que se destaca no estudo é o sentido que a readaptação assume na vida dos trabalhadores, individualizando o processo de adoecimento no trabalho, quando na verdade estamos diante de um problema de saúde coletiva (ARBEX; SOUZA; MENDONÇA, 2013). Os autores ressaltam que é fundamental reconhecer a situação em que o adoecimento ocorre a partir da própria dinâmica do trabalho dos docentes, e não como um caso individual, uma vez que a readaptação favorece a *adaptação do profissional ao trabalho* e não a *transformação do trabalho* (ARBEX; SOUZA; MENDONÇA,

2013).

Com referência ao adoecimento mental, Batista e colab. (2016) analisaram documentos do serviço de perícia médica de uma instituição de ensino superior de João Pessoa, PB, tendo investigado 254 fichas de docentes atendidos pelo serviço. Os dados indicam que a depressão foi responsável por mais da metade dos afastamentos, o que indica, segundo os autores, a necessidade de novas investigações, com o objetivo de analisar a gravidade dessa problemática.

Informação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES)³ aponta que de todas as solicitações de afastamentos de professores do trabalho da Universidade Federal do Pará de 2006 a 2010, 14,13% foram por questões relacionadas à saúde mental. Estes resultados, que associam o adoecimento ou sofrimento mental ao trabalho docente de nível superior, remetem à estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo a qual a depressão será o maior motivo de afastamento do trabalho no mundo, até 2020⁴.

As relações entre o trabalho e a saúde em docentes de nível superior no Brasil são objeto de estudo de três revisões recentes, quais sejam: Cortez e colab. (2017), Souza e colab. (2017) e Oliveira e colab. (2017).

Cortez e colab. (2017) analisaram as publicações sobre a saúde no trabalho docente entre 2003 e 2016, considerando todos os níveis de ensino, tendo identificado 12 estudos com professores do ensino superior. As pesquisas evidenciaram o adoecimento docente na atualidade, apontando a necessidade de desenvolver ações referentes à reorganização do trabalho docente e promoção de saúde do professor. O estudo ressaltou a importância da multideterminação do processo de saúde-doença no trabalho e a necessidade de articulação entre as diversas áreas de conhecimento, enfatizando também a possibilidade de estabelecer a relação entre as pesquisas e a realidade do trabalho dos professores com o objetivo de promover políticas públicas com foco na saúde docente.

² “Investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica” (BRASIL, 1990; RIO DE JANEIRO, 1979), conforme Arbex e colab. (2013)

³Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-492400535.pdf>

⁴Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/depression>

Já Souza e colab. (2017) tiveram como objetivo analisar a nova organização do trabalho dos professores universitários, estabelecendo uma relação com o panorama de saúde desses trabalhadores, partindo da premissa de que a precarização do trabalho nas universidades públicas tem afetado a saúde dos docentes. Como resultado, foram observadas quatro categorias empíricas: a precarização do trabalho docente, a intensificação do trabalho, aspectos da organização do trabalho docente em universidades e dados sobre a saúde dos docentes universitários. Com base na literatura analisada, os autores verificaram que prepondera nas universidades o uso de fortes pressões organizacionais levando à intensificação do trabalho, com destaque para o aumento da exigência de produtividade acadêmica. O estudo ainda apontou que o tema da sobrecarga de trabalho do professor é recorrente e predomina a pouca disponibilidade de tempo para o lazer. Outro aspecto destacado na pesquisa é a necessidade de mobilização dos docentes como forma de resistência coletiva no enfrentamento da precarização observada no trabalho do professor.

Oliveira e colab. (2017) analisaram a literatura sobre o adoecimento entre docentes de universidades públicas, tendo por objetivo investigar se predominavam doenças físicas ou psíquicas. Os resultados apontaram como formas predominantes de adoecimento as doenças psicossomáticas, seguidas pelas patologias psíquicas e os adoecimentos físicos. Os autores ressaltam a necessidade de dar visibilidade às questões de saúde dos docentes de Instituições públicas de Ensino Superior. Cabe destacar que os autores analisaram somente as patologias efetivamente manifestas, embora concordem com Dejours (1992) no que tange ao papel dos sintomas do sofrimento psíquico como fase pré-patológica, ou seja, que antecede o adoecimento propriamente dito.

Estas revisões destacam a relevância da organização do trabalho no que se refere aos agravos à saúde mental e, em conjunto com o material apresentado neste item, apontam a importância de aprofundar o conhecimento sobre a saúde mental em docentes no contexto das universidades brasileiras.

Porém, além da questão da nocividade associada à organização do trabalho – e justamente em função destes efeitos deletérios – é preciso destacar o prazer no trabalho. Trata-se de considerar a concepção de Dejours (1994) de que o trabalho também pode promover a saúde e o prazer. É com base nesta contradição que Mancebo (2007) afirma:

O trabalho docente constitui-se num lugar contraditório, que suscita a um só tempo, sobretrabalho e prazer; assujeitamento e captura dos envolvidos para novas demandas colocadas para a universidade, mas também espaço para invenções, pensamento e crítica. (MANCEBO, 2007, p. 79).

No contexto desta discussão, Amaral, Borges e Juiz (2017) buscaram compreender a

relação entre a organização do trabalho e as vivências de prazer e sofrimento de docentes de uma universidade federal do interior do país. As autoras destacaram, entre as fontes de prazer no trabalho, as atividades de ensino, as relações interpessoais com os alunos, as questões relacionadas ao significado do ser docente e o reconhecimento da comunidade científica. Em contrapartida, as vivências de sofrimento no trabalho foram definidas a partir de situações como a falta de infraestrutura, sobrecarga por atividades administrativas, conflitos interpessoais e mal-estar em relação à condução da gestão. As autoras observaram que diversas vezes estas situações de sofrimento tiveram um destino criativo, através do que Dejours (1999) denomina mobilização da inteligência prática e da autonomia, o que, segundo as autoras, ainda está presente no contexto de trabalho das universidades federais.

Tendo em vista o exposto, cabe considerar a valiosa contribuição de Dejours (1999) no que concerne à identificação de situações pré-patológicas, em que o sofrimento é visto como forma de evitar a doença. Nas palavras de Merlo e Mendes (2009), a saúde mental resulta dos modos como os sujeitos-trabalhadores reagem e agem frente ao sofrimento originado nos constrangimentos impostos pela organização do trabalho. O sofrimento é o modo de evitar a patologia. O trabalhador, ao mesmo tempo, sofre e busca não sofrer com a experiência de fracasso decorrente da falibilidade humana frente ao trabalho real (MENDES; MERLO, 2009, p. 143).

As relações entre o sofrimento e o prazer no trabalho são abordadas por Menezes (2014) em estudo com docentes de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada em Salvador. A autora aponta, entre outros aspectos, o sofrimento e adoecimento dos docentes em função das mudanças ocorridas no contexto universitário, diante do cenário de internacionalização da educação e precarização do trabalho. Nessa perspectiva, a autora considera o reconhecimento como um processo fundamental para a saúde mental do trabalhador, e que a ausência do mesmo pode levar a patologias, como a depressão (DEJOURS, 1999), como abordaremos no item 3.2.

A respeito da contribuição teórica de Dejours (1994), Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) observam que a proposta trazida por aquele autor permite

desvelar na organização real do trabalho as estratégias adaptativas intersubjetivas, de defesa/oposição, latentes na tensão entre a procura de prazer/reconhecimento dos sujeitos e os constrangimentos externos impostos, independentemente de suas vontades, pelas situações de trabalho. As manifestações patológicas de sofrimento são a expressão do fracasso dessa mobilização subjetiva (MINAYO- GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 29).

Concordamos com Lima (2011) quando propõe que a subjetividade está implicada em todo processo de trabalho, sendo diferenciada de acordo com o momento histórico-cultural das sociedades. Trata-se de um olhar ampliado, rompendo com a visão dualista da subjetividade como interior aos sujeitos, em contraposição à objetividade, que estaria no campo externo.

A nosso ver, o arcabouço teórico elaborado por Dejours (1999) sob a denominação de Psicodinâmica do Trabalho oferece a possibilidade de identificar e analisar estratégias de defesa coletivas e os mecanismos de defesa individuais utilizados por docentes universitários frente à organização do trabalho, levando em conta toda a subjetividade implicada nos processos de trabalho. Assim, o presente projeto se volta para o levantamento de estudos empíricos sobre as estratégias e os mecanismos de defesa em docentes de universidades brasileiras na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. Consideramos que a análise da produção científica sobre essas estratégias e mecanismos de defesa com base nos conceitos dejourianos poderá fornecer um quadro consistente dos principais recursos defensivos utilizados pelos professores e sua relação com a organização do trabalho.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar a produção científica sobre as estratégias de defesa e os mecanismos de defesa desenvolvidos por docentes do ensino superior no Brasil, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Identificar artigos, teses e dissertações que abordam os recursos defensivos, a partir das estratégias coletivas e os mecanismos individuais em docentes do ensino superior no Brasil, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho;
- b) Caracterizar o material bibliográfico quanto ao tipo de estudo, à área de conhecimento, ao modelo de instituição estudada, ao grupo pesquisado, aos objetivos e defesas identificadas pelos autores face às adversidades do trabalho;
- 2.** Analisar as principais estratégias de defesa e os mecanismos de defesa encontrados nos estudos com vistas a compor um quadro explicativo das relações entre a organização do trabalho e os recursos defensivo utilizados pelos docentes universitários.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 A SAÚDE DO TRABALHADOR COMO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA

O campo da Saúde do Trabalhador, inserido na Saúde Coletiva, refere-se a um conjunto de conhecimentos provenientes de diversas disciplinas, como Medicina Social, Sociologia, Medicina do Trabalho, Epidemiologia Social, Psicologia, entre outras (NARDI, 1999). Segundo Mendes e Dias (1991), a produção de conhecimento no campo da saúde do trabalhador destaca, além dos saberes científicos, o saber advindo dos trabalhadores, a partir das suas vivências nas atividades laborais, o que é fundamental para compreensão das relações entre saúde-doença-trabalho. Ressaltam, ainda, que a principal categoria de análise é o processo de trabalho, e que a partir dessa análise, é possível realizar intervenções que promovam ambientes de trabalho mais saudáveis (MENDES; DIAS, 1991).

A este respeito, Laurel e Noriega (1989) destacam a necessidade de intervenções no ambiente de trabalho, a partir do estudo da relação trabalho-saúde-doença enquanto um processo histórico e social, com intervenções nas formas de organização e gestão do trabalho, as quais promovam a saúde dos trabalhadores.

Nessa linha de análise, Minayo-Gomes e Thedim-Costa (1997) referem que o campo da Saúde do Trabalhador busca romper com as concepções hegemônicas, uni ou multicausais, que desconsideram a dimensão social e histórica do trabalho e do processo saúde-doença, surgindo como contraponto aos modelos hegemônicos das práticas de intervenção e regulação das relações saúde-trabalho da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional (MINAYO-GOMES; THEDIM-COSTA, 1997). É esta valorização da dimensão sócio-histórica das relações trabalho-saúde que dá à saúde do trabalhador o caráter de campo inserido na Saúde Coletiva.

Entendemos que a saúde dos trabalhadores está diretamente imbricada nos processos de trabalho, tendo como pressuposto a determinação social da saúde. O conceito de determinação social da saúde (LAURELL, 1983) surge em uma época de profundo questionamento do paradigma biomédico da doença, que a conceituava como um fenômeno biológico individual. Esse movimento de crítica se situa em um contexto social marcado pela dificuldade da Medicina na produção de um novo conhecimento que fosse capaz de compreender e explicar a causalidade dos principais problemas de saúde que emergiam nos países industrializados, como as doenças cardiovasculares e os tumores malignos.

O questionamento partiu especialmente da crítica à abordagem positivista, inscrita no modelo da história natural da doença, que interpretava o processo de adoecimento a partir de uma perspectiva naturalizada, centrada na causa linear e essencialmente biologicista. A abordagem

proposta pela teoria médico-social fundou-se, então, na recolocação da problemática da relação entre o processo social e o processo biológico, a partir da perspectiva da determinação social da doença (LAURELL, 1983).

Assim, a noção de determinação social da saúde compreende a produção das doenças no plano da coletividade e constrói uma análise científica dos processos que operam como determinantes destas, ampliando a explicação do princípio da causalidade (LAURELL, 1983; BREILH, 1991). Trata-se de substituir a relação direta de causa e efeito por uma relação que envolve diversos fatores os quais têm influência sobre os grupos sociais, porém atingindo de forma diferenciada esses grupos (BREILH, 1991).

No Brasil, o movimento da saúde do trabalhador tem sua expressão no final dos anos 80, na transição democrática, tendo grande influência do Movimento Operário Italiano, sobretudo no que se refere às intervenções nos ambientes de trabalho, sob o protagonismo dos trabalhadores em aliança com profissionais de saúde, identificando os problemas de saúde no trabalho e definindo as prioridades de atuação (RUZZENENTI, 1990). As contribuições de Ivar Oddone e do Modelo Operário Italiano para o Brasil, pode ser traduzida a partir da busca de seus princípios e experimentações, considerando o potencial de produção de ações coletivas e do fortalecimento de mobilizações em função da luta pela saúde dos trabalhadores (RUZZENENTI, 1990).

Nesse sentido, os movimentos dos anos 1980, no Brasil, se traduziram pela luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, evidenciando sua preocupação com o adoecimento decorrente dos modos de produção. Nesse cenário, podemos destacar, como avanço, os Programas de Saúde do Trabalhador (PST), que surgiram nos anos 1980, durante o processo de redemocratização do país, sendo regulamentados pelas Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90, as Leis Orgânicas da Saúde. A Lei 8080/90 define o modelo do Sistema Único de Saúde, que propõe uma forma de organização e funcionamento, a partir de um conceito mais abrangente de “saúde do trabalhador”.

Art. 6º, §3º - Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, a promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho [...]. (Lei 8080/90).

Como observa Laurell (1983), a investigação do processo de adoecimento deve ser feita relativamente aos membros de um determinado grupo pesquisado, “não com a singularidade de cada caso individual, como é feito pela medicina clínica, mas estabelecendo-se o comum, isto é, o que caracteriza o grupo” (LAURELL, 1983, p. 13). No caso do presente estudo, se trata da singularidade do grupo constituído por docentes universitários.

5.2 BREVE HISTÓRICO E PRINCIPAIS CONCEITOS DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

A Psicopatologia do Trabalho surge na França, como disciplina, criada nos anos 1950-1960, no contexto de uma sociedade com uma demanda social sobre as condições psicológicas do trabalho e suas consequências sobre a saúde dos trabalhadores, tendo como principais autores Le Guillant, C. Veil, P. Sivadon, A. Fernandez-Zoila e J. Begoin (LIMA, 1998). Posteriormente, Christophe Dejours desenvolveu estudos com o intuito de analisar o potencial psicopatológico do trabalho na saúde mental do trabalhador (MERLO, 2002).

A Psicopatologia do Trabalho tinha como enfoque o estudo do sofrimento decorrente do confronto entre o psiquismo e a organização do trabalho. Nesse sentido, as pesquisas estavam direcionadas para os impactos da organização do trabalho sobre a saúde do trabalhador, com foco na investigação das situações de trabalho que conduziam ao adoecimento. Dejours (1994) parte do pressuposto de que o trabalho fragmentado, restritivo, muitas vezes com ações repetitivas, esvaziadas de sentido, levaria ao sofrimento e adoecimento.

Contudo, com o decorrer do tempo, Dejours e seus colaboradores, desenvolvendo seus estudos vivenciam uma virada epistemológica, compreendendo que não se tratava mais de focar a questão do adoecimento, e sim de compreender a normalidade (DEJOURS, 2009). Durante esse desenvolvimento da teoria, Dejours (1994) e seus colaboradores, ampliaram suas pesquisas de campo, através de interpretações do contexto do trabalho, da observação e da fala dos trabalhadores, analisando os impactos da organização do trabalho, levando em conta aspectos como o modo de produção e a divisão de tarefas, introduzindo, no início dos anos 90 uma nova linha de pensamento, denominada Psicodinâmica do Trabalho (PDT).

Eles percebem que o sofrimento não era preponderante e têm como explicação, as estratégias coletivas e mecanismos de defesa individuais, os quais têm como função evitar o sofrimento e o adoecimento do trabalhador. Nesse momento o que importa é a compreensão das estratégias e os mecanismos de defesa utilizados pelos trabalhadores, com o objetivo de evitar a doença, preservando, na medida do possível, seu equilíbrio psíquico. A partir desse entendimento, Dejours propõe a mudança do nome da disciplina para Psicodinâmica do Trabalho, justificando que as formas de organização do trabalho não estavam relacionadas com as causas dos distúrbios mentais. O autor também destaca que essa denominação, “Psicodinâmica do Trabalho”, é mais adequada, uma vez que permite uma ampliação do campo de pesquisa, analisando o sofrimento, mas também o prazer no ambiente de trabalho (DEJOURS, 2009).

Essas defesas são criadas pelos sujeitos para se protegerem frente às adversidades no contexto do trabalho que causam sofrimento psíquico. Por diversas vezes essas defesas são construídas quando o sujeito não consegue transformar a rigidez das pressões organizacionais e

são definidas por Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) como defesas de que o trabalhador se utiliza para modificar, transformar e minimizar a percepção da realidade que o faz sofrer e são desenvolvidas estritamente a nível mental, diante das pressões patogênicas que o sujeito sofre no ambiente de trabalho e não consegue alterar (DEJOURS, 1994).

No Brasil, no final dos anos 80, Christophe Dejours, realizou o lançamento de seu livro, com o título “A Loucura do Trabalho” (1987), publicado na França em 1980 sob o título *Travail: Usure Mentale*, o que permitiu o aprofundamento da discussão sobre saúde mental no trabalho no país. O autor participou de vários debates acadêmicos e sindicais no Brasil. Formaram-se vários grupos de estudo para ler e discutir o livro, sendo referência para vários cursos acadêmicos, entre eles a psicologia, sociologia, administração, medicina social e engenharia de produção.

As pesquisas realizadas por Dejours (1987) chamavam atenção para o sofrimento mental produzido no trabalho, identificando como causa a organização do trabalho, que implica na divisão de tarefas, o modo operatório, os padrões específicos do sistema de produção, o qual determina a estrutura organizacional na qual o trabalho é desenvolvido. Ao longo de suas pesquisas desenvolveu a análise dinâmica dos processos psíquicos, investigando os impactos da organização do trabalho mobilizados pela confrontação do sujeito com a realidade do trabalho (MERLO, 2002). Para Dejours, (2004), Lancman e Jardim (2004) e Molinier (2004) o trabalho está na centralidade da vida humana, contribuindo para a construção da identidade do sujeito, destacando sua importância nas relações entre o indivíduo e a sociedade.

Destaca-se que o sofrimento é uma vivência subjetiva, portanto individual, porém de acordo com Dejours (1994) quando vários trabalhadores experimentam de forma singular um sofrimento único, proveniente de um determinado fator, é possível construir uma estratégia de defesa comum, coletiva, que ocorre a partir de acordos e consensos compartilhados

Segundo Dejours, Abdouchelli e Jayet:

a diferença fundamental entre um mecanismo de defesa individual e uma estratégia coletiva de defesa é que o mecanismo de defesa está interiorizado (no sentido psicanalítico do termo), ou seja, ele persiste mesmo sem a presença física de outros, enquanto a estratégia coletiva de defesa não se sustenta a não ser por um consenso, dependendo assim de condições externas (DEJOURS; ABDOUCHELLI; JAYET, 1994, p. 178)⁵.

⁵Não há consenso na literatura em relação à diferenciação entre os conceitos de “mecanismos de defesa individuais” e “estratégias de defesa coletivas”. A expressão “estratégias defensivas” é frequentemente utilizada em referência a defesas individuais e coletivas. Mendes (2007), por exemplo, utiliza o termo “estratégias” para designar tanto defesas individuais quanto coletivas. Com a intenção de assegurar a fidelidade do uso destes conceitos, mantivemos os termos originais utilizados pelos respectivos autores na presente dissertação. Segundo Mendes (2007), as estratégias defensivas são condutas elaboradas pelos trabalhadores como forma de suportar e amenizar o sofrimento, evitando que o trabalhador adoça. No entanto, as estratégias podem levar à percepção distorcida da realidade, o que dificulta o questionamento e a percepção crítica do trabalhador com referência aos fatores da organização do trabalho que causam sofrimento e adoecimento, o que pode levar à alienação. Portanto, as estratégias ao mesmo tempo que protegem o trabalhador contra o sofrimento, causam também resistência por parte dele em transformar essa realidade, uma vez que a transformação expõe o trabalhador a novos fatores geradores de sofrimento (MENDES, 2007).

Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) acrescentam ainda, que “se falamos de estratégias e não de mecanismos, é também para sublinhar que as contribuições individuais a estas estratégias são coordenadas e unificadas pelas regras, as regras defensivas” (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994, p. 129). Desse modo, as estratégias defensivas atuam como regras, o que implica um acordo entre os indivíduos, de forma coletiva, um consenso entre os trabalhadores de uma determinada categoria profissional.

Dessa forma, as estratégias de defesa podem atuar tanto como fatores de alienação por não operar na modificação da realidade que faz sofrer e, conseqüentemente, podem adoecer o trabalhador, como também podem ser utilizadas na manutenção da saúde, tendo com isso, um papel fundamental, por minimizarem a percepção que o trabalhador tem do sofrimento (MENDES, 2007).

Ainda sobre as estratégias de defesa, Dejours refere que:

As ameaças contra as estratégias defensivas são vivamente combatidas e a estratégia corre o risco de ser promovida ao objeto. A situação subjetiva enuncia-se como se o sofrimento fosse essencialmente o resultado de um enfraquecimento da estratégia defensiva e não consequência do trabalho. Inversamente, a estratégia de defesa, que não era vista como nada além da defesa contra o sofrimento, passa a ser vista como promessa de felicidade, e a defesa da defesa é erigida em ideologia, (DEJOURS, 1994, p.130)

Dejours (2004) especifica ainda mais sobre as defesas, classificando-as como defesas de proteção, de adaptação e de exploração. Considera que essas defesas atuam na luta contra o sofrimento. No caso da defesa de proteção, são formas de pensar e agir de modo que o trabalhador se protege do sofrimento decorrente do ambiente de trabalho e fazem com que esse sofrimento seja racionalizado ou evitado. Esta defesa (de proteção) se dá através da sublimação, a qual se caracteriza pelo investimento da energia pulsional no trabalho, o que pode manter a relação de prazer entre o objeto (trabalho) e a subjetividade do sujeito.

Porém esta relação pode tornar o trabalhador alheio às causas do sofrimento e até mesmo potencializá-lo ou provocar o adoecimento, caso ocorra no contexto da organização do trabalho uma repressão dessa energia pulsional e impeça a descarga adequada, em situações que ocorra a falta de flexibilidade e de autonomia do trabalhador (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994) Já as defesas de adaptação e exploração estão relacionadas à repressão do desejo e negação do sofrimento, ou seja, os trabalhadores utilizam as defesas fundamentadas na negação do sofrimento, o que restringe a expressão do seu próprio desejo (DEJOURS, 2004). Nesse caso, o trabalhador se submete aos desejos de produção da organização, o que muitas vezes, se apresenta como um funcionamento perverso, e que pode levar a um processo de alienação (MENDES, 2007). Esse fenômeno, segundo Martins (2009), pode ser observado no decorrer da passagem da defesa de proteção para a defesa de adaptação e em seguida a defesa de exploração, quando a meta da

organização passa a ser confundida com o próprio desejo do sujeito. Nesse contexto, ocorre a exploração do sofrimento e das estratégias em favor do aumento da produção, o que traduz uma relação de trabalho extremamente perversa (MENDES, 2007). Dejours (2004) refere, como exemplos de defesa de adaptação, o aumento do ritmo de trabalho e a auto aceleração, posicionando seu desejo na vontade do outro, ou seja, a alienação do trabalhador.

Sobre as estratégias coletivas Molinier (2013, p. 217) ressalta que elas estão focadas na construção de um universo simbólico comum, que ganha consistência pelo fato de serem organizadas a partir de crenças, condutas e atitudes que têm todas por objetivo a redução, o tanto quanto isso for possível, dos efeitos decorrentes da percepção das realidades suscetíveis de gerar um estado de sofrimento.

Segundo Dejours (2012), as defesas coletivas são construídas e sustentadas por um grupo específico de trabalhadores, o que envolve a participação de todos e tem como objetivo a proteção quanto ao impacto dos efeitos desestabilizadores para cada um, uma vez que todos os membros de um coletivo de trabalhadores se confrontam com os riscos das atividades laborais.

Nesse aspecto Dejours (1994) elaborou uma categorização das defesas, quanto à utilização das estratégias defensivas nas situações de trabalho, através de signos, os quais devem ser pesquisados em função da intensidade com que aparecem nos processos que envolvem o sofrimento. Ressalta-se que os signos, isoladamente, podem não parecer uma defesa, sendo por isso necessária a contextualização do seu surgimento. Entre as defesas estão a negação da realidade e o individualismo, quando o trabalhador realiza atividades autônomas no grupo, gerando excessiva competição entre os pares e rupturas nas relações de trabalho.

Para exemplificar uma estratégia de negação, referimos o estudo realizado por Frota e Teodósio (2012) com docentes de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada. Os resultados apontam que, apesar do alto índice de satisfação dos docentes, foi observado nas suas falas um sofrimento visível frente às mudanças ocorridas nos últimos anos, como a mercantilização da educação, que causa um sentimento de desvalorização da profissão de professor. Os autores apontam como estratégia a negação, que pode ser um sintoma de adoecimento, no qual os profissionais se esforçam para se manterem produtivos, à custa de muito sofrimento (DEJOURS, 1992; DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994). De acordo com Mendes, Costa e Barros (2003), o fracasso na utilização das defesas pode levar o trabalhador a adoecer.

Ainda sobre as estratégias e mecanismos de defesa, Dejours (2011), refere que o uso recorrente de defesas leva a patologias sociais, classificadas como: patologia de sobrecarga, patologia da servidão voluntária e patologia da violência. A patologia social de sobrecarga diz respeito a lesões de hiper solitação, como é o caso da lesão por esforços repetitivos – LER e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho – DORT. A sobrecarga é de origem social e é

prescrita pela organização, pois o trabalhador não tem poder de decisão quanto à própria carga de trabalho. É na relação entre adversidade e liberdade que a sobrecarga pode instalar-se, sendo a liberdade limitada pelas exigências do trabalho. O sentido do trabalho está relacionado a sobrevivência, o trabalhador se sujeita à precarização dos contratos de trabalho, caracterizados por elementos que geram sofrimento e, conseqüentemente se utiliza de defesas para minimizar o sofrimento. Com referência à patologia da servidão voluntária, estase relaciona à pós-modernidade e ao neoliberalismo e está associada às necessidades de emprego e conforto na vida. São trabalhadores que começam a trabalhar numa organização, tornando-se parte daquela empresa.

Esse processo pode evoluir e levar ao consentimento de certas práticas de trabalho que geram sofrimento e por isso os trabalhadores passam a utilizar recursos defensivos de forma contínua. Nessas condições, as relações com os gestores são estabelecidas a partir da submissão, pelo conformismo, sem questionamentos e o que traduz uma postura de que o trabalhador é adaptado, integrado e eficaz.

Dessa forma, os gestores se aproveitam da vulnerabilidade de seus empregados, pautados na gestão por metas, explorando ao máximo a produtividade, a partir de práticas como a avaliação de desempenho, o que provoca a banalização do sofrimento e das injustiças produzidas pelas formas de gestão das organizações do trabalho. Por fim, a patologia da violência ocorre quando as relações subjetivas com o trabalho são degradadas, o trabalho perde o sentido e o sofrimento interfere na vida familiar e social do empregado. A patologia da violência se caracteriza por práticas agressivas contra o próprio sujeito, contra os colegas e contra a organização, como exemplo o assédio moral e até mesmo o suicídio, como forma mais radical de violência. Destaca-se que as características dessa patologia estão relacionadas a uma organização do trabalho que expõe o empregado a uma forte pressão psicológica através da insensibilidade diante de seu sofrimento e dos outros trabalhadores. Dejours (2004) ressalta que a violência tem suas bases na solidão afetiva e no abandono relacionados ao trabalho.

Sobre a violência no trabalho Dejours (2010) desenvolveu o conceito de sofrimento ético, quando a carga de trabalho ultrapassa os limites físicos, psíquicos e intelectuais do trabalhador e o gestor se vê pressionado a adotar atitudes que antes reprovava, tendo como objetivo atender a demanda. Essa atitude se faz presente através de condutas como transferir a cobrança a seus subordinados e delegar parte de seu trabalho a terceiros. Nesse aspecto, Dejours ressalta a importância de compreender a gravidade desse sofrimento, o significado dele na problemática do suicídio no âmbito do trabalho.

Nesse sentido, Dejours (2010) ressalta a importância de abordar o suicídio e sua relação com o trabalho, o que possibilita superar esse grave problema no campo social, pensando a área da saúde de forma abrangente, a partir de uma relação com as condições de trabalho e saúde,

construindo propostas que podem ser adotadas como políticas públicas de saúde na prevenção do suicídio.

Nesse aspecto a clínica da PDT tem condições de aprofundar os estudos dessas patologias, uma vez que busca analisar a dimensão sociopsíquica do trabalho e não somente do indivíduo, a partir de uma análise da organização do trabalho. Esta análise é possível através da compreensão dos processos de subjetivação e as patologias, destacando que a subjetividade, é decorrente das interrelações entre as dimensões subjetivo-objetivo, visível-invisível e psíquico-social (DEJOURS, 2005).

Dejours (2007) sugere que trabalhar é um inevitável confronto entre o sujeito e a organização de trabalho, sendo assim, constantemente uma luta contra o sofrimento. O sujeito necessita mobilizar seus recursos subjetivos (mobilização subjetiva) para conseguir transcender a vivência laboral árdua e transformar o sofrimento em prazer (MENDES; DUARTE, 2013).

Na concepção da PDT, o sofrimento é inerente à vida humana e também ao trabalho, e os efeitos podem ser bem diferentes. O chamado “sofrimento criativo” se refere à situação em que o sofrimento se transforma em prazer, ou seja, o trabalhador exerce uma certa flexibilidade entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Trata-se de uma experiência estruturante para o sujeito, de forma que o trabalho atuaria como um operador de saúde, na construção da identidade e na dinâmica do reconhecimento (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994). Caso contrário, o sofrimento tomará o caminho negativo, transformando-se em “sofrimento patogênico”, o que provoca o adoecimento do trabalhador (MOLINIER, 2006).

Nesse aspecto, o sofrimento patogênico é causado quando o sujeito não consegue transformar o sofrimento ou resignificá-lo, devido à inflexibilidade da organização do trabalho, que impede que o sujeito encontre vias de descarga pulsional. E no caso do sofrimento criativo, depende da mobilização do sujeito para criar soluções na transformação do sofrimento em algo benéfico para si próprio (DEJOURS, 2009).

Em outro momento dos estudos de Dejours, o destaque é dado à capacidade dos trabalhadores de utilizar uma inteligência prática, astúcia e intuição diante das dificuldades enfrentadas nas atividades de ofício e a possibilidade de transformar o sofrimento em prazer (LIMA, 1998). O autor refere que a inteligência prática tem como características, entre outros aspectos, a astúcia, uma vez que se contrapõe ao saber conceitual. Além desse aspecto, Dejours (2011) aponta a dimensão intuitiva, uma vez que a inteligência prática está relacionada às percepções sensoriais e tem sua raiz no corpo do trabalhador. Dessa forma, “é o trabalho que produz a inteligência e não a inteligência que produz o trabalho” (DEJOURS, 2011, p. 278).

Por exemplo, no estudo de Amaral e colab. (2017) com docentes de uma universidade pública do interior do Brasil, as autoras ressaltam o enfrentamento das dificuldades (falta de

infraestrutura e sobrecarga de atividades administrativas) através da mobilização da inteligência prática e da autonomia (DEJOURS, 2004).

Estas características indicam uma produção de subjetividade a partir da construção do fazer docente “na luta pela sua saúde psíquica em um trabalho que lhes é repleto de significado e de prazer” (AMARAL; BORGES; JUIZ, 2017, p. 27).

Dejours (2011) refere que a possibilidade de transformar o sofrimento em prazer está no reconhecimento dos pares e hierarquia quanto à inteligência e subjetividade utilizadas pelo trabalhador para superar as contradições e a complexidade das atividades laborais. Logo, este reconhecimento é fator fundamental no que se refere à saúde mental do trabalhador.

Nesse aspecto, para Dejours (2011), o processo de construção da saúde no trabalho passa pela cooperação, confiança e reconhecimento entre os trabalhadores. O autor descreve o reconhecimento como "a forma específica de retribuição moral-simbólica dada ao ego, como compensação por sua contribuição à eficácia da organização do trabalho, isto é, pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência" (DEJOURS, 2002, p. 55- 56). Esse reconhecimento, segundo Dejours (2011), se traduz por uma representação simbólica, que está associada à retribuição que o sujeito espera pelo seu esforço para a realização do trabalho, o que viabiliza o processo de construção de sua identidade.

Sob influência da psicanálise, Dejours (2011) aponta que a construção identitária é possível no momento em que o trabalhador transfere sua energia pulsional para as relações sociais estabelecidas no ambiente laboral, o que inicialmente, durante o seu desenvolvimento, estava associado às satisfações imediatas junto às figuras parentais. Portanto, na perspectiva da PDT, durante a vida adulta o espaço do trabalho terá destaque, sendo fundamental na construção, desenvolvimento e complementação da identidade individual, assim, o trabalho tem relevância na constituição da vida psíquica (DEJOURS, 1992).

Para a PDT, a construção identitária estaria relacionada a dois processos de reconhecimento: o julgamento de estética e de utilidade. O julgamento de estética se refere ao julgamento dos pares, os colegas que vivenciam as dificuldades e as soluções encontradas para atender à organização do trabalho. Já o julgamento de utilidade diz respeito ao reconhecimento por parte da hierarquia, quanto à resolutividade e eficiência do trabalhador (DEJOURS, 2002). Esse reconhecimento possibilita dar visibilidade à inteligência prática e engenhosidade do trabalhador frente às imprevisibilidades e dificuldades enfrentadas no trabalho.

Dejours (2002) destaca, ainda, o espaço público de discussão, o qual é desenvolvido pelos próprios trabalhadores e é nesse espaço que ocorre o processo de reconhecimento e as vivências de cooperação e confiança compartilhadas pelos trabalhadores. APDT destaca a importância deste espaço na construção da fala do trabalhador, com seus conhecimentos, ideias, o qual pode

expressar suas opiniões, crenças, valores e posicionamento ideológico.

A partir desse espaço coletivo, o trabalhador tem a possibilidade de transformar o ambiente de trabalho em busca de melhores condições e organização do trabalho. Seja qual for a organização do trabalho, é humanamente impossível realizar os objetivos da tarefa seguindo meticulosamente as determinações do que é prescrito. Assim, é um espaço para a conscientização da distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, a tomada de consciência de sua inteligência astuciosa, de sua subjetividade para lidar com as exigências da organização. A gestão concreta da defasagem entre o prescrito e o real depende na verdade da “mobilização dos impulsos afetivos e cognitivos da inteligência” (DEJOURS, 2007).

A PDT é antes de tudo uma clínica. Ela se desdobra sobre um trabalho de campo radicalmente diferente do lugar da cura. Afirmar que ela é uma clínica implica que a fonte de inspiração é o trabalho de campo, e que toda a teoria é alinhavada a partir deste campo (DEJOURS, 1993). Trata-se, então, de uma Clínica do Trabalho, buscando desenvolver o campo da saúde mental e do trabalho, partindo da atuação em campo e se deslocando e retornando constantemente a ele (MERLO, 2002). Visa intervir em situações concretas de trabalho, compreender os processos psíquicos envolvidos e formular avanços teóricos e metodológicos capazes de transformar a organização do trabalho, o que possibilita o entendimento da relação saúde mental e trabalho.

De acordo com a PDT, as pesquisas na área de saúde e trabalho devem ser realizadas a partir da demanda do trabalhador, os quais participam da investigação, da análise e interpretação do material de pesquisa. Segundo Dejours, Abdoucheli e Jaynet (1994), para apreender o sofrimento é preciso passar pela palavra dos trabalhadores, o que possibilita propor ações adequadas com vistas a modificar a organização do trabalho. Para tanto, a PDT propõe uma metodologia através de uma escuta realizada de forma coletiva e desenvolvida a partir de um processo de reflexão construído com o conjunto de trabalhadores. Essa escuta se dá em grupos, entendidos como uma ampliação do espaço público de discussão, o que possibilita a transformação de compreensões individuais em reflexões coletivas (DEJOURS, 2005).

No Brasil, ao longo dos anos a PDT pode ser utilizada como referencial teórico sem, no entanto, fazer uso do conjunto de procedimentos metodológicos propostos por Dejours. Como exemplo, podemos referir o estudo de Hoffmann e colab. (2017), que buscou analisar os indicadores críticos de adoecimento no trabalho segundo a percepção dos docentes da Universidade Federal de Santa Maria (RS). Os autores utilizaram como base teórica a PDT. No entanto, como técnicas metodológicas, aplicaram o Inventário sobre Trabalho e Risco de Adoecimento (ITRA) e, posteriormente, realizaram entrevistas semiestruturadas de caráter complementar.

Nesse aspecto, observamos que os procedimentos adotados não contemplaram todos os

passos metodológicos propostos por Dejours. Contudo, os autores procuraram estabelecer uma articulação teórica com a PDT, através da interpretação dos resultados, que tem como objetivo uma adaptação do método à realidade do estudo. Segundo Mendes (2007), este aspecto não reduz o caráter científico do estudo, mas, ao contrário, permite ampliar a visão sobre a complexidade dos processos de trabalho.

Quanto às publicações de Dejours no Brasil, destacamos *A Loucura do Trabalho* (1987), *A Psicodinâmica do Trabalho* (1993), *O Fator Humano* (1997), *A Banalização da Injustiça Social* (1999) e *Christophe Dejours: Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho* (2011).

Segundo Merlo e Mendes (2009), o percurso da produção brasileira em PDT teve início na década de 1980 e acompanha o desenvolvimento da própria teoria elaborada por Dejours, estando envolvidas nessa rede de construção todas as tensões e conflitos necessários ao avanço científico de uma teoria e de sua aplicação.

Dejours tem participado de Seminários e Conferências no Brasil destacando a relação entre trabalho, prazer e sofrimento mental, decorrentes da organização do trabalho. Entre suas participações estão a Conferência promovida pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio Grande do Sul (2012), com o tema “Assédio moral: a relação entre trabalhadores e saúde mental”; a participação no 15º Congresso da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), em São Paulo (2013); a participação no 6º Congresso Internacional Sobre Saúde Mental no Trabalho (CISMT), com o tema “O Papel do Gestor na Organização do Trabalho”, promovido pelo Fórum de Saúde e Segurança no Trabalho do Estado de Goiás (2014), a participação no Encontro sobre Saúde Psíquica na Organização do Trabalho Judicial, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), também ocorrido em Goiânia-GO (2016), Conferência “Saúde Psíquica e Trabalho Judicial”, promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho (2017); Seminário Assédio Moral, promovido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) – (2018); 10º Colóquio Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho, sediada pela USP (2019), entre outras participações.

No percurso da teoria, Dejours (1994) propõe o prazer no trabalho, decorrente da organização do trabalho, a possibilidade das tarefas serem adaptadas às características humanas, o trabalhador tendo condições de desenvolver suas atividades com uma certa liberdade, utilizando sua engenhosidade e sua criatividade.

Em síntese, poderíamos dizer que para Dejours (1994), o trabalho é central na vida humana, é responsável pelo processo de construção da identidade do sujeito, sendo o reconhecimento (dos pares e hierarquia) fundamental para a estruturação da sua personalidade. Para ele, é possível construir processos de trabalho que afirmem o caráter inventivo, o potencial criativo dos trabalhadores, encontrando no campo das relações saúde-trabalho a afirmação de que o trabalho

prazeroso é aquele no qual cabe ao trabalhador parte importante de sua construção.

Diante do contexto histórico-social atual que apresentamos, em que os trabalhadores vivenciam a prática de políticas neoliberais, num cenário em que o Estado reproduz essa prática no interior das universidades públicas, destacamos a possibilidade de a clínica da PDT contribuir para uma compreensão mais ampliada dos processos que causam sofrimento e adoecimento nos docentes. Para isso é fundamental identificar como o fenômeno do produtivismo e do capitalismo acadêmico impactam a saúde dos professores, o que será tratado no próximo item.

5.3 O PRODUTIVISMO E O CAPITALISMO ACADÊMICO COMO SINAIS DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO NÍVEL SUPERIOR

Diante do quadro atual do trabalho docente em universidades públicas no Brasil, com mudanças decorrentes das políticas neoliberais, entendemos ser relevante destacar alguns elementos tratados na literatura científica sobre o trabalho do docente universitário: “produtivismo acadêmico” (SGUISSARDI, 2010), “capitalismo acadêmico” (SLAUGHTER; LESLIE, 1997) e “intensificação do trabalho” (PINA, 2014; DAL ROSSO, 2008), em especial, no meio universitário (MANCEBO, 2011) e, por fim, abordaremos alguns aspectos do processo de trabalho docente no lócus universitário.

A organização e orientação do ensino superior no Brasil nas últimas décadas têm produzido consequências sobre o trabalho e a saúde dos docentes de universidades públicas, em função das reformas neoliberais ocorridas de forma mais intensa a partir dos anos 1990 (SGUISSARDI, 2010). Nesse período foi criado pela agência estatal de financiamento, regulação e controle, o chamado “Modelo Capes de Avaliação”, a partir de critérios quantitativos da produção acadêmica, nos cursos de mestrado e doutorado.

Para Sguissardi (2010), esse modelo de avaliação considera muito mais o quantitativo de publicações que um professor/pesquisador produz do que o benefício social e científico que essas produções podem representar junto à sociedade, o que é caracterizado como produtivismo acadêmico (BIANCHETTI, 2009; SGUISSARDI, 2010).

O chamado produtivismo acadêmico está associado à expressão em inglês “*Publish or perish*” (Publique ou pereça), que teve origem nos EUA nos anos 1950, no sentido de que os professores e pesquisadores universitários deveriam publicar de acordo com os critérios estabelecidos pelas agências financiadoras, do contrário, pereceriam, ou seja, colocariam em risco sua própria carreira (SGUISSARDI, 2010).

No Brasil (e possivelmente em outros países), podemos sinalizar, entre outras

conseqüências, o produtivismo acadêmico, a competição entre os docentes/pesquisadores diante dos altos níveis de exigência de publicações, os mecanismos de financiamento das agências de fomento às pesquisas e bolsas na pós-graduação, as quais têm como o principal indicador de produtividade o número de publicações (BIANCHETT, 2009; SGUISSARDI, 2010).

O capitalismo acadêmico se refere ao “comportamento de mercado e semelhante ao de mercado por parte das universidades” (SLAUGHTER; LESLIE, 1997, p.11, tradução nossa). O comportamento de mercado refere-se a atividades com fins lucrativos, ao passo que “semelhante ao mercado” refere-se à competição entre professores e instituições por recursos.

A expressão “capitalismo acadêmico” foi desenvolvida a partir do estudo de Slaughter e Leslie (1997) em universidades públicas de quatro países: Estados Unidos da América (EUA), Austrália, Canadá e Reino Unido, particularmente nos dois primeiros. Os autores observaram mudanças nas políticas de financiamento às universidades com práticas neoliberais, levando à redução dos recursos e passando por transformações estruturais. Essas transformações estão relacionadas a um maior direcionamento às atividades de pesquisa, como forma de obtenção de recursos através da prestação de serviços ao setor público e privado (SLAUGHTER; LESLIE, 1997).

Assim, as universidades passam a fazer uso do seu único bem real, o capital humano de seus docentes, com o objetivo de garantir recursos externos, posicionando o ensino como parte da política econômica, ou seja, a universidade estaria a serviço do mercado (SLAUGHTER; LESLIE, 1997). Esta linha de pensamento foi posteriormente aprimorada e atualizada na obra *Academic Capitalism and the New Economy – Markets, State and Higher Education* (Slaughter e Rhoades, 2004).

A este respeito, Sguissardi (2010) observa que, em escala global, a Educação Superior vem sofrendo transformações, implicando, entre outros aspectos, a ampliação do espaço privado-mercantil. As instituições de ensino superior (IES) públicas expressam práticas mercadológicas, como também a forma de gestão (empresarial) como, por exemplo, cobranças de taxas e de mensalidades de cursos de pós-graduação e corte de verbas para infraestrutura, entre outras (CHAVES, 2006).

Guardadas as especificidades de cada Estado, este cenário se estendeu para outros países, como no caso o Brasil, que nos anos 1990 sofreu com as políticas neoliberais do governo FHC, com privatização de empresas públicas, liberalização e desregulamentação, políticas essas, de nível macroeconômico, recomendadas pelo Banco Mundial (TAVARES, 2011). Na educação superior, segundo Leher (1999) ocorreu o afastamento do Estado e com a redução de investimentos, as universidades públicas passaram a gerar recursos para suas necessidades, o que caracterizava, de alguma forma, um desmonte do ensino público e gratuito.

No contexto das reformas nas políticas públicas de educação superior, Sguissardi e Silva Junior (2009) analisam de forma detalhada as mudanças nas universidades federais. Um exemplo trazido pelos autores faz menção ao período de 1995-2004, em que houve um aumento de 17,6% no número de docentes na Região Sudeste, ao passo que as matrículas nesta região tiveram aumento de 50,1%, o que caracteriza a chamada intensificação do trabalho do professor. Como observa Mancebo (2011), tal intensificação se dá em função do aumento das demandas não só diretamente ligadas ao ensino propriamente dito, mas também decorrentes da elaboração de pareceres, participação em colegiados e comissões e captação de recursos, emissão de pareceres para revista e agências de fomento, entre outras. Além disso, a autora também se refere ao prolongamento da jornada de trabalho, já que as atividades profissionais continuam mesmo em casa, de forma que o tempo de “não trabalho” passa a se confundir com o tempo de trabalho.

A intensificação do trabalho, fenômeno geral nas últimas décadas, é definida por Dal Rosso (2008) como o aumento no dispêndio de energia do trabalhador no mesmo período, no sentido de obter maior quantidade e/ou uma melhor qualidade dos resultados daquela atividade de trabalho. O autor refere que a intensificação do trabalho se traduz no trabalhador em sua totalidade, a partir da quantidade de energia física, intelectual e emocional despendida para operar as atividades laborais.

A este respeito, Pina (2014) descreve a intensificação a partir de um contexto sócio histórico, que se traduz na prática de exploração e expropriação do conhecimento técnico e social do trabalhador no processo de trabalho, e que tem como objetivo obter mais trabalho, sem aumentar o tempo da jornada laboral. Para Pina (2014), o conhecimento é fundamental para proteção da saúde dos trabalhadores, que se encontra enfraquecida na dimensão do coletivo de trabalhadores, durante o processo de intensificação do trabalho, tanto no sentido de proteção à saúde, quanto na possibilidade de questionamento sobre as determinações dos problemas e agravos que atingem a saúde desses trabalhadores.

Nesse contexto, podemos conceber que o produtivismo acadêmico (SGUISSARDI, 2010), assim como a intensificação do trabalho (PINA, 2014; DAL ROSSO, 2008) são expressões do capitalismo atual, que segue a lógica do mercado, por meio da transformação de todos os bens materiais e simbólicos em mercadoria. No caso da educação superior, as universidades passam a operar como empresas, devendo ser geridas nos moldes gerenciais nos quais as publicações se transformam em produtos de mercado, deixando em segundo plano a função social e de formação humana (LEHER, 1999).

Ao analisar as reformas na educação superior brasileira, Mancebo (2011) observa que a gestão da universidade se tornou “cada vez mais parecida com a de uma empresa, esvaecendo o seu caráter de instituição da sociedade voltada para a formação humana e para a produção do

conhecimento engajado na solução de problemas nacionais” (MANCEBO, 2011, p. 74). Diante desse cenário, Santos e Almeida (2012) referem que no capitalismo atual, a educação, o trabalho docente e a vida social são transformadas em mercadorias, o que fragiliza e fragmenta o trabalho desses profissionais.

Para Marx (2004), o trabalho vai além das necessidades materiais, o trabalho constitui a essência da existência humana. É a partir do processo de trabalho, o qual está relacionado à transformação da natureza, que se dão as relações do sujeito com o mundo, relações que instituem a e são instituídas na vida histórica, social, econômica e cultural (MARX, 2004). Porém, caso o trabalho esteja sob relações de dominação (MARX, 2004), o mesmo passa a ter apenas o sentido de sobrevivência, ao contrário daquela atividade que promove o desenvolvimento de novas capacidades e necessidades, o que é essencial à vida humana. Quando o trabalho se apresenta sob a forma de dominação, este se torna estranhado (MARX, 1985), causando uma alienação do trabalhador, que cria coisas sem sentido, que fogem a sua identidade histórico-cultural.

Nessa perspectiva, no caso do trabalho docente, quando as condições de trabalho não permitem que o professor se realize como ser humano, com autonomia nas suas ações, criando novas necessidades e tendo satisfação, o trabalho é desenvolvido em um quadro de alienação no sentido atribuído por Marx (2004).

Percebemos, então, a complexidade que envolve o processo saúde-doença- trabalho, o que provoca uma reflexão quanto ao fazer docente em um cenário histórico, político e econômico que se traduz, entre outros aspectos, pela educação a serviço do capital, que rompe com o sentido da universidade que privilegiava a investigação científica e formação humana (TAVARES, 2011).

Diante desse contexto nas universidades públicas, o tempo e o espaço do pensamento crítico se reduzem, como também a função social dessas instituições e dos próprios docentes (GUIMARÃES; CHAVES, 2016). Ao abordar o cenário atual do meio universitário, Guarany (2012) assim se refere à *carreira doente* do docente universitário:

O docente passa a experimentar a dualidade do trabalho desenvolvido dentro da lógica mercantilista, na qual o trabalho deixa de ser uma práxis produtiva capaz de desenvolver o homem e a realizar seu potencial humano e passa a desenvolver seu trabalho como se produzisse uma mercadoria e submetido ao controle, à mecanização e à metas de produtividade que em nada lembra um trabalho realizador! (GUARANY, 2012, p. 28).

Nesse aspecto podemos ressaltar que a análise do processo saúde doença no trabalho deve considerar o trabalho como organizador social, identificando as formas do fazer docente, levando em conta toda a subjetividade envolvida no processo de trabalho (MENDES; DIAS, 1991). Trata-

se do trabalho considerado como espaço de dominação, mas também de resistência, de constituição e do fazer histórico, no qual o trabalhador assume o papel de protagonista, como sujeito capaz de pensar e produzir sua experiência e criar um conjunto de representações junto à sociedade (MENDES; DIAS, 1991).

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da revisão bibliográfica de estudos empíricos sobre as estratégias de defesa coletivas e os mecanismos de defesa individuais utilizados pelos docentes do ensino superior diante das adversidades do trabalho, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. Utilizou-se a modalidade de revisão integrativa, que é um dos tipos de revisão sistemática; este tipo de revisão apresenta a vantagem de permitir a inclusão de estudos com base em diferentes instrumentos e procedimentos metodológicos (BOTELHO; CUNHA; MACEBO, 2011). Essa metodologia foi empregada por proporcionar a elaboração de uma síntese dos conhecimentos produzidos sobre o tema abordado, possibilitando a identificação de lacunas do conhecimento, as quais necessitam ser desenvolvidas através de novas pesquisas (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O método da revisão integrativa consiste, em um primeiro momento, em determinar o objetivo específico, formular as questões norteadoras a serem respondidas, e a realização da busca para identificar e coletar o máximo de estudos relevantes dentro dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Em um segundo momento, os dados coletados são analisados de maneira sistemática. Por fim, os dados são interpretados, sintetizados e são formuladas conclusões provenientes dos diversos estudos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A construção da revisão integrativa foi realizada a partir de seis etapas específicas, de acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), como descrito a seguir.

6.1 IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA PARA A ELABORAÇÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA

Nessa primeira etapa foi realizada a identificação do tema, qual seja, as estratégias coletivas de defesa e os mecanismos de defesa individuais utilizados pelos docentes das Instituições de Ensino Superior no Brasil, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho (PDT). Quanto às perguntas norteadoras, foram formuladas as seguintes questões: as pesquisas empíricas no Brasil abordam as estratégias coletivas e os mecanismos individuais operados pelos docentes nas universidades, na perspectiva da PDT? Que modelos de instituições têm sido estudados? Quais as principais estratégias e mecanismos de defesa observados nos estudos?

6.2 DEFINIÇÃO DAS BASES DE DADOS, ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE ESTUDOS E BUSCA BIBLIOGRÁFICA

Foram utilizadas as bases de dados BVS regional (Biblioteca Virtual em Saúde), Oasis Ibict (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) e SciELO (Scientific Electronic Library Online) por terem grande abrangência na América Latina e serem consideradas relevantes para o campo do estudo. A estratégia de busca foi construída através da combinação dos descritores indexados na base de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e palavras chaves.

Utilizamos na busca avançada, os operadores booleanos *AND*, para associar as temáticas e *OR* para alternar as palavras-chave e capturar o maior número de estudos com docentes do ensino superior no Brasil, tendo resultado na seguinte estratégia de busca:

(docente* OR "trabalho docente" OR professor*) AND (universi* OR "nível superior") AND (psicodinâmica OR "psicodinâmica do trabalho" OR dejours OR "mecanismo de defesa" OR "mecanismos de defesa" OR "estratégia de defesa" OR "estratégias de defesa" OR "estratégia defensiva coletiva" OR "comportamento defensivo" OR "comportamentos defensivos" OR "defesa coletiva" OR "defesas coletivas" OR "estratégia de defesa coletiva" OR "estratégias de defesas coletivas" OR "estratégia defensiva" OR "estratégias defensivas" OR "estratégia coletiva de defesa" OR "estratégias coletivas de defesa" OR "estratégia de enfrentamento" OR "estratégias de enfrentamento").

Os estudos identificados através da estratégia de busca foram classificados segundo os critérios de inclusão e exclusão abaixo descritos, que consideraram os objetivos definidos na pesquisa.

Crítérios de inclusão:

- Estudos empíricos com docentes universitários, que abordem as estratégias coletivas de defesa e os mecanismos de defesa individuais, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho;
- Pesquisas realizadas em universidades no Brasil;
- Teses, dissertações e artigos científicos publicados em português, inglês e espanhol.

Artigos disponíveis na íntegra.

Crítérios de exclusão:

- Estudos de revisão bibliográfica;
- Estudos teóricos;

- Estudos apresentados em eventos;
- Monografias ou trabalhos de conclusão de curso;
- Estudos com professores do ensino médio e fundamental;
- Estudos que não abordem estratégias e mecanismos de defesa na perspectiva da PDT;
- Pesquisas realizadas em universidades fora do Brasil.

Buscando maior rigor na busca e seleção dos materiais bibliográficos, considerando os critérios de inclusão e exclusão, esta etapa foi realizada de forma independente por duas revisoras, como sugerido por Almeida e Goulart, 2017. Nos casos de divergência entre os resultados, um terceiro revisor foi consultado, de forma a dirimir as dúvidas. Esta etapa resultou no total de 20 materiais selecionados, entre artigos, teses e dissertações.

6.3 DEFINIÇÃO DAS INFORMAÇÕES A SEREM EXTRAÍDAS DOS ESTUDOS SELECIONADOS/ CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS

De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008) essa etapa consiste em organizar e sintetizar as informações extraídas dos estudos de forma resumida, agrupando os dados de uma maneira que seja acessível e de fácil manejo. Para caracterizar o material bibliográfico selecionado, foram definidas as seguintes informações a serem extraídas de cada estudo: título, autor(es), periódico ou universidade (no caso de tese ou dissertação), ano e tipo de publicação (artigo, tese ou dissertação). Estes dados foram reunidos em um quadro descritivo com o objetivo de sintetizar e facilitar a visualização de forma adequada das informações relacionadas acima (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Posteriormente, foi elaborado um segundo quadro com as seguintes informações consideradas relevantes para as futuras análises: tipo de universidade (pública/privada), grupo estudado (identificação do Curso ou professor efetivo ou substituto), objetivo do estudo, técnicas e instrumentos para obtenção e análise de dados. Foram, ainda, elencadas as estratégias e mecanismos de defesa identificados nos estudos face às situações de sofrimento no trabalho, considerando que o sofrimento e defesa constituem “um par conceitual que não pode ser dissociado” (MEDEIROS; MARTINS; MENDES, 2017, p. 75). Na construção deste quadro, assim como nas análises posteriormente realizadas, utilizamos os termos “estratégias” e “mecanismos” de defesa da forma como foram citados pelos respectivos autores, como anteriormente explicitado, para garantir a fidelidade aos textos originais.

6.4 AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NA REVISÃO INTEGRATIVA

De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), esta etapa é equivalente à análise dos dados em uma pesquisa convencional. Inicialmente foi realizada uma leitura descritiva dos estudos selecionados. Em um segundo momento foi desenvolvida uma análise das pesquisas a partir de uma leitura crítica, buscando interpretar os resultados obtidos acerca das defesas mais utilizadas pelos docentes frente ao sofrimento no contexto do trabalho acadêmico, propondo explicações para os resultados dos estudos.

6.5 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Esta etapa está relacionada ao momento da discussão dos principais resultados na pesquisa convencional (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Em um primeiro momento foi realizada a descrição das estratégias e mecanismos de defesa utilizados pelos docentes, estabelecendo um panorama do conjunto de publicações que abordam o tema em referência.

Em um segundo momento, foram analisadas as estratégias e mecanismos de defesa mais comuns entre os docentes, frente às vivências de sofrimento no contexto de trabalho. Para isso, foram considerados aspectos quanto ao tipo de universidade (pública ou privada), o grupo estudado e os fatores que geravam sofrimento aos docentes.

6.6 SÍNTESE DO CONHECIMENTO

Esta última etapa da revisão buscou apresentar uma síntese do conhecimento sobre as defesas identificadas pelos autores. Buscamos, ainda, com base nesta síntese, identificar lacunas na literatura que mereçam investigações posteriores, como propõem Mendes, Silveira e Galvão (2008).

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS

O Quadro 1 descreve os 20 estudos selecionados segundo o título, autores, periódico ou universidade, ano e tipo de publicação.

Quadro 1 – Descrição dos estudos selecionados quanto à codificação, título, autores, periódico/Universidade, ano e tipo de publicação. Rio de Janeiro, 2019.

Código	Título	Autores	Periódico/ Universidade (teses e dissertações)	Ano	Tipo de publicação
E1	Trabalho docente no ensino superior: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do Estado do Maranhão	LÉDA	Centro de Educação e Humanidades, Instituto de Psicologia, UERJ	2009	Tese
E2	"Se eu tirar o trabalho, sobra um cantinho que a gente foi deixando ali": clínica de Psicodinâmica do Trabalho na atividade de docentes no ensino superior privado	PEREZ	Instituto de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, UFRGS	2012	Dissertação
E3	O Trabalho docente e a docência em uma Instituição de ensino superior pública: o caso dos professores de odontologia da Universidade Federal de Goiás	FLEURY	Ciências Humanas: Psicologia, PUC Goiás	2013	Tese
E4	A Dicotômica relação de prazer e sofrimento no trabalho do docente de pós-graduação em uma Universidade Pública	SOUTO	Centro de Ciências Sociais e Humanas - Programa de Pós Graduação em Psicologia, UFSM	2013	Dissertação
E5	Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública	VILELA, GARCIA, VIEIRA	Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre	2013	Artigo
E6	Percepções sobre o prazer e sofrimento no trabalho docente: estudo em duas Instituições de Ensino Superior privadas na cidade de São Paulo	BATISTA	Administração, PUC SP	2014	Dissertação
E7	O Professor entre a luta e o luto - da paideia ao pandemônio: um estudo de caso sobre a precarização e o sofrimento psíquico do docente em uma instituição de ensino superior privado de Salvador	MENEZES	Educação: História, Trabalho e Sociedade- Faculdade de Educação, UFBA	2014	Tese

Quadro 1, cont.

Código	Título	Autores	Periódico/ Universidade (teses e dissertações)	Ano	Tipo de publicação
E8	A Psicodinâmica do Trabalho de Professores de Ensino Superior de Enfermagem de Natal/RN	SANT'ANNA	Pós-graduação em Enfermagem, Centro de Ciências da Saúde, UFRN	2014	Dissertação
E9	Estudo sobre os efeitos do processo de expansão da IFMA no trabalho e na saúde de seus docentes	ROCHA	Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Psicologia, UFMA	2014	Dissertação
E10	Sofrimento, processos de adoecimento e prazer no trabalho: as estratégias desenvolvidas pelos docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco na (re)conquista da sua saúde	SIQUEIRA	Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC	2015	Tese
E11	Entre Travessias: A Saúde dos Docentes na Expansão/Interiorização do IFMA	CARDOSO,RIBEIRO	Revista Subjetividades, Fortaleza	2016	Artigo
E12	Assédio moral e sofrimento no trabalho de professores universitários em Manaus	SILVA	Faculdade de Psicologia – UFAM	2016	Dissertação
E13	Organização do trabalho, prazer e sofrimento de docentes públicos federais	AMARAL,BORGES, JUIZ	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	2017	Artigo
E14	Psicodinâmica do Trabalho e riscos de adoecimento no magistério superior	HOFFMANN, ZANNINI MOURACOSTA, COMORETTO	Estudos Avançados	2017	Artigo
E15	A lógica gerencialista e a saúde mental do servidor público de uma instituição de ensino superior	REIS	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas - Pós Graduação Administração, UFG	2017	Dissertação

Quadro 1, cont.

Código	Título	Autores	Periódico/ Universidade (teses e dissertações)	Ano	Tipo de publicação
E16	Trabalho e subjetividade do professor da pós-graduação da UNESP: o sentido do trabalho e as relações entre sofrimento e prazer	RUZA	Centro de Educação e Ciências Humanas – Pós-Graduação Educação, UFSCar	2017	Tese
E17	“A GENTE TÁ SEMPRE COM A GUILHOTINA NO PESCOÇO”: Precarização e violência no trabalho docente sob o olhar da clínica Psicodinâmica do Trabalho	SILVA, SL	Centro de Ciências Humanas –Pós Graduação Psicologia, UFMA	2017	Dissertação
E18	Prazer e sofrimento de docentes e discentes na Pós-Graduação stricto sensu em Enfermagem	MOREIRA, DA	Pós-Graduação Enfermagem, UFMG	2018	Tese
E19	“PAU PRA TODA OBRA”: As vivências de prazer e sofrimento no trabalho de professores substitutos de uma Universidade Federal	RATES, ACF	Revista Trabalho (En)Cena	2018	Artigo
E20	Estratégias de mediação no trabalho docente: um estudo em uma Universidade Pública na Amazônia	TUNDIS MONTEIRO, SANTOS, DALEGONARE	Educação em Revista	2018	Artigo

A análise do Quadro 1 mostra que, dentre o material selecionado, apenas seis foram divulgados na forma de artigo, sendo o restante distribuído entre teses e dissertações. Os artigos foram publicados nos seguintes periódicos: **Revista Eletrônica de Administração** (Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS), **Revista Subjetividades** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza-UniFor), **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho** (Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP), **Estudos Avançados** (Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, IEA-USP), **Revista Trabalho (En)Cena** (Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, UFT) e **Educação em Revista** (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG). Desta forma, verifica-se que são três revistas da área de Psicologia, uma de Administração, uma Educação e uma que aborda temas gerais da Ciência. Nesse aspecto, chama a atenção a escassez de publicações de artigos sobre um tema relevante para saúde dos docentes de IES.

Ressalta-se também o ano da primeira pesquisa selecionada, que data de 2002, período que coincide com algumas transformações no contexto acadêmico, as quais se caracterizaram, como já mencionado, por políticas neoliberais que se traduziram na mercantilização da educação, atendendo às exigências do mercado, valorizando a produção do docente.

Dos 20 estudos selecionados, 15 foram realizados em IES públicas e cinco em IES privadas. Esse resultado indica que as IES públicas têm sido mais investigadas, possivelmente por essas instituições sofrerem um impacto maior diante das transformações, nas últimas décadas. Tais mudanças, voltadas para práticas produtivistas, se traduz por um sistema mercadológico, e se caracteriza pela ênfase no quantitativo de publicações em detrimento da sua qualidade (CHAUÍ, 2003), com consequências diretas na saúde dos docentes, como veremos mais adiante durante a análise das estratégias e mecanismos de defesa. Todavia, outros fatores podem justificar o maior número de pesquisas em Instituições de Ensino Superior pública, como a facilidade dos pesquisadores em obter autorização da instituição para realizar os estudos e/ou o fato de a produção de pesquisa científica no Brasil ser desenvolvida em sua maior parte em universidades públicas, como afirma o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (2018).

Quadro 2 - Descrição dos estudos selecionados quanto ao título, autor(es), codificação, modelo de instituição, grupo estudado, objetivos, procedimentos metodológicos e principais defesas identificadas pelos autores face às adversidades do trabalho

E1. Tese: Trabalho docente no Ensino superior: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do Estado do Maranhão –LÉDA, D.B. (2009)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Privada	Sete docentes de instituições privadas de ensino superior do Estado do Maranhão; uma coordenadora de curso de IPES; um diretor de uma das instituições profissionais localizada na capital maranhense; um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da rede particular do Maranhão (SINTERP-MA); três docentes da diretoria (biênio 2006-2008) do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN); dois ex professores de instituições privadas de ensino superior; um ex coordenador de curso de IPES e do Promotor de Justiça, titular da Promotoria Especializada da Educação.	Identificar as regras contratuais de docentes nas instituições privadas de ensino superior (salários, benefícios, carga horária), ressaltando as diferenciações porventura existentes.	- Pesquisa bibliográfica, eletrônica e documental sobre as categorias trabalho, saúde, trabalho docente, educação superior e sociedade capitalista. Análise das políticas propostas para as instituições de ensino superior no Brasil a partir de 1990, momento em que se acirrou a mercantilização nesse nível de ensino e começou o processo de implantação das instituições privadas de ensino superior no Maranhão. - Questionário socioeconômico - Entrevista semiestruturada individual	- Teoria social do discurso (FAIRCLOUGH, 2001), que considera o discurso como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. - A análise dos dados foi realizada através da articulação do discurso dos entrevistados com a revisão da literatura, como forma de enriquecer o debate sobre a temática em questão.

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** dos docentes estão relacionadas à: **condição de trabalhar somente para pagar as contas; falta de reconhecimento** do gestor (o docente não é valorizado, não é respeitado, a relação com os superiores é distante); **intensificação da carga de trabalho** (elevada carga horária, cobranças burocráticas); **falta de estrutura em sala de aula** (microfone), uma vez que os docentes utilizam a voz de forma frequente; **reclamação com relação aos sindicatos que não atuam de maneira efetiva; excesso de controle da gestão** (ponto eletrônico e controle manual da frequência, câmeras espalhadas na IES, entre as quais, uma na entrada principal dos professores, a obrigatoriedade de comunicar todas as atividades dos docentes, até se o docente levar o aluno pra assistir uma aula na biblioteca, dentro da instituição); **relações conflituosas com os alunos**, que são vistos como clientes pela IES, que exigem, por exemplo a retirada de faltas do controle de presença, junto à Coordenadoria, o que atinge diretamente a autonomia do professor. A autora destaca, por outro lado, que os docentes têm prazer no trabalho, a partir do **reconhecimento por parte dos estudantes, prazer em ministrar as aulas**, entre outros.

As **estratégias** utilizadas pelos docentes são: **negação** (não admitir o sofrimento advindo das condições precárias de trabalho, como o atraso do pagamento, não compartilhar as queixas em relação à instituição que trabalha, evitando assim o sofrimento); **uso de pastilhas, gengibre, líquido para aliviar**, uma vez que utilizam a voz com frequência e as salas não tem uma acústica adequada; **adaptação** (a docente refere que tem que aceitar as situações que incomodam no trabalho, que qualquer ser humano tem que se adaptar as adversidades da vida). Por outro lado, a autora destaca que os professores também atuam a partir da mobilização subjetiva, quando nutrem o desejo pela participação ativa em coletivos que discutem as regras prescritas e as relações socioprofissionais, como no caso da reivindicação para a IES assinar a carteira dos docentes. O estudo ressalta que os professores da IPES do Maranhão vivenciam situações de prazer e sofrimento, no entanto o que prevalece são os **mecanismos de defesa** que levam a **alienação**. Mas também geram estratégias de enfrentamento que propiciam transformações, muitas vezes, lutando contra os “atos sindicais” colocados em prática pelas direções dessas IES.

E2– Dissertação: "Se eu tirar o trabalho, sobra um cantinho que a gente foi deixando ali": clínica de Psicodinâmica do Trabalho na atividade de docentes no ensino superior privado - PEREZ, K.V. (2012)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Privada	- Dezoito professores universitários que atuam em diversas IES privadas do Estado do Rio Grande do Sul.	Compreender a dinâmica prazer- sofrimento no trabalho de docentes universitários vivenciada no contexto acadêmico de IES privadas, analisando o modo como esta relação produz impactos na saúde destes trabalhadores.	- Entrevistas individuais semiestruturadas	Metodologia da PDT - Pré-pesquisa (busca o máximo de informações sobre a organização do trabalho e os sujeitos objetos do estudo); - Pesquisa (diversas reuniões com os sujeitos da pesquisa em local pré-estabelecido); - Validação (ocorre uma devolutiva aos participantes do grupo dos resultados obtidos em forma de relatório) Obs.: a pesquisa foi realizada a partir de uma adaptação da metodologia da PDT, já que não foi possível estabelecer um grupo de professores de uma única IES privada e sim docentes que atuam em diversas IES privadas.

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** estão relacionadas, entre outras, a **falta de reconhecimento, sobrecarga de trabalho e cobranças da gestão**. A autora indica que as **estratégias de defesa** funcionam como estratégias de saúde, porque, muitas vezes, são elas responsáveis por preservar a saúde mental dos trabalhadores nos ambientes de trabalho contemporâneo. Separa as estratégias de defesa em **estratégias defensivas conservadoras da organização do trabalho** e **estratégias defensivas de permanência do sujeito no trabalho**. Indica que os docentes apresentam as seguintes **estratégias de defesas conservadoras: Passividade e não implicação; Dissociação afetiva; Autorresponsabilização; Isolamento (intelectualização/o desejo de não falar sobre o trabalho; Desistência/Repensar a escolha** (pedido de demissão e a busca de trabalho em outra IES. Diante da falta de reconhecimento o docente se sente frustrado repensando sua escolha profissional); **Fuga** (não se deparar com algumas situações. Para aliviar a sobrecarga e as exigências do trabalho docente, busca participar de congressos, qualificação, ter um filho ou até mesmo adoecer); **Racionalização** (busca fornecer explicações para as ações desempenhadas no trabalho; diante da frustração tenta explicar logicamente as causas do sofrimento/**naturalização** dos acontecimentos que causam sofrimento/**Negação** –negar ou mascarar uma situação, evitando encarar questões que causam sofrimento no trabalho, banalizando as injustiças que ocorrem no trabalho);**Ambivalência**(por um lado os docentes sentem-se realizados pelo trabalho que desenvolvem, por outro, acreditam que se doam demais para o trabalho).**Estratégias de permanência do sujeito no trabalho: Relacionamento com os colegas** (tanto dentro dos espaços de trabalho quanto em situações informais)/**relacionamento com os alunos**(o processo de ensino-aprendizagem como um dos fatores que mais proporcionam o sentimento de prazer no trabalho do professor universitário); **Conscientização/Reorganização** (a partir da observação do cotidiano os docentes perceberam o quanto estavam deixando a saúde e a si mesmo de lado, além do quanto passavam muito tempo se dedicando ao trabalho. E a possibilidade de mudança a partir da reorganização de um tempo mais justo, tanto no contexto de trabalho como fora da academia, o que é fundamental para a saúde; **Alertas** emitidos pelo corpo (atenção às situações limites da saúde física e mental, não deixando o trabalho extrapolar outras esferas da vida, o que possibilita realizar um trabalho com saúde; **Autonomia; Perspectiva para o futuro; Sugestões de mudança** (mudança no plano de carreira docente, incentivo à pesquisa, diminuição de carga horária em sala de aula, ou seja, ser remunerado para planejamento de aulas e trabalho com pesquisa. Neste estudo não foi possível observar, segundo a autora, se estratégias de defesa se articulam no coletivo de trabalhadores, sendo dado ênfase as estratégias individuais. No entanto, alguns sinais indicam que algumas estratégias são compartilhadas pelos docentes. Essas estratégias defensivas podem atuar de forma positiva, quando protegem o trabalhador do sofrimento vivenciado em situações de trabalho, promovendo o equilíbrio emocional e evitando o adoecimento. Contudo, também podem atuar de forma prejudicial, uma vez que alienam o trabalhador, impedindo sua mobilização (BARROS e MENDES, 2003).

A autora destaca, entre outros fatores, a importância da compreensão das estratégias promotoras de saúde utilizadas pelos docentes com o intuito de protegê-los contra o adoecimento psíquico.

E3 – Tese: O Trabalho e à docência em uma Instituição de ensino superior pública: o caso dos professores de odontologia da Universidade Federal de Goiás– FLEURY, A.R. (2013)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	Onze docentes (10 doutores e 1 uma professora mestre) da Faculdade de Odontologia da UFG	Descrever e organizar, com base em categorias de análise da clínica da PDT, as vivências dos docentes da Faculdade de Odontologia da UFG em relação ao seu trabalho na IES.	Metodologia da PDT Foram realizados dois estudos: Estudo I - Análise documental - 2008e Entrevistas individuais semiestruturadas, seguindo os 3 eixos da análise clínica do trabalho (organização do trabalho; mobilização subjetiva; e sofrimento, defesas e patologias), num total de 11 docentes da FO da UFG - 2012) Estudo II (Devolutiva e Validação dos resultados do Estudo I com 2 encontros com 6 professores).	- Análise de conteúdo de Bardin (2007) - Análise do núcleo de sentido (Mendes, 2007)

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** ocorrem, entre outros aspectos, nos seguintes fatores: **falta de reconhecimento dos pares, sobrecarga e conflitos nas relações socioprofissionais, pressão por produtividade.** Já em relação às **vivências de prazer** os docentes indicam, entre outros aspectos, que estão relacionadas à **liberdade e autonomia** nas atividades acadêmicas, a **relação com os alunos e ao significado da profissão docente em transformar realidades; a realização de pesquisas, projetos de extensão.**

Para lidar com o sofrimento os docentes utilizam como principais **estratégias de defesa o individualismo e o isolamento.**

A autora destaca que o exercício pleno da **liberdade e a autonomia** podem contribuir para o prazer, por exemplo quando a organização propicia um ambiente de trabalho em que o docente tem possibilidade de deliberar coletivamente sobre as adversidades enfrentadas no cotidiano de trabalho e elaborar soluções compartilhadas. Caso contrário, como foi identificado neste estudo, a liberdade e a autonomia podem trazer sofrimento, pois uma organização que não possibilita a discussão coletiva dificulta a cooperação e a visibilidade do trabalho real e, como consequência, o reconhecimento dos pares.

Nesse sentido, a **liberdade e a autonomia** reforçam a estratégia de **isolamento e a alienação.** E nesse caso, cada professor busca a seu modo uma forma de produtividade, atendendo às pressões da organização, para obter uma boa avaliação, mesmo que perceba o seu trabalho como uma qualidade inferior ao que poderia ser feito.

Nesse aspecto as **estratégias de defesa** que predominam são as **estratégias individuais,** que reforçam a competitividade entre os docentes. Diante desta situação o trabalhador é levado a vivenciar um sentimento de desamparo e solidão, o que eleva o sofrimento e contribui para o adoecimento mental.

É nesse contexto que se insere a clínica da Psicodinâmica do Trabalho, a qual tem como base uma ética de defesa da saúde do trabalhador e de sua ação autônoma e transformadora das formas patogênicas de gestão e organização do trabalho.

E4 – Dissertação: A Dicotômica relação de prazer e sofrimento no trabalho do docente de pós-graduação em uma Universidade Pública –SOUTO, B.L.C. (2013)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTEÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	Seis docentes universitários, do quadro permanente d programas de pós-graduação a nível de mestrado acadêmico dos centros de Ciências da Saúde e Ciências Sociais e Humanas de uma instituição de ensino superior pública, do interior do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.	Descrever a dimensão laboral dos docentes do programa stricto sensu (mestrado acadêmico) em Instituição de Ensino Superior Pública	- Levantamento dos dados sociodemográficos e profissionais - Entrevista semiestruturada	- Análise estatística e descritiva, com frequência e percentual, para análise dos dados sociodemográficos e profissionais, associada à discussão teórica qualitativa. - Análise de conteúdo de Bardin para os dados da entrevista.

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** não aparecem de forma clara, e sim através da **estratégia de defesa denegação do sofrimento**, em relação a algumas exigências do trabalho sobre as quais os docentes se expressam colocando palavras diversas para substituir a palavra sofrimento. A autora destaca que mesmo na simples substituição de palavras, a identificação do sofrimento fica evidente na prática dos docentes. Por exemplo, nas atividades associadas ao excesso de burocracia (o docente se refere a burocracia relatando que “odeia”, que “ se frustra” nas tarefas que envolvem demasiada burocracia), no cumprimento de atividades administrativas, nas relações de poder (o docente refere que se sente mal diante da pressão para cumprimento de prazos), na falta de estrutura e de ambiente de trabalho. Nesse aspecto é possível compreender esse mecanismo de defesa, uma vez que ao assumir o sofrimento no trabalho os docentes estariam desqualificando o prestígio e o reconhecimento que conquistaram.

A autora destaca também as **vivências de prazer**, como **aperfeiçoamento pessoal e profissional**, compartilhamento do saber e reconhecimento, o que por vezes se sobrepõem às vivências de sofrimento que se revelam de forma velada (como a **sobrecarga de trabalho** com atividades administrativas e exigências de publicações , entre outras). Nesse sentido, a autora destaca que a organização do trabalho em Instituições de Ensino Superior Pública infere, muitas vezes, em situações desgastantes para o docente. E, ao mesmo tempo, produz situações de grande satisfação e prestígio, ficando clara a relação dicotômica entre prazer e sofrimento no trabalho dos docentes.

Diante deste contexto, o docente se utiliza da **estratégia de negação** do sofrimento para não se mostrar fragilizado. Esse processo é compreensível em uma sociedade neoliberal, com características produtivistas e cobranças para atingir metas, onde o conhecimento passa a ser uma mercadoria e não tem espaço para fraquezas.

A autora conclui, afirmando que pensar nas formas de organização e condições de trabalho dos docentes universitários é oportuno, uma vez que se compreende que ocorre um movimento coletivo e defensivo para pactuar e assegurar o processo de trabalho como forma de enfatizar os aspectos de prazer e mascarar o sofrimento. Portanto, conclui a autora, é importante compreender como se dá esse sistema dicotômico, que se retroalimenta através da busca de prazer no trabalho, e ao mesmo tempo, a necessidade de não expor o sofrimento. A autora ainda refere que fica notório, em algumas atividades dos docentes, o uso da estratégia de defesa da negação do sofrimento. Esse fenômeno é compreensível, uma vez que ao assumir o sofrimento no trabalho, os docentes estariam desqualificando o prestígio e o reconhecimento que conquistaram.

E5 – Artigo – Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública – VILELA, E.F.; GARCIA, F.C.; VIEIRA, A. (2013)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	Professores do curso de Pedagogia de uma instituição de ensino superior	Analisar as percepções dos professores em relação ao prazer-sofrimento no trabalho docente	- Escala de indicadores de prazer-sofrimento no trabalho (EIPST) - Entrevista semiestruturada	- Estudo qualitativo e quantitativo - Sistema SPSS (Statistical Package for Social Scienc) - Análise de conteúdo (BARDIN, 1974)

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** ocorrem de forma moderada e estão relacionadas ao **esgotamento, à sobrecarga de trabalho e ao estresse**, além de **sentimento de indignação e desvalorização e falta de reconhecimento**. O **sofrimento provocado pela precarização do trabalho** se revela associado a diversos fatores: o primeiro é a **contratação temporária de professores substitutos** (designados) para o preenchimento de vagas que deveriam ser preenchidas por meio de concurso público, o que provoca insegurança e o **medo** de perder o emprego. O segundo fator é a **intensificação da atividade docente**, incluindo novas demandas (pesquisa, extensão, publicações científicas, participação em reuniões de grupos de pesquisa; participação em reuniões técnico-administrativas; representação em órgãos colegiados; participação em reuniões departamentais e com a Direção da Faculdade; e orientação e participação em bancas de monografias e trabalhos de conclusão de curso), que acabam por provocar **sobrecarga de trabalho, estresse e adoecimento**. A **falta de uma organização sindical que favoreça a liberdade de expressão** é o terceiro fator. O quarto é a **perda de autoridade de professor**, que deve se relacionar com um aluno-cliente em um contexto que transforma o ensino em mercadoria. O quinto é a **necessidade de lecionar em outras instituições de ensino** como forma de complementação de salário.

Quanto às **estratégias de defesa** para lidar com as vivências de sofrimento, a autora refere: a **compensação**, que ocorre quando os professores buscam **maximizar as vivências de prazer** como tentativa de atenuar as exigências do trabalho (como o relato de docentes que referem que adoram sua profissão, sentindo-se realizadas e motivadas, porém cansadas devido ao ritmo de trabalho); a **racionalização**, quando os docentes buscam **justificar as situações desagradáveis do trabalho** decorrentes, principalmente, de controle das emoções e de custo emocional (como não deixar transparecer sentimentos de “raiva” ou “deixar de sorrir” e “não apontar os erros” para não criar animosidade); e, por fim, a **negação do sofrimento**, que decorre da tentativa de **minimizar e justificar os sintomas aparentes de adoecimento físicos e psicossociais** (distúrbios de sono, dores nas pernas, cansaço excessivo, esgotamento emocional e estresse). Ainda como **estratégias de defesa** alguns dos docentes relatam que utilizam a **terapia** para lidar com o sofrimento no trabalho.

A autora ressalta que o uso das **estratégias defensivas** se torna necessário para lidar com o **esgotamento emocional e o estresse** gerado pelas situações mencionadas acima. E que são agravadas pelo contexto do trabalho, como condições do ambiente físico, ausência de suporte organizacional para os trabalhadores docentes do período noturno, política de pessoal incipiente e ausência de valorização salarial da categoria.

E6– Dissertação: Percepções sobre o prazer e sofrimento no trabalho docente: estudo em duas Instituições de Ensino Superior privadas na cidade de São Paulo– BATISTA, M.B. (2014)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTEÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Privada	Seis professoras do curso de Administração de duas IES privadas da cidade de São Paulo, denominadas IES A e B, sendo três professores da IES A e três professores da IES B. Não se planejou que as entrevistadas fossem do sexo feminino, mas isso ocorreu em função das aceitações e recusas dos docentes convidados a participarem da pesquisa.	Investigar e analisar o processo de prazer e sofrimento de professores universitários que atuam em duas diferentes instituições de ensino privadas denominadas A e B, analisando as possíveis divergências e convergências e as estratégias de defesa individuais e coletivas mais utilizadas.	- Revisão bibliográfica - Observação participante somente na IES B em relação aos corredores, sala de professores e salas de reunião em momentos de atividade e descanso. - Entrevistas semiestruturadas individuais em profundidade, sendo formulada a partir de 29 questões, subdivididas em identificação pessoal e vida profissional. As respostas foram classificadas em vivências de prazer e sofrimento e posteriormente foram categorizadas por temas, abordando também as estratégias de defesa que mais foram utilizadas.	- Análise de conteúdo de Bardin (1977)

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** estão relacionadas à **falta de salário igualitário** entre os docentes e a titulação correspondente, **falta de reconhecimento institucional**, **sobrecarga de trabalho** (quantidade de disciplinas que os professores ministram; **tarefas acadêmicas e necessidade constante de capacitação**; **competição entre os colegas**; **falta de respeito dos alunos** (questionam notas, faltas); **controle excessivo exercido pela Universidade B**. As **estratégias de defesa** que mais se destacaram foram as **estratégias individuais de compensação, racionalização e a negação**. A estratégia de **compensação** pode ser observada quando os docentes buscam realizar **atividade física** (caminhar; correr na esteira) para minimizar o custo físico, conseguindo equilibrar as dificuldades na organização do trabalho; **a religião** (rezar, ir à igreja); **a arte** (cinema, teatro, leitura, meditação); **o sono** (nesse caso o sono se apresenta como exaustão e não um sono reparador. Uma docente relata que precisa dormir pois não tem prazer em estar na instituição); e **iniciar as aulas 10min a 15 min depois do horário marcado**, para ficar menos tempo em sala de aula.

A estratégia de defesa da **racionalização** aparece quando a professora alega que teria problemas em qualquer outro lugar que trabalhasse, o que pode indicar que as docentes permanecem imóveis diante das dificuldades, procurando não modificar o que considera errado. Algumas professoras desabafam com os colegas sobre as adversidades e alegrias no trabalho, porém com a família parecem tentar evitar falar sobre o trabalho. Outras professoras evitam contato com outros colegas ou um diálogo mais aberto, utilizando a **estratégia de negação**, naturalizando o sofrimento. Como exemplo, referindo que alguns colegas reclamam muito dos alunos ou se queixam demais, o que considera muito chato ou irrita. As **estratégias individuais** foram utilizadas de forma recorrente, em situações em que as docentes procuraram individualmente soluções para suas insatisfações. Entre as **estratégias mais citadas para lidar com o sofrimento**, está na perspectiva, em curto prazo, poder **sair da área educacional, de forma temporária ou definitiva**.

Os resultados nas duas IES foram bem semelhantes, seja em relação ao sofrimento, ao prazer ou às estratégias de defesa mais utilizadas pelas docentes. Quanto ao **prazer**, destacam-se as **atividades de lecionar**; **a convivência com os alunos e seu reconhecimento**; **a contribuição para formação de indivíduos críticos**; e o fato de **considerarem seu trabalho importante para si, para a organização e para a sociedade**. Quanto às **vivências de sofrimento**, estas indicam que os resultados dão indícios de **profunda tristeza**, o que revela que a saúde dessas professoras está fragilizada. Entretanto o prazer no trabalho parece encorajar as docentes a enfrentar as dificuldades do cotidiano dessas profissionais.

A autora refere que, assim como em outras categorias profissionais, o que se vê é uma classe de trabalhadores acuada e enfraquecida, que busca fazer manobras para dar conta das demandas da organização e se utiliza de **estratégias individuais**, de maneira recorrente, para continuarem sobrevivendo e tendo prazer no trabalho. A autora refere ainda que é urgente que essa classe seja unida, que se mobilize e busque coletivamente melhores condições para sua profissão. E destaca que, talvez, a principal tarefa de uma pesquisa seja instaurar dúvidas e alertar para que uma nova tomada de consciência seja trazida à tona.

E7 – Tese: O Professor entre a luta e o luto - da Paidéia ao pandemônio: um estudo de caso sobre a precarização e o sofrimento psíquico do docente em uma instituição de ensino superior privado de Salvador – MENEZES, A.A.M. (2014)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Privada A escolha da unidade que foi estudada se deu a partir de um processo de transformação da Instituição, após sua venda para uma IES privada de outro estado brasileiro, e posteriormente, para um grupo internacional.	Participaram da pesquisa cinco professores que trabalharam na instituição, mas que não permaneceram após a venda para o grupo estrangeiro, uma professora que está trabalhando até os dias atuais, uma ex-coordenadora e um professor de uma universidade norte-americana , totalizando oito docentes .	Compreender as mudanças no cenário do trabalho docente do ensino superior privado em uma unidade de ensino na cidade de Salvador, em um contexto de internacionalização da educação e precarização do trabalho docente.	- Pesquisa documental (sites especializados, acesso a pesquisas, leis, projetos, processos judiciais, jornais de grande circulação na cidade de Salvador e programas educacionais voltados para o ensino superior de 2000 a 2010, tais como: Unesco, OCDE, MEC, Capes, entre outros). - Entrevista em profundidade (técnica de associação livre, e estimulação)	- Análise de conteúdo, com critérios de análise bem definidos (percepção histórica, posição ideológica, sentimentos conflitantes, abalos à saúde, mecanismos de defesa utilizados, capacidade de enfrentamento e trajetória de superação).

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** estão associadas à **venda da Universidade**, que provocou a **perda salarial, a falta de reconhecimento e desrespeito, falta de autonomia, mudança do projeto pedagógico, precarização do trabalho** (vista pela autora como precarização perversa, através da exploração da força de trabalho voluntária dos docentes), **controle dos professores pela gestão administrativa e demissão de funcionários**. A autora destaca que nem sempre a **servidão** dos trabalhadores se dá em condições adversas, podendo ser uma adesão voluntária por parte desses trabalhadores, uma vez que ocorre uma identificação com o poder. A manipulação da subjetividade é feita com muita eficiência pela gestão e pode fazer com que grande parte da classe trabalhadora se renda a um discurso de sucesso pautado na exploração da força de trabalho.

A autora refere que a eficácia das **estratégias defensivas** utilizadas por alguns docentes não se sustentou por muito tempo, o que desencadeou o adoecimento. Neste caso, a fala de uma docente evidenciou que alguns professores negavam o sofrimento (**estratégia de negação**). Sofriam em silêncio, desqualificavam e ironizavam, ou até mesmo se posicionavam através de agressões verbais aos professores que lutavam pela melhoria das condições de trabalho e por um projeto pedagógico de qualidade. Alguns professores optaram em **pedir demissão da instituição (outra estratégia defensiva)**, resignificando a dor e o sofrimento. Outra estratégia defensiva utilizada foi a **servidão**. Esta pode ser caracterizada como uma **estratégia de exploração**, a partir de situação em que os trabalhadores ficam conformados e tendem a querer demonstrar aos gestores o quanto estão adaptados e integrados, e como são eficazes frente às exigências da organização. Essas estratégias foram utilizadas para evitar o sofrimento após a venda da Universidade, que teve como consequência a mudança do projeto pedagógico. Passou a ter como objetivo a produtividade e o lucro, tendo como consequência a precariedade do vínculo empregatício e das condições de trabalho.

Outro grupo de professores, que fazia parte de uma comissão para negociar com a nova gestão da universidade, atuou na **luta contra o desmonte do projeto pedagógico de qualidade e relações menos perversas de trabalho**. Esta luta se deu através de **ação junto ao Ministério Público** (que acabou arquivada); **pronunciamento na Câmara dos Vereadores; audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado** (para discutir os caminhos da educação privada superior no Estado da Bahia). Nesse sentido, segundo a autora, nada foi feito para conter o capitalismo predatório dos empresários da educação. Os docentes também realizaram **questionamento junto à direção da Universidade e argumentação quanto à demissão de todos os docentes que faziam parte da Comissão de professores; e, por fim uma ação judicial, acionada por todos os docentes que foram demitidos**, alegando demissão discriminatória e ressarcimento trabalhista por horas trabalhadas e não remuneradas pela organização. Essas ações foram referidas pela autora como **estratégias de mediação e de experiência subjetiva**, o que possibilita resignificar o sofrimento, a partir da tentativa de reverter e anular o estado das coisas vigentes. Nesse caso, podemos identificar **estratégias de enfrentamento**, que podem ser entendidas como algo que procura modificar o que gera sofrimento, ou quando o trabalhador consegue reconhecer aquilo que gera o sofrimento e age para alterar a origem do problema.

Segundo a autora todos os professores que entraram com ação trabalhista, incluindo os cinco professores que foram entrevistados, ganharam a causa e tiveram o reconhecimento legal de que as suas demissões foram discriminatórias. De acordo com a autora, o caminho de emancipação é reconhecer, inicialmente, a violência como algo mutável e identificar o sofrimento e a precarização no trabalho, através de movimentos, pesquisas e discussões públicas com o coletivo de trabalhadores e estudantes que podem agir como sujeitos transformadores da própria história.

E8: Dissertação -A Psicodinâmica do Trabalho de Professores de Ensino Superior de Enfermagem de Natal/RN– SANT’ANNA, J.G.F.C. (2014), com apresentação de dois artigos.

Artigo 1 - A Psicodinâmica do Trabalho de Professores de Ensino Superior de Enfermagem de Natal/RN

Artigo 2 – Professores de enfermagem e suas estratégias para o enfrentamento de barreiras no seu ambiente de trabalho.

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Privada	Sete professores do curso de graduação em enfermagem de uma instituição de ensino superior no município de Natal/RN	- Analisar os fatores geradores de prazer e sofrimento no trabalho do professor de Ensino Superior de Enfermagem.	- Entrevistas individuais com roteiro semiestruturado, contendo questões norteadoras relativas à organização do trabalho, reconhecimento, liberdade, desgaste e insegurança.	- Análise de conteúdo, a qual pretende superar o conteúdo manifesto da mensagem, para, através da inferência, atingir uma interpretação mais profunda.

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** estão relacionadas ao **medo** (devido ao vínculo empregatício frágil e uma constante ameaça de desemprego, apesar do temor da demissão vinculado ao medo de adoecer ser velado); **má remuneração** (o docente, remunerado por hora-aula, necessita complementar sua renda com outro emprego, o que acarreta uma sobrecarga de trabalho, além de precisar utilizar mais tempo, fora do horário da jornada de trabalho, para realizar atividades inerentes a sua função de professor (como planejamento, preparação de aulas, correção de trabalho, entre outras), o que torna ainda mais injusta a sua remuneração e autonomia e liberdade). No que se refere à autonomia e liberdade, a autora refere que houve divergência nas respostas. Por um lado, o docente coloca as dificuldades em relação à autonomia, pois o professor é moldado para satisfazer o aluno, cliente numa relação mercadológica, o que leva a restrição da liberdade e autonomia do professor. Por outro lado, aos docentes-pesquisadores que alimentam estatísticas e concorrem à editais, as instituições dariam uma liberdade estratégica, uma vez que precisam investir no quadro dos professores mais qualificados, o que dá visibilidade e possibilita levantar fundos para a própria instituição.

As **estratégias de defesa** desenvolvidas pelos docentes de enfermagem estão relacionadas à **utilização do tempo além do estabelecido pela instituição**, para realizar atividades de ensino junto aos alunos comprometendo seu tempo não remunerado. Essa estratégia é utilizada para dar conta da formação do aluno, já que na área da saúde é necessária uma supervisão diferenciada, pois abrangem atividades que envolvem a população. Esta forma de supervisão remete a um sentimento de responsabilidade por parte do docente, levando-o a utilizar seu tempo livre para atividades laborais. Caso contrário, o docente teme executar mal seu trabalho. A autora refere outra defesa utilizada pelos docentes, os quais procuram maior **qualificação na teoria ou mesmo com experiências de outros colegas**, quando se deparam com situações para as quais não se sentem preparados, seja pela sua formação profissional ou mesmo pela sua experiência pregressa. A autora refere, também, a situação em que o docente se empenha para **equacionar o tempo** para o domínio da atividade de ensino, podendo sobrecarregar-se para dar conta dos seus afazeres ou se sentir frustrado por não conseguir alcançar o almejado. Outra estratégia utilizada é quando o docente solicita **auxílio dos alunos** para suprir a carência de profissionais na instituição de ensino, já que diversas tarefas administrativas são realizadas pelos professores. Destaca-se também a estratégia de defesa do docente **realizar atividades em grupo**, diante de uma grande quantidade de alunos por turma, evitando que tenha tantas tarefas extraclasse para correção, fora do expediente laboral. Por fim, a estratégia utilizada pelos professores, através da **dedicação individual ao aluno**, devido aos níveis diferenciados dos alunos em relação aos conteúdos básicos (ortografia, leitura e compreensão de texto), principalmente nas turmas iniciais. No entanto, muitas vezes, a instituição não oferece condições para superar essas limitações. O docente, muitas vezes tende a levar atividades acadêmicas para o ambiente extra laboral devido à sobrecarga de trabalho. No entanto a autora observa que são as atividades com os alunos e com a população que também promovem satisfação pela gratificação expressa por ambos.

Diante desse panorama, a autora conclui, entre outros aspectos, que **as estratégias de defesa surgem com caráter protetor e adaptativo, porém podem impedir o trabalhador de reconhecer o que o faz sofrer.**

E9– Dissertação: Estudo sobre os efeitos do processo de expansão do IFMA no trabalho e na saúde de seus docentes – ROCHA, L.S.F. (2014)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTEÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	Sete professores; um gestor e um líder sindical, do <i>campus</i> São Luís-Monte Castelo, o mais antigo do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), que já atuou como sede e de onde foi originada a Reitoria.	Analisar o desafio da expansão da educação profissional e suas repercussões no trabalho e na saúde dos docentes do Instituto Federal do Maranhão	- Três roteiros de entrevista semiestruturada: para os professores, para o gestor e para o líder sindical. Entre as questões dos docentes, são abordados o significado do trabalho, as situações que geram prazer no exercício do trabalho e as situações que geram desprazer e como lida com isso.	Análise de conteúdo

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** estão relacionadas, entre outros aspectos, ao **assédio moral**, ao **departamento não ter curso** (apenas oferece disciplinas a outros departamentos), **condições precárias das estruturas físicas do *campus***, assim como as **dificuldades enfrentadas diante das mudanças em função da expansão do IFMA**.

Quanto ao **prazer no trabalho**, a maior parte dos docentes entrevistados refere **prazer no relacionamento com os discentes** e a **possibilidade de proporcionar boas condições de aprendizado**.

A autora aponta como **estratégia defensiva** o **companheirismo** dos docentes, por exemplo, diante de uma limitação física. Por exemplo, não havia sala e diante disso o docente relata que uma vez invadiram uma sala que estava sendo reformada, improvisando com fitas decorativas para tapar buracos, utilizando o espaço para dar aula. Em outra situação, uma docente relata que mesmo tendo muitas amigas, não gosta mais da instituição, pois tem um grupo que não gostaria nem de ver na sua frente, por já ter sido ofendida, limitando-se a dar bom dia, indicando a estratégia de defesa de **isolamento**.

A autora refere um aspecto recorrente na fala dos professores, que foi a **escassez de ações coletivas na busca por melhorias nas suas condições de trabalho**. Poucos foram os relatos de professores envolvidos com os sindicatos ou que tenham se mobilizado com outros profissionais na busca pelo bem comum. A forte departamentalização do *campus* São Luís – Monte Castelo contribui para restringir o contato entre professores, dificultando a construção de um espaço de discussão que trouxesse melhorias para toda a classe. A autora refere ainda, que vários professores revelaram **reações isoladas** frente a problemas vivenciados no trabalho, concluindo que apesar dos obstáculos para a mobilização sindical muitos professores revelaram uma posição crítica em relação a vários aspectos do processo de expansão do IFMA, principalmente no que diz respeito à sua desorganização. Destaca-se, segundo a pesquisadora, essa crítica como essencial para que sejam construídas possibilidades de reação que busquem, de fato, transformar a realidade do trabalho.

E10 – Tese: Sofrimento, processos de adoecimento e prazer no trabalho: as estratégias desenvolvidas pelos docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco na (re)conquista da sua saúde– SIQUEIRA, A.B.(2015)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	Sete professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), campus Recife, afastados das atividades, durante o ano de 2013, em decorrência do processo saúde-doença psíquica.	- Analisar a relação entre trabalho e saúde mental dos professores do IFPE, <i>Campus</i> Recife, a partir dos enfrentamentos do sofrimento e os processos de adoecimento (psíquico) desenvolvido por esses profissionais no exercício de sua atividade.	- Pesquisa bibliográfica - Entrevista semiestruturada – Roteiro da entrevista: dados sociodemográficos. Questões norteadoras: como se deu a inserção na área da educação, o que levou a trabalhar com a docência e como avalia as condições de trabalho da instituição, relacionamento interpessoal, doença (s) que provocaram afastamento, quais estratégias de defesa são utilizadas para lidar com os problemas do dia a dia no trabalho, entre outras questões.	- Análise de conteúdo temática

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** estão relacionadas à **organização do trabalho**, destacando a **complexidade das relações intersubjetivas**, sendo um dos principais entraves na dinâmica laboral de acordo com os docentes. A complexidade dessas relações está relacionada à **falta de cooperação entre os colegas de trabalho, relações hierárquicas e rígidas** em alguns departamentos e/ou coordenações, pelo **distanciamento afetivo (amizade)** e pelo **individualismo entre os pares**, pelo **assédio moral, desvalorização da profissão, falta de interesse dos alunos, falta de apoio institucional, a falta de um espaço de discussão coletivo, sobrecarga de trabalho**, entre outros fatores.

Quanto às **estratégias de defesa** utilizadas pelos docentes, estas se referem, por exemplo, na **busca ao departamento médico da instituição** devido à sobrecarga de trabalho (extensa jornada de trabalho de quase 12h). A autora também identificou **estratégias de defesa/enfrentamento** para lidar com o sofrimento e/ou adoecimento: os docentes realizam **psicoterapia, ioga, reiki, meditação, pilates, aulas de dança, lazer com a família, uso de medicação, e discussão coletiva e política dos problemas da instituição** (fomentar um espaço coletivo de discussão através da candidatura à direção da Instituição). Quanto ao adoecimento, os docentes referiram a síndrome de burnout, depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia, síndrome do pânico, transtorno fóbico, hipertensão e problemas cardíacos (infarto). Para Dejours (1993) as doenças não surgem e/ou evoluem por acaso nas pessoas, mas precisamente quando alguma coisa danosa ocorre na vida psíquica, afetiva, até mesmo as doenças físicas são desencadeadas por conta de uma situação afetiva insustentável, no momento em que o sujeito está sob pressão psíquica. A autora destaca que há, na dinâmica do trabalho dos docentes, **vivências de prazer**, como o **reconhecimento e relacionamento** (principalmente com os alunos), **autonomia no processo de ensino-aprendizagem e a contribuição social**. A autora ressalta ainda que esse estudo pode contribuir para a compreensão das estratégias de defesa desenvolvidas pelos docentes para lidarem com o sofrimento e os possíveis processos de adoecimento no trabalho, bem como a possibilidade de transformá-los em fontes de prazer e de sentido, garantindo assim, a (re)conquista de sua saúde. A autora não conceitua a diferença entre estratégias de defesa e enfrentamento, utilizando os termos em referência, como sinônimo no estudo.

E11 - Artigo: Entre Travessias: A Saúde dos Docentes na Expansão/Interiorização do IFMA– CARDOSO, V.M.L.; RIBEIRO, C.V.S. (2016)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	- Cinco professores e dois diretores do IFMA – - Total de professores no IFMA: 37 professores - Amostra intencional	Analisar os efeitos da migração na saúde dos docentes, bem como as estratégias de mediação utilizadas por esses profissionais para manterem-se saudáveis.	- Entrevista semiestruturada (idade; estado civil; quantidade de filhos; residência; tempo de trabalho na instituição)	- Análise do discurso (Fairclough, 2008) -permite analisar os discursos considerando sua relação dialética com a estrutura social e as relações de dominação.

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** estão relacionadas às **condições de infraestrutura deficitárias da cidade onde se localiza o campus (Alcântara); grande desgaste para realizar a travessia entre a cidade de São Luís e Alcântara – embarcações precárias; ausência de laboratório e de matérias que são necessários às aulas práticas dos professores; distanciamento familiar; ausência de incentivo financeiro para fixar residência no campus de Alcântara.**

Como **estratégias de defesa**, os professores estabelecem **vínculo com a comunidade de Alcântara e suporte da família que reside em São Luís**, já que permanecem parte da semana em Alcântara; **preparo corporal, físico, para o trabalho**, quanto à travessia de São Luís para Alcântara, para carregar livros, roupas e alimentação (professora); **uso de medicação para enjoo**, já que as embarcações são precárias.

As repercussões do processo de migração na saúde de docentes lotados no campus de Alcântara do IFMA traduzem um cenário caracterizado pelo movimento de expansão/interiorização dos institutos federais como oportunidades de trabalho, de realização, mas, paradoxalmente, de modo concomitante, propicia vivências de angústia e sofrimento diante das condições precárias e adversas do contexto laboral.

E12 – Dissertação: Assédio moral e sofrimento no trabalho de professores universitários em Manaus– SILVA, K. (2016)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	Inicialmente o grupo era composto por oito profissionais , entre servidores docentes e técnicos administrativos, em sua maioria mulheres. No decorrer das sessões houve desistência e dando prosseguimento ao estudo, chegou-se a composição final, a partir da sexta sessão, contando com três professoras , num total de doze sessões.	Compreender a configuração do assédio moral e suas implicações no trabalho dos professores de uma instituição pública de ensino superior de Manaus. A demanda da pesquisa foi realizada pelos próprios professores que participaram do estudo, os quais são servidores de uma IES Pública de Manaus, e alguns são membros de grupo de enfrentamento de assédio moral. Estes solicitaram, de forma coletiva junto ao sindicato, o atendimento do CEREST/AM, tendo como objetivo inicial a reparação dos danos. Nesse sentido as pesquisadoras esclareceram que o estudo não tinha esse propósito, e sim o de oferecer, pela Clínica do Trabalho, um espaço de fala e de escuta do sofrimento no trabalho, ou seja, do assédio moral.	Metodologia da PDT: Pré-pesquisa; pesquisa e validação. - Doze sessões coletivas; documentos; gravador; um diário de campo e um memorial elaborado a partir da fala dos participantes e das impressões causadas nas pesquisadoras durante as sessões, informações verbais e não verbais, que fossem relevantes para a análise dos dados. - A coleta de dados deu-se a partir das sessões grupais realizadas com os professores e os pesquisadores. Durante as sessões os participantes foram estimulados a falar de suas vivências subjetivas no trabalho (MENDES, 2012).	- As situações de trabalho foram analisadas clinicamente, segundo as categorias de análise da psicodinâmica (organização do trabalho; mobilização subjetiva; sofrimento, defesas e patologias). Foi criado um memorial pelas pesquisadoras, que era lido ao início das sessões, com o objetivo de mobilizar as falas nos participantes e destinava-se a validação, ou não, das falas junto aos trabalhadores, bem como as interpretações elaboradas pelas pesquisadoras. O resultado foi condensado em um memorial final em que os participantes propuseram alterações e acréscimos, para posterior validação do que foi construído coletivamente durante as sessões da clínica.

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As vivências de sofrimento estavam relacionadas ao **assédio moral** (relações autoritárias, favorecimento de grupo, relações de troca de favores que desconsideravam o profissionalismo), **competição entre os pares e falta de cooperação, falta de reconhecimento do trabalho** tanto dos pares quanto da chefia, **não reconhecimento do assédio moral, individualismo, o descrédito, a solidão, o silêncio dos colegas, o afastamento do trabalho, o estigma do adoecimento** e o fato de serem tratadas como pessoas sob o risco constante de desestabilização emocional. Esses fatores, relacionados ao sofrimento, levaram, por vezes, ao adoecimento e a até mesmo pensamentos suicidas e tentativas de suicídio, de acordo com os relatos das professoras. A autora destacou que os participantes da pesquisa expressaram o quanto era doloroso relembrar aquelas vivências ao ouvir ou ler os documentos produzidos para fazer prova administrativamente.

Estratégias de defesa: a autora refere que foi identificada a **estratégia denegação**, quando uma participante abordou a questão da percepção do sofrimento na terceira pessoa, ou seja, a percepção do sofrimento imposta ao outro. Outra **estratégia de defesa identificada** foi a docente se **culpabilizar** pelo assédio moral que sofreu, quando a mesma alega que o agressor não tem consciência do que faz e que, por vir de outro estado, as pessoas não possuem referências dela. A questão de gênero apareceu nas falas das professoras, quando um coordenador alega que “quando a docente se casar, vai melhorar”, expressando a tentativa de humilhar e diminuir a profissional, pela condição de ser uma mulher solteira.

A autora destaca que, ao longo das sessões, o grupo passou por um processo de transformação. Inicialmente, pela da fala do sofrimento se deslocando para a perlação desse sofrimento, e então, passando a discutir o assédio moral dentro do contexto das relações de trabalho. E a partir daí, começou a expressar o **prazer de trabalhar** decorrente da **relação com os alunos e da produção científica**. E, também iniciou um movimento dirigido à **criação coletiva de estratégias de enfrentamento**, em função dos problemas relacionados ao assédio moral e ao sofrimento no ambiente de trabalho. Elaboraram as seguintes propostas de **enfrentamento: caracterização do assédio moral** (para que os servidores pudessem compreendê-lo e fomentar a prevenção de novos casos, além de auxiliar as pessoas que vivenciam essas situações a enfrentá-la); **fortalecimento da comissão de combate ao assédio moral; atuação de uma equipe multiprofissional** para acolhimento, orientação, atendimento e consultoria técnica aos servidores que tenham vivenciado o assédio moral, bem como a prevenção de novos casos, através da mediação de conflitos; **levantamento do quantitativo de servidores afastados por adoecimento psíquico; criação de um programa de qualidade de vida no trabalho** para os servidores e **estabelecer diálogo com a gestão**, buscando soluções, em especial para os casos de assédio moral, visando à **construção de um espaço aberto ao debate de propostas coletivas**. Nesse sentido, a autora ressalta que as professoras que permaneceram na clínica tinham a fala e a escuta do assédio moral como demanda principal, uma vez que desejavam encontrar estratégias para lidar com as hostilidades de seus superiores hierárquicos. Nesse aspecto, a autora refere que os professores tiveram ganhos, mesmo com percalços, idas e vindas e com todos os imprevistos e resistências, traduzindo assim, o real da clínica do trabalho. A autora ressalta que foi possível as participantes fazerem do espaço da fala e da escuta um espaço político de deliberação sobre as regras de trabalho, no intuito de demonstrar a possibilidade do **enfrentamento** da violência do assédio moral no trabalho, mesmo com as dificuldades institucionais encontradas.

E13 – Artigo: Organização do trabalho, prazer e sofrimento de docentes públicos federais – AMARAL, G.A.; BORGES, A.L.; JUIZ, A.P.M. (2017)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	Cinco docentes de um campus de interior de uma universidade federal. Foi entrevistado um docente de cada uma das cinco grandes áreas do conhecimento presentes no <i>campus</i> em questão: Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Linguística e Ciências Agrárias. Entre os entrevistados, três eram homens e duas eram mulheres.	Compreender a relação entre organização do trabalho e as vivências de prazer e sofrimento de docentes de um campus de interior de uma universidade federal	Entrevista semiestruturada, individual. A Análise Clínica do Trabalho (ACT) é um método para organizar o material coletado nas sessões coletivas, sendo constituída por 3 etapas: Análise dos Dispositivos Clínicos (ADC), Análise Psicodinâmica do Trabalho (APDT) e Análise da Mobilização do Coletivo de Trabalho (AMCT) Como nesta pesquisa não foram utilizados encontros coletivos, foi realizada uma adaptação do método da clínica Psicodinâmica do Trabalho, utilizando somente a Etapa II (APDT)	- Análise de conteúdo de Bardin (1997), que se dá por meio de procedimentos sistemáticos, que consiste em uma série de técnicas de análise das comunicações, buscando a descrição do conteúdo das mensagens que permitam a inferência de conhecimentos dentro da abordagem utilizada para amparar esta pesquisa. A Etapa II do método da ACT, APDT corresponde à estruturação de três eixos de análise: O Eixo I que corresponde a organização do trabalho prescrito e do trabalho real. O Eixo II diz respeito à mobilização subjetiva. O Eixo III refere-se ao sofrimento, às defesas e às patologias.

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** estavam relacionadas às situações de **conflitos interpessoais e à falta de infraestrutura e sobrecarga no trabalho**. Na maioria das vezes, estas vivências foram transformadas em sofrimento criativo, através da mobilização da inteligência prática, da autonomia e da e da satisfação sublimatória. Essa condição foi propiciada pelo prazer dos docentes nas atividades de ensino e pesquisa e no relacionamento com os alunos.

As **estratégias de defesa** foram identificadas pelo **individualismo**, relacionadas a seguir: adquirir materiais, que deveriam ser disponibilizados pela universidade, com recursos próprios ou advindos de editais das agências de fomento; postura de desistência em relação ao envolvimento com questões mais amplas da universidade; tentativa de manutenção do bom humor para enfrentar as dificuldades rotineiras de trabalho; postura enrijecida e combativa adotada nas relações socioprofissionais. Segundo as autoras não foram observadas estratégias de defesa coletivas.

E14 – Artigo: Psicodinâmica do Trabalho e riscos de adoecimento no magistério superior – HOFFMANN, C.; ZANNINI, R.; MOURA, G.L.; COSTA, V.M.F.; COMORETTO, E. (2017)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública (Universidade Fed. Santa Maria-RS)	Foi enviado o Itra, via Google docs, a 1539 docentes da UFSM, sendo obtido 251 respostas . As áreas de conhecimento com maiores participações foram Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências da Saúde e Engenharias. A partir desse resultado, nessas áreas de maior participação, foram entrevistados dois docentes (homem e mulher) .	Analisar os indicadores críticos de adoecimento no trabalho segundo a percepção dos docentes da Universidade Federal de Santa Maria (RS)	- Aplicação do Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento (Itra)- instrumento desenvolvido e validado pelos grupos: Estudos e Pesquisas em Ergonomia Aplicada ao Setor Público (ErgoPublic) e Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho (Gepsat), do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, e tem como objetivo avaliar algumas dimensões da inter-relação trabalho e processos de subjetivação (Mendes; Ferreira, 2007). - Para complementação dos resultados foram utilizados testes não paramétricos para comparação entre os grupos a seguir :faixa etária, tempo de carreira no magistério superior e gênero - Entrevista semiestruturada	- Na análise do instrumento Itra , foi necessário adaptação do banco de dados original, sendo realizado somatório das respostas de cada participante , utilizando variáveis quantitativas que permitissem a legitimidade dos resultados, ao invés da aplicação dos valores de médias individuais - Estudo descritivo que visa observar e descrever características de um tema ou fenômeno por meio de registro, análise e correlação entre variáveis sem sua manipulação, considerando dados ou fatos da própria realidade. Utiliza a triangulação metodológica sequencial como forma de minimizar vieses da pesquisa, considerando a complementação dos resultados quantitativos obtidos por meio da abordagem qualitativa - Identificação dos perfis com características comuns a cada um dos resultados encontrados pelos fatores do Itra. Para isso, foram considerados gênero, faixa etária e estado civil . - Com o objetivo de complementar os resultados foram realizados testes não paramétricos/Mann-Whitney para comparação entre os grupos.

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** tiveram como principais fatores a **organização do trabalho, relações socioprofissionais** (competitividade e individualismo), **esgotamento profissional e falta de reconhecimento**. Nesse sentido, os autores referem que a intensificação da atividade docente reflete um novo paradigma de produção e consumo do conhecimento, no qual coexistem demandas caracterizadas por aceleração das atividades, alienação e competitividade. Os autores destacam a identificação de **sobrecarga cognitiva e maior esgotamento profissional** em nível grave para as mulheres, em relação aos homens, com avaliação em nível crítico.

O esgotamento profissional, que afetou principalmente as mulheres, segundo os autores pode ser explicado pela eficiência da utilização das **estratégias defensivas praticadas pelos homens**, relacionada a **ideologia defensiva do cinismo viril** (Dejours, 2001). As diferenças evidenciadas entre homens e mulheres quanto ao sofrimento nos fatores danos físicos, danos sociais e custo cognitivo reafirmam e corroboram os demais resultados encontrados com maior sofrimento entre as mulheres no contexto da UFSM.

O estudo aponta a situação desfavorável percebida pelas mulheres, o que pode ser decorrente da **sobrecarga**, em função da conciliação entre vida doméstica e profissional, o que provoca sofrimento e adoecimento. Dessa forma, o papel do gênero deve ser considerado enquanto elemento que promove distinção na percepção, avaliação e gestão dos aspectos que envolvem o trabalho e a vulnerabilidade aos riscos de adoecimento. Os autores ainda destacam a **subutilização de estratégias defensivas** e falta de cooperação para enfrentar a exposição aos fatores que causam sofrimento e culminam no adoecimento, ressaltando um maior impacto para as mulheres quanto ao sofrimento e adoecimento decorrente do ambiente de trabalho

E15 – Dissertação: A lógica gerencialista e a saúde mental do servidor público de uma instituição de ensino superior–REIS, K.D.(2017)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	<p>- O público alvo foi escolhido a partir de dados secundários estatístico de licenças médicas de Técnicos Administrativos e Docentes, elegendo as Unidades Acadêmicas (UA) da IES com maior incidência de licenças médicas por Transtorno Mental Comportamental (TCM) no ano de 2015. O total de docentes entrevistados foi oito professores.</p>	<p>Analisar a influência do modelo de gestão na saúde mental dos servidores de uma instituição de ensino superior pública, situada no estado de Goiás.</p>	<p>- Análise de dados secundários sobre os registros estatísticos de Licença para Tratamento de Saúde (LTS) do departamento de saúde do trabalhador da IES pesquisada; - Entrevistas individuais semiestruturadas. O estudo teve uma primeira parte referente às categorias eleitas nos objetivos específicos e no referencial teórico (Gestão Gerencialista; Prazer-Sofrimento no Trabalho; e Estratégias de Defesas); e uma segunda parte, guiada pelas narrativas das entrevistas. O roteiro de entrevista semiestruturado abordou questões sobre a rotina de trabalho dos servidores, questionando sobre as condições para realizar suas atividades; como procuram se adaptar à realidade de atividades exigidas; a percepção dos mesmos sobre os mecanismos de controle de desempenho da instituição; sobre como se dão as relações entre colegas de trabalho, gestores e alunos. E, finalmente, se questionou os entrevistados se os mesmos já tinham solicitado afastamento motivado por problemas de saúde.</p>	<p>Análise Crítica do Discurso (ACD), analisando os enunciados dos entrevistados para a identificação das anúncias ideológicas da cultura social neoliberal. De acordo com Fairclough (2012), a operacionalização da ACD tem como princípio detectar os padrões da linguagem de um grupo ou sociedade, composto por uma tríade que visa dar sentido a este discurso: a) aspecto linguístico (descrição do texto); b) a prática discursiva por trás da linguagem (interpretações); e c) aspecto ideológico cultural por trás do discurso (explicação), ligado às práticas de dominação e poder presentes no contexto social dos servidores públicos de IES. Dessa forma, é possível integrar as interpretações da teoria da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) à ACD, compreendendo as formas de reações, defesas, resistências e adesão, que estes atores se utilizam para se protegerem da possibilidade de adoecimento no trabalho.</p>

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** estão relacionadas às **relações sociais**, através de um clima de inimizade, desconfiança, competitividade, individualismo, intolerância e violência verbal ou física; **a solidão** (os professores se sentem isolados, com atividades de produção individualizadas. Nesse aspecto, o aumento do volume de horas de curso, publicação e atividades protocolares leva ao isolamento e a sobrecarga de atividades); e sofrimento ligado às **condições de trabalho** (os docentes apontaram situação limitante em relação à infraestrutura da Unidade Acadêmica, realizando investimento pessoal para conseguir produzir suas pesquisas com compra de materiais); e **limitações quanto à estrutura física**, pois não têm um espaço de trabalho dentro da IES, e das condições precárias para ministrar as aulas.

As **estratégias de defesa** observadas foram de **racionalização**, através do recurso da **negação**, quando o docente não se dá conta da realidade que o cerca, evitando assim o sofrimento decorrente do ambiente de trabalho. Também foi observada a **estratégia de isolamento**, quando o docente se afasta dos pares, devido à desconfiança da intenção dos colegas. Por fim, a estratégia de **denúncia e divisão de grupos**. Neste cenário, o ambiente de trabalho é alterado pela formação de grupos que se posicionam a favor e contra a situação causadora da denúncia, além da intensificação de uma “desconfiança sistemática” em relação ao grupo (DEJOURS, 1994). Os docentes foram unânimes em dizer que o grande **prazer**, além do “**salário**” ou da recompensa pela atividade desempenhada, vem do **reconhecimento dos alunos por sua dedicação**.

E16 – Tese: Trabalho e subjetividade do professor da pós-graduação da UNESP: o sentido do trabalho e as relações entre sofrimento e prazer– RUZA, F.M. (2017)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública (UNESP)	<p>Questionário: entre 60 docentes, 36 professores preencheram o questionário, de dois programas de pós-graduação de elevada performance acadêmica na área de ciências humanas;</p> <p>Entrevista: participaram da entrevista 10 professores (7 mulheres e 3 homens).</p>	<p>Analisar o trabalho e a subjetividade do professor que atua na pós-graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), abarcando as relações entre sofrimento e prazer, adesão e estranhamento em relação à sociabilidade produtiva e as possibilidades e impedimentos de construção de sentido no trabalho.</p>	<p>1ª etapa: Levantamento de documentos e dados objetivos da instituição, das transformações presentes na educação superior e da pós-graduação lócus do estudo em referência (entre os documentos analisados, estão as leis, regulamentos, anuários estatísticos da universidade, publicações institucionais e do sindicato).</p> <p>2ª etapa: Questionário com 26 questões entre abertas e fechadas. Com as questões fechadas foi abordado o perfil dos participantes (sexo, faixa etária, titulação acadêmica, estado civil entre outras informações) e os indicadores que apontam para o sofrimento e prazer no trabalho. Nas questões abertas, buscou-se aprofundar a compreensão das condições de trabalho, de seu ritmo e dos elementos de satisfação e insatisfação.</p> <p>3ª etapa: Entrevista semiestruturada com os seguintes temas: trajetória de vida e pessoal, rotina de trabalho, atividades geradoras de prazer e sofrimento, condições e ambiente de trabalho, processos de avaliação do trabalho reconhecimento e processos de construção de sentido.</p>	<p>- Os dados objetivos foram analisados a partir do programa <i>Statistical Package for the Social Sciences</i> (SPSS), enquanto os dados dissertativos foram analisados a partir das teorias da PDT e da Psicossociologia do trabalho.</p> <p>- Análise de conteúdo de Bardin</p>

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

O autor identifica que as **vivências de sofrimento** se apresentam de forma reduzida, porém quase todos os docentes referem algo que incomoda nas suas práticas laborais, como **intensificação do trabalho; desgaste frente às exigências de rotinas das tarefas;** e significativo número de referências ao **estresse e/ou adoecimento**. Quanto às **estratégias de defesa** utilizadas pelos docentes destaca-se a **negação, intelectualização, racionalização, projeção, introjeção e identificação**. A estratégia defensiva de negação e racionalização ocorre diante da árdua rotina de trabalho, o que pode ser observado quando a docente refere um envolvimento desmensurado ao trabalho, fazendo críticas às exigências da instituição e ao mesmo tempo negando o sofrimento. As estratégias de projeção, introjeção e identificação são identificadas na fala da docente, sendo observado, segundo o autor, um pacto narcísico com o trabalho, internalizando as metas da instituição como suas, aderindo ao ritmo elevado de trabalho e as normas institucionais. Porém, segundo o autor, a predominância do sofrimento patogênico, não elimina outras alternativas de vivências em favor da saúde dos docentes, mesmo que eventualmente. Nesse caso, ocasionalmente, o prazer-fetiche/sofrimento patogênico, são suspensas, o que possibilita o surgimento de pequenas formas de prazer sublimatórias, o que se traduz por um sofrimento criativo, os quais tencionam o ideal da organização do trabalho (como exemplo as metas de produtividade), em prol do desejo, da subjetividade do docente, propiciado pelas atividades de pesquisa, ensino e orientação; por relações de afinidades com os pares, alunos; pela relevância social do trabalho docente, entre outros. Nesse sentido o pesquisador aponta a **mobilização subjetiva como forma de enfrentamento do sofrimento**, quando uma docente coordenadora de pós-graduação, através da elaboração dos pareceres de projetos, enfatiza os aspectos positivos da pesquisa, fazendo “vista grossa” para possíveis deficiências do projeto, como forma de valorizar o trabalho do coletivo e romper com competitividade na universidade. Entretanto, o autor sugere que a predominância no contexto de trabalho da instituição é o sofrimento patogênico que pode ser observado na fala dos docentes, por vezes encoberto por um suposto prazer efetivo, o que se faz presente, entre outras situações na forma de subordinação em relação a avaliação da pós-graduação e do trabalho docente; na elevada competitividade nas relações de trabalho

E17 – Dissertação: “A GENTE TÁ SEMPRE COM A GUILHOTINA NO PESCOÇO”: Precarização e violência no trabalho docente sob o olhar da clínica Psicodinâmica do Trabalho – SILVA, S.L. (2017)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	Seis professores substitutos de uma instituição de ensino superior pública	Analisar a natureza da relação existente entre precarização, violência e sofrimento no cotidiano laboral de professores substitutos de uma IFES.	Metodologia da PDT	Análise Clínica do Trabalho (ACT) (Mendes e Araújo, 2012), constituída por três etapas: Análise dos Dispositivos Clínicos (ADC); Análise da Psicodinâmica do Trabalho (APDT) e Análise da Mobilização do Coletivo de Trabalho (AMCT). Também foram feitas articulações com o Materialismo Histórico-Dialético.

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** dos professores substitutos estão relacionadas à **relação com os alunos; sobrecarga de trabalho** (ex: turmas iniciais com até 60 alunos); **insegurança no trabalho devido ao vínculo através de contrato temporário; excessivo grau de autoexigência** (em relação aos professores substitutos, há expectativa de atuarem sempre com excelência, uma vez que seus objetivos são de curto /médio prazo); **desconhecimento de norma institucional** (direitos/ deveres) referente dos professores substitutos (o que provoca injustiças na distribuição de atividades e na divisão do trabalho entre efetivos e substitutos); **violência sutil** (na divisão do trabalho, no aspecto qualitativo, atividades de ensino, pesquisa e extensão. O professor substituto tende a inibição na prática de formação de grupos de pesquisa, falta de critério dos chefes de departamento, falta de “fiscalização” do gestor. A autora refere que em alguns momentos os professores substitutos reconhecem as problemáticas dessa categoria. Em outros momentos acreditam que a maior parte dos entraves poderiam ser resolvidos com uma mudança de atitude da chefia, deixando de lado as questões sociais e políticas relacionadas à precarização do ensino superior público brasileiro.

Estratégias de defesa (individual/coletiva): **Negação** (negação do sofrimento no cotidiano laboral, dando ênfase somente aos aspectos favoráveis no trabalho); **Adaptação** (o professor substituto se adapta às más condições de trabalho, quanto aos recursos materiais necessários às suas atividades acadêmicas. Outra profissional sinaliza que, para conseguir informações, está sempre questionando, uma vez que a instituição não divulga informações de interesse do quadro de docentes substitutos); **Racionalização** (o professor substituto compara sua quantidade de horas-aula na Universidade em referência à carga horária de outras instituições que já atuou, as quais, segundo este, eram mais desgastantes, pois tinham carga horária superior. Nesse sentido, o professor minimiza o impacto da sobrecarga de trabalho, avaliando como um aspecto positivo, o que pode caracterizar a servidão voluntária); **Exploração (naturalização** da violência simbólica, da precarização no trabalho, como exemplo os professores substitutos não questionam os horários e disciplinas que ministram e outras atividades que exercem na Instituição. Os docentes mais antigos, de maior titulação, têm prioridade para escolha das disciplinas, horários e outras atividades acadêmicas. Professores substitutos também naturalizam o trabalho realizado em casa, alegando não ter problema com isso, ou seja, faz parte da prática docente levar trabalho pra casa, caracterizando a eufemização do sofrimento); **isolamento /imobilização** (como exemplo, diversas vezes o docente não questiona as imposições da organização do trabalho por medo de ser dispensado, pois seu contrato é temporário).

A pesquisadora aponta que o aspecto do status social pode contribuir para os professores substitutos utilizarem, de forma recorrente as **estratégias de eufemização do sofrimento**, uma vez que estamos em um país onde os analfabetos ainda são maioria e o índice de desemprego e trabalhos precarizados são significativos;

A autora ressalta ainda que em certo nível, a **estratégia de mobilização** ocorre no ambiente de trabalho, uma vez que os docentes se identificam com suas atividades, pela contribuição social, além de atuarem com certo grau de autonomia e o reconhecimento social por parte dos discentes. Nesse sentido, a autora refere que em certo nível, a **estratégia de mobilização subjetiva** de alguns professores frente à temática da pesquisa, se deu desde o início das entrevistas. Este aspecto pode ser traduzido pela relevância dada para o espaço de reflexão sobre o trabalho, troca e discussão entre os pares, já que não vivenciavam essa prática no seu cotidiano laboral. Dessa forma, os docentes aproveitaram ao máximo os encontros, promovendo uma reflexão sobre o lugar que o professor substituto ocupa na Universidade e seus significados, abordando o sofrimento, o prazer e a possibilidade do uso da inteligência prática e criatividade diante das adversidades no contexto do trabalho.

E18 – Tese: Prazer e sofrimento de docentes e discentes na Pós-Graduação stricto sensu em Enfermagem – MOREIRA, D.A. (2018). Foram construídos três artigos, a partir da tese:

Artigo 1: Prazer e sofrimento de docentes na Pós-Graduação stricto sensu em enfermagem

Artigo 2: Dualidade prazer-sofrimento na Pós-Graduação stricto sensu em enfermagem: entre pontes e muros

Artigo 3: Riscos psicossociais e ambiente de trabalho saudável na Pós-Graduação stricto sensu em enfermagem

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	21 docentes e 23 discentes, totalizando 43 participantes, de dois programas de Pós-Graduação em Enfermagem, sendo um deles da Universidade Federal de Minas Gerais e o outro da Universidade Federal de Santa Catarina.	Compreender a relação de prazer-sofrimento no trabalho de docentes e discentes na Pós-Graduação stricto sensu em enfermagem	<p>Estudo de caso</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise documental (No que tange à análise documental, utilizou-se o último relatório de avaliação quadrienal da área de enfermagem e as fichas da avaliação quadrienal dos programas, disponíveis na Plataforma Sucupira (CAPES, 2017). - Entrevistas semiestruturadas (questionário com dados sociodemográficos, questões a respeito de vivências de prazer e sofrimento e sobre como lida com as dificuldades no ambiente de trabalho, se busca algum suporte ou ajuda, entre outras). 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2016) - O <i>software</i> Atlas.ti 8 foi utilizado como instrumento operacional, para a análise das entrevistas. O termo operacional é empregado tendo em vista que, ao optar pela utilização de um <i>software</i>, o pesquisador continua sendo responsável pela reflexão analítica e por defender a lógica e a validade de toda a operação (YIN, 2016)

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** estão relacionadas à **sobrecarga de trabalho, a gestão, o financiamento de pesquisa, a desvalorização, e o produtivismo acadêmico**. Também **dificuldades com os discentes e os pares, alunos despreparados, comparação** (entre os próprios docentes, com relação a produtividade, ou mesmo dos alunos, em relação aos seus orientadores), **a competitividade entre docentes e o trabalho solitário**. No que diz respeito às **estratégias defensivas** a autora refere que prevalecem **as estratégias individuais e externas ao ambiente de trabalho** (práticas alternativas, como reiki e florais, assistir filme, ir ao bar tomar cerveja). Ressalta-se que a **conversa** foi a única estratégia utilizada pelos participantes no próprio trabalho. A autora refere que o diálogo, quando está presente na organização do trabalho, favorece a liberdade, a criatividade e a descoberta de fatores potencializadores de prazer. Nesse aspecto, **o prazer** dos docentes foi associado as seguintes situações: **à pesquisa**, por contribuir com o processo de ensino-aprendizado do estudante e do próprio docente; **a aula ministrada na Pós-Graduação**, a qual permite pensamento crítico; **a gestão** foi mencionada como atividade capaz de propiciar aprendizado; **a defesa de dissertações e teses dos alunos**, uma vez que consistem em momento de satisfação e consagração do trabalho desenvolvido. A pesquisadora destaca ainda, a importância do uso de estratégias defensivas para amenizar o sofrimento e alcançar um ambiente de trabalho saudável na Pós-Graduação *stricto sensu* em enfermagem, considerando sempre a sua saúde, o bem-estar e a subjetividade de docentes e discentes.

E19 – Artigo: “PAU PRA TODA OBRA”: As vivências de prazer e sofrimento no trabalho de professores substitutos de uma Universidade Federal – RATES, A.C.F. (2018)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Nove docentes substitutos da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, de áreas do saber variadas. - Dois chefes de departamento da mesma instituição, visto que estes, muitas vezes, tendem a escutaras queixas dos professores substitutos e são responsáveis pela organização do trabalho. - Amostra do tipo proposital, onde são identificados os profissionais que tem interesse em participar da pesquisa, a partir dos próprios professores que fazem parte do estudo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de professores substitutos de uma universidade federal, a partir das peculiaridades desse vínculo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista semiestruturada - Questionário socioeconômico, somente para os professores substitutos, a fim de fazer uma aproximação desses dados com a análise da fala dos docentes. 	Não foi identificado no texto

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** estão relacionadas à **falta de acolhimento; isolamento; pouca autonomia; preconceito e humilhações por ser professora substituta; fiscalização e controle do professor substituto por parte da gestão; dificuldade em construir a sua identidade por conta do vínculo transitório; sobretrabalho.**

Estratégias defensivas são divididas em estratégias de proteção, de adaptação e de exploração. **Estratégia de proteção: racionalização** (por exemplo, o professor substituto é desqualificado pelo docente efetivo, alegando que o mesmo não pode contribuir com a universidade por não ter doutorado. Em resposta o professor substituto refere não se importar, colocando os alunos acima de qualquer situação de desconforto). **Estratégias defensivas de adaptação: negação, naturalização e conformismo** diante das pressões da organização do trabalho. **Estratégias defensivas de exploração: negação**, pela autoaceleração do ritmo do trabalho e introjeção das metas organizacionais como se fossem objetivos pessoais do trabalhador.

A organização do trabalho reforça as estratégias defensivas de adaptação e exploração do professor substituto, capturando sua subjetividade, diante da sua submissão, uma vez que ocorrem relações de produção e de poder. O estudo indica predomínio das estratégias de defesa individuais nos professores substitutos, pois não ficam muito tempo na instituição, o que seria necessário para elaboração das estratégias de defesa coletivas.

E20 – Artigo: Estratégias de mediação no trabalho docente: um estudo em uma Universidade Pública na Amazônia –TUNDIS, A.G.O.; MONTEIRO, J.K.; SANTOS, A.S.; DALEGONARE, E.S. (2018)

TIPO DE UNIVERSIDADE	GRUPO ESTUDADO	OBJETIVO(S)	OBTENÇÃO DOS DADOS (técnicas e instrumentos)	ANÁLISE DOS DADOS (técnicas utilizadas)
Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo preliminar com a realização de entrevistas com cinco docentes do Ensino Superior Público, na região amazônica. - Questionários entregues pessoalmente para o universo de 64 docentes em exercício de suas atividades, tendo retorno de 52 respondentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar estratégias de mediação no trabalho utilizadas pelos docentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo preliminar com a realização de entrevistas com cinco docentes, por conveniência, buscando compreender a relação prazer-sofrimento no trabalho. Esta ação piloto auxiliou pontualmente na elaboração das perguntas do referido questionário. - Questionário: a) aspectos positivos encontrados no trabalho; b) principais dificuldades encontradas no trabalho; e c) sugestões para amenizar ou modificar as dificuldades encontradas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de conteúdo (Bardim, 1997) foi organizada em categorias que descreveram as estratégias utilizadas pelos docentes para lidar com cada dificuldade no trabalho. - A análise quantitativa ocorreu por meio do agrupamento de respostas semelhantes e do cálculo da frequência (percentual), considerando o total das respostas obtidas para os itens do questionário.

ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE DEFESAS IDENTIFICADAS FACE ÀS SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO NO TRABALHO

As **vivências de sofrimento** que mais impactaram os docentes foram a **infraestrutura da instituição**, seguida da dificuldade nas **relações socioprofissionais**, dificuldade com **sobrecarga de trabalho**, **burocracia no fluxo de processos e serviços administrativos** e, por fim, a **escassez dos recursos financeiros** para execução de projetos/atividades acadêmicas.

Para lidar com o sofrimento descrito acima, **as estratégias de defesa** mais citadas foram **estratégias de proteção**. Estas se apresentaram diante do uso da **racionalização** (frente à dificuldade da escassez de recursos financeiros o docente se compara com outros que já realizaram atividades em situações adversas, alegando que também são capazes de superar essas situações); da **passividade** (tanto diante da escassez de recursos financeiros como no excesso de burocracia). Os docentes também apresentaram a estratégia de **racionalização** frente à dificuldade das relações socioprofissionais, como evitar cargos de função gratificada devido a muita competição; e diante da dificuldade de confiar em outras pessoas, copiando e guardando todo documento que entrega, se resguardando em caso de perda.

O **isolamento** também foi identificado nas dificuldades socioprofissionais, realizando trabalhos individualmente e se afastando de pessoas que consideravam antiéticas. As estratégias de **adaptação e exploração** foram marcadas nas respostas de **resignação e compensação**, com destaque para dificuldade na infraestrutura. Na resignação foi referido que o trabalho tem que acontecer, mesmo com as dificuldades. No caso da **compensação**, a prática do uso de recursos próprios para compra de materiais, quando deveriam ser fornecidos pela instituição. E com referência à dificuldade com a sobrecarga de trabalho, realizam atividades acadêmicas no tempo livre e finais de semana.

As estratégias de **enfrentamento** foram utilizadas por meio da **mobilização subjetiva individual** e da **inteligência prática**, a partir da tentativa de transformar a realidade que causa sofrimento (como na reorganização do tempo para cada atividade, diante da dificuldade com a sobrecarga de trabalho dificuldades em uma reunião colegiada e diante da sobrecarga de trabalho, **dividindo as tarefas**).

Destaca-se que nesse estudo os autores observaram a utilização contínua da estratégia de defesa de **compensação**, o que de acordo com a PDT pode levar os trabalhadores a uma **ideologia defensiva**, como também a **alienação** deste trabalhador. A ideologia defensiva destina-se a lutar contra perigos reais e pretende mascarar uma ansiedade.

As **estratégias de defesas coletivas** foram escassas, sendo especificadas no caso de solucionar dificuldades em uma reunião colegiada e diante da sobrecarga de trabalho, dividindo as tarefas.

Destaca-se que nesse estudo os autores observaram a utilização contínua da estratégia de defesa de **compensação**, o que de acordo com a PDT pode levar os trabalhadores a uma **ideologia defensiva**, como também a **alienação** deste trabalhador. A ideologia defensiva destina-se a lutar contra perigos reais e pretende mascarar uma ansiedade mais grave em um grupo específico (MENDES, 2007).

O estudo também identificou **predomínio das estratégias de defesa individual**, o que prejudica a transformação das situações que causam sofrimento no ambiente de trabalho, além de provocar o adoecimento.

7.2 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS COLETIVAS E DOS MECANISMOS INDIVIDUAIS DE DEFESA DOS DOCENTES

Observa-se no Quadro 2 que a menção às estratégias de defesa considera ora os mecanismos voltados para os próprios docentes, como negação do sofrimento e a racionalização, ora ações diretamente ligadas à universidade, como pedir demissão ou, ainda atividades realizadas em outros contextos, como terapias alternativas. Como descrito no item Metodologia, optamos por manter os termos apresentados pelos autores, no sentido de prover maior fidelidade aos resultados descritos no material analisado.

Dentre as defesas identificadas entre os docentes, as mais frequentes foram a negação ou negação do sofrimento, descritos em 12 dos 20 estudos, seguidos da defesa de racionalização, observadas em sete estudos. Este resultado corrobora o de Mendes e Morrone (2012), que realizaram um mapeamento das estratégias descritas nas pesquisas brasileiras sobre a Psicodinâmica do Trabalho, tendo observado que a negação e a racionalização estão entre os recursos defensivos mais comuns.

A negação por parte dos docentes emerge através de diversas defesas, em vários contextos. Um deles se refere a docentes que atuam em instituições privadas de ensino superior. No estudo E1 (LÉDA, 2009), por exemplo, a autora analisa as condições de saúde e trabalho de docentes de uma IES no Maranhão, referindo a negação como estratégia de defesa, quando o docente não compartilha as queixas em relação à instituição, como no caso de salários atrasados. A negação também foi observada em situações em que há um excesso de controle por parte da gestão, através do ponto eletrônico e do controle manual da frequência, assim como o uso de câmeras espalhadas na Instituição, inclusive na entrada principal dos professores, assim como a obrigatoriedade de comunicar todas as atividades realizadas na Instituição, até mesmo aquelas realizadas na biblioteca. Neste contexto, há docentes que manifestam aceitar situações que incomodam no trabalho sob a alegação de que qualquer ser humano tem que se adaptar às adversidades da vida, o que expressa uma defesa de adaptação. Assim, ao não admitir o sofrimento e/ou não compartilhar as queixas em relação à instituição, os docentes buscam evitar o sofrimento.

Nessa mesma direção, o estudo E6 (BATISTA, 2014) também refere o controle excessivo exercido pela Universidade como fonte de sofrimento por parte dos professores. Realizado com professoras do curso de Administração de duas IES privadas da cidade de São Paulo, a pesquisa investiga o processo de prazer e sofrimento das docentes, analisando as possíveis divergências e convergências das duas IES e as estratégias de defesa

individuais e coletivas. A autora comenta sobre a exigência de “passar o cartão na entrada e na saída” (p. 92), referindo-se à necessidade de esperar em fila no final da noite (para bater o ponto) como uma *humilhação*. A estratégia de negação da realidade se expressa através da naturalização do sofrimento, ao se referir a colegas que se queixam dos alunos, buscando um distanciamento “porque professor só sabe reclamar de aluno”. Neste contexto, cabe destacar a relação com os alunos como importante fonte de sofrimento neste estudo, já que os estudantes são frequentemente vistos nestas Universidades como clientes cujas demandas têm que ser atendidas. A questão do aluno-cliente está relacionada ao chamado “modelo gerencial” que tem sido aplicado em instituições de educação, em uma aproximação com empresas privadas, como observa Alcadipani (2011). Segundo este último, os alunos são vistos como clientes-consumidores, transformando o professor em um prestador de serviços e, assim subvertendo a função do docente àquele que deve agradar, e não formar de modo crítico e reflexivo.

Outro aspecto crítico do trabalho docente em universidades privadas é a ameaça de demissão, em função do tipo de vínculo de trabalho, como observado no estudo E8 (Sant’Anna, 2014) com docentes de uma IES em Natal, RN. Neste, a autora aponta de forma evidente a ameaça de demissão que permeia o comportamento dos professores, seja quando estes associam o uso de atestado médico a um convite à demissão, seja na fala de um professor “... já foi verbalizado várias vezes que quem não estivesse satisfeito, não quisesse se moldar, então... Sinta-se à vontade!” (SANT’ANNA, 2014, p. 35). Assim, há o medo da demissão vinculado ao medo de adoecer, que é velado, levando os trabalhadores a desenvolver estratégias frente à instabilidade, levando-os a se submeter a jornadas extenuantes, a modos de trabalho inflexíveis e à negação da própria doença.

Professores substitutos de instituições públicas também apresentam defesas similares frente à insegurança no trabalho, como nos estudos E17 (SILVA, 2017) e E19 (RATES e colab., 2018), este último na Universidade Federal do Maranhão. Em ambos os casos, a insegurança se deve ao vínculo através de contrato de trabalho por tempo determinado. Ao dar ênfase apenas aos aspectos favoráveis do trabalho, os docentes se utilizavam de estratégias de negação diante da eminência do desemprego (SILVA, 2017). Esta mesma autora se refere à *estruturação em cadeia* das estratégias defensivas, no caso de um professor segundo o qual não há do que se queixar em relação à instituição, pois dispõe de todos os recursos de que necessita. Em seguida, faz menção ao fato de que não precisa de muitos recursos, concluindo que geralmente leva o datashow de casa para dar aulas. Assim, a fala se inicia com uma negação, avança no sentido da adaptação, já que não precisa de muitos recursos (ou seja, se adapta às circunstâncias oferecidas),

terminando por reforçar o mecanismo adaptativo ao mencionar que traz o equipamento de casa.

Segundo Rates e colab. (2018), a negação está na base das defesas de adaptação e exploração desenvolvidas por docentes substitutos em uma universidade pública. Tal adaptação expressa a submissão do professor ao discurso da organização, de forma a evitar o confronto, buscando não se manifestar, ou seja, “ficar quieto” (p. 47) em determinadas situações. Já a defesa de exploração pode ser vista como um passo de maior submissão à organização, já que neste caso, o docente chega a introjetar as metas da organização como fossem suas, através da autoaceleração do ritmo de trabalho. As falas dos docentes em relação a este aspecto vão ao encontro da narrativa dos gestores, segundo os quais há de fato uma expectativa de maior empenho e disponibilidade dos professores substitutos, no sentido de uma dedicação extra ao trabalho. Rates e colab. (2018) também identificam mecanismos de racionalização das causas de sofrimento entre os docentes, através de defesas de proteção que buscam evitar o adoecimento. Assim, os docentes justificam as situações em que são desvalorizados como, por exemplo, relação a não ter o doutorado ou a uma sobrecarga de trabalho, em que isso é visto como uma “oportunidade de estudar” (p. 46).

Já estratégias de negação descritas no estudo E7 (MENEZES, 2014) se deram na circunstância peculiar da venda de uma IES privada em Salvador (BA) para um grupo estrangeiro. A venda da Universidade provocou, na perspectiva dos docentes, a perda salarial, a falta de reconhecimento e desrespeito com os professores, menor autonomia, maior controle dos professores pela gestão administrativa, além da demissão de funcionários. A Universidade tinha um funcionamento de alto padrão e compromisso social, tendo como diretriz a formação de profissionais capacitados e com pensamento crítico, com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Durante os anos em que atuou, a Instituição tinha alta credibilidade, desenvolvendo um projeto pedagógico de qualidade, com uma equipe de coordenadores, professores e profissionais da área administrativa trabalhando de forma integrada, com uma relação horizontal entre os setores. A Instituição tinha como compromisso desenvolver e implementar transformações que melhorassem a qualidade de vida da comunidade na qual estava inserida e da sociedade em geral.

A mudança decorrente da venda se traduziu em novo projeto pedagógico, gerido pelo princípio da produtividade. Diante da maior precariedade do vínculo empregatício e de condições de trabalho mais deterioradas, alguns professores negavam o sofrimento, sofriam em silêncio ou desqualificavam, ironizavam, ou até mesmo agrediam

verbalmente os professores que lutavam pela melhoria das condições de trabalho e por um projeto pedagógico de qualidade. Outras defesas identificadas no estudo foram pedir demissão, ação que permitiu ressignificar a dor e o sofrimento, na visão da autora e a servidão, situação em que os trabalhadores se mostram conformados e buscam demonstrar aos gestores sua adaptação e integração à realidade de trabalho. Assim, a manipulação da subjetividade parece ser feita com muita eficiência pela gestão, levando grande parte da classe trabalhadora a se render a um discurso de sucesso pautado na exploração da força de trabalho.

Tais recursos defensivos contrastam com o observado com outro grupo de professores que fazia parte de uma comissão para negociar com a nova gestão da universidade, atuando na luta contra o desmonte do projeto pedagógico de qualidade e buscando relações menos perversas de trabalho. Foi impetrada uma ação junto ao Ministério Público, a qual foi arquivada, houve um pronunciamento na Câmara dos Vereadores e audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado para discutir os caminhos da educação privada superior no Estado da Bahia, mas, segundo a autora, nada foi feito para conter o capitalismo predatório dos empresários da educação. Diante do questionamento junto à direção da Universidade e argumentação quanto à demissão de todos os docentes que faziam parte da Comissão de professores, houve uma ação judicial, acionada por todos os docentes que foram demitidos, alegando demissão discriminatória e ressarcimento trabalhista por horas trabalhadas e não remuneradas pela organização.

Essas ações foram referidas pela autora como estratégias de mediação e de experiência subjetiva, o que possibilita ressignificar o sofrimento, a partir da tentativa de reverter e anular o estado das coisas vigentes. Nesse caso, podemos identificar o enfrentamento. É quando o trabalhador consegue reconhecer aquilo que gera o sofrimento e age para alterar a origem do problema (DEJOURS, 2005). Segundo a autora todos os professores que entraram com ação trabalhista, incluindo os cinco professores que foram entrevistados, ganharam a causa e tiveram o reconhecimento legal de que as suas demissões foram discriminatórias. Assim, o caminho de emancipação é reconhecer, inicialmente, a violência como algo mutável e identificar o sofrimento e a precarização no trabalho, através de movimentos, pesquisas e discussões públicas com o coletivo de trabalhadores e estudantes que podem agir como sujeitos transformadores da própria história (MENEZES, 2014).

No estudo E5 (VILELA e colab., 2013), com professores de Pedagogia de uma Universidade Pública, a estratégia de negação se expressa na tentativa de minimizar os sintomas aparentes de adoecimento físico e psicossocial frente à sobrecarga de trabalho

decorrente das atividades de pesquisa, extensão, demanda por publicações científicas, participação em reuniões de grupos de pesquisa, além da participação em reuniões técnico-administrativas, entre outras. Tais situações, que geram estresse e esgotamento profissional, são agravadas por fatores do contexto de trabalho, como o ambiente físico degradado, a falta de apoio organizacional para os docentes do período noturno e política de pessoal incipiente, além da não valorização salarial dos professores. Neste contexto, são descritas defesas de compensação, quando os docentes maximizam as vivências de prazer, buscando atenuar as demandas do trabalho, além da racionalização, que se dá como uma estratégia que visa justificar vivências de sofrimento no trabalho através do controle das emoções, não deixando transparecer sentimentos de “raiva” e sem “deixar de sorrir” (VILELA e colab., 2013, p. 531). Além desses recursos defensivos, alguns docentes recorrem à terapia como forma de lidar com as situações de pressão e insatisfação no trabalho. As mediação de maneira eficaz, contendo o adoecimento, por meio delas. No estudo E5 (VILELA e colab., 2013), realizado em IES Pública, a insegurança no trabalho também se manifesta no grupo de professores *designados*, ou seja, aqueles contratados temporariamente para vagas que deveriam ser objeto de concursos públicos, uma situação análoga à observada por Silva (2017) e Rates e colab. (2018) em docentes substitutos de IES públicas.

A negação do sofrimento frequentemente é descrita como defesa diante do excesso de exigências do trabalho, como no estudo E4 (SOUTO, 2013), em que docentes de pós-graduação de uma instituição no Rio Grande do Sul referiam termos como “se frustrar” e “odiar” as tarefas burocráticas. Ao evitar a menção ao sofrimento decorrente do excesso de burocracia e atividades de gestão o faziam através de um movimento coletivo e defensivo, garantindo o processo de trabalho, dando ênfase aos aspectos de prazer. Para Souto (2013), com a negação do sofrimento no trabalho, os docentes evitariam desqualificar o prestígio e o reconhecimento que conquistaram. Tal negação também abarca o caráter produtivista da pressão para alcançar as metas de produtividade que embasam os critérios da Capes em relação aos docentes de pós-graduação. Para os professores, se manter em programa de pós-graduação “tem o sentido de revalidar o status conquistado na carreira universitária” (SOUTO, 2013, p. 79), mantendo-se em um seleto grupo de docentes reconhecidos como produtivos. Para Souto (2013), é um contexto em que os professores podem lançar mão de ideologias defensivas de forma a lidar com a pressão e demanda do trabalho.

A respeito da árdua sobrecarga de trabalho decorrente da cobrança excessiva por produção, o estudo E16 (RUZA, 2017) observa um ideal narcísico do docente, voltado

para a sensação de ser superior aos demais, que explica o envolvimento excessivo no trabalho. Ruza (2017) descreve defesas de racionalização, negação do sofrimento e relevância do reconhecimento. Para o autor, desenvolve-se um pacto de identificação entre o profissional e o seu trabalho, cuja consequência é “a exploração dos procedimentos defensivos, a redução da consciência frente às adversidades do trabalho”, de forma que o docente, neste caso, de pós-graduação, por vezes nem questiona as regras a que se sujeita (RUZA, 2017, p. 216). Destacamos que tanto Souto (2013) como Ruza (2017) indicam que o sofrimento é encoberto pelo prazer, o que aponta para necessidade de outras pesquisas que possam investigar e revelar a complexidade dos processos de trabalho desenvolvidos na academia.

O forte papel das demandas voltadas para a produção científica é confirmado no estudo E18 (MOREIRA, 2018), que aliou a análise documental a entrevistas com docentes e discentes de pós-graduação de enfermagem da UFMG e UFSC. A demanda por produção bibliográfica pelos chamados Docentes Permanentes são fontes de sofrimento e, por sua vez se mesclam com as oportunidades de crescimento profissional, o conhecimento adquirido na pós-graduação e o reconhecimento pelos discentes. No que concerne às defesas, a autora observa que prevalecem as estratégias de defesa individuais e externos ao ambiente de trabalho, como a prática de terapias alternativas, assistir filmes, ir ao bar tomar cerveja, chamando a atenção para a única defesa utilizada pelos professores no próprio trabalho, qual seja, a conversa entre os docentes. A autora enfatiza o valor do diálogo presente na organização do trabalho, que favorece a liberdade, a criatividade e a descoberta de fatores potencializadores de prazer.

Os estudos E10 (SIQUEIRA, 2015) e E18 (MOREIRA, 2018) apresentaram as defesas de forma indireta. A abordagem das autoras foi a partir da descrição e análise das ações operadas pelos docentes, como formas de enfrentamentos e defesas, individuais e coletivas, diante do sofrimento e adoecimento no ambiente acadêmico. Entre as defesas utilizadas pelos docentes nestes estudos estão as práticas de terapias alternativas, como reiki e florais de Bach, ioga, meditação, pilates, aulas de dança, lazer com a família, entre outras. Segundo Moreira (2018), tais formas de terapia são mecanismos que se caracterizam pelo caráter individual e externo ao ambiente de trabalho, sendo esses os mecanismos individuais que prevalecem no contexto de trabalho dos docentes.

Essas defesas estão relacionadas às vivências de sofrimento dos docentes, como a sobrecarga de trabalho, relacionada à cobrança por produtividade, o que leva à competitividade entre os pares, acentuando os conflitos socioprofissionais. A sobrecarga também estava vinculada a realização de diversas tarefas, ligadas ao ensino, pesquisa,

extensão e atividades administrativas. Nesse aspecto, as vivências de sofrimento estão relacionadas à organização do trabalho, destacando a complexidade das relações intersubjetivas, sendo um dos principais entraves na dinâmica laboral, de acordo com a falados docentes.

Nessa perspectiva, concordamos com Mendes (2007), quando refere que a sobrecarga pode ocorrer pela submissão incondicional às demandas da organização do trabalho para além das condições físicas, psicológicas e sociais do trabalhador, o que pode provocar o sofrimento e adoecimento.

Esses estudos apontam contextos desgastantes para os docentes, no caso de pós-graduação, mesmo quando promovem situações de prazer e prestígio e, segundo Souto (2013) deixam transparecer de forma velada, as vivências de sofrimento, destacando-se os fatores ligados à sobrecarga de trabalho e exigências de publicação. Este fenômeno pode ser observado no contexto do trabalho acadêmico, que pode apresentar entre outras consequências, uma elevada competitividade nas relações socioprofissionais e a subordinação do docente em relação à avaliação de seu trabalho.

Destaca-se que o docente se utiliza da negação do sofrimento para não se mostrar vulnerável, o que pode ser relacionado às especificidades de uma sociedade capitalista, com características produtivistas. E essas características se revelam na organização do trabalho docente, entre outros aspectos, a partir da pressão para alcançar metas, de tal forma que o conhecimento é incorporado como uma mercadoria, o que não dá espaço para fragilidades.

Sobre essa questão, Dejours afirma que:

Contra a angústia do trabalho, assim como contra a insatisfação, os operários elaboram estratégias defensivas, de maneira que o sofrimento não é imediatamente identificável. Assim disfarçado ou mascarado, o sofrimento só pode ser revelado através de uma capa própria a cada profissão, que constitui de certa forma sua sintomatologia. (DEJOURS, 2011, p.133-134).

Nessa perspectiva, de acordo com Dejours (1999), o trabalho tem efeitos que impactam o aparelho psíquico, contribuindo para agravar o sofrimento ou, ao contrário, contribui para subverter o sofrimento e transformá-lo em prazer. Assim, o trabalho pode ser ora patogênico, ora estruturante. Portanto, é fundamental compreender como se dá a dinâmica prazer-sofrimento no ambiente de trabalho, situação em que se retroalimenta, através da busca de prazer, por um lado, e ao mesmo tempo, fazendo uso da negação do sofrimento.

No estudo E8 (SANT'ANNA, 2014), com docentes de uma universidade privada, a

autora refere que as defesas surgem com caráter **protetor e adaptativo**, podendo impedir o trabalhador de reconhecer o que o faz sofrer. Nesse aspecto, são apontadas estratégias de defesa quando os docentes (i) **utilizam o tempo além do estabelecido pela instituição** para realizar atividades de ensino junto aos alunos, o que interfere no tempo não remunerado, (ii) **buscam maior qualificação na teoria ou mesmo com experiências de outros colegas**, quando não se sentem preparados, seja pela sua formação profissional ou por sua experiência anterior, (iii) se empenham para **equacionar o tempo para o domínio da atividade de ensino**, o que pode causar sobrecarga de trabalho para dar conta dos seus afazeres ou gerar frustração por não conseguir alcançar o resultado esperado, (iv) solicitam **auxílio dos alunos** para suprir a carência de profissionais na instituição de ensino, já que os professores têm diversas tarefas administrativas. Destaca-se, também, como estratégia de defesa, **realizar atividades em grupo em sala de aula**, diante de uma grande quantidade de alunos por turma, evitando assim, que tenha tarefas em demasia, fora do expediente laboral. Por fim, a estratégia utilizada pelos professores, através da **dedicação individual ao aluno**, devido aos níveis diferenciados dos alunos em relação aos conteúdos básicos (ortografia, leitura e compreensão de texto), principalmente nas turmas iniciais, já que muitas vezes, a instituição não oferece condições para superar essas limitações. No entanto, a autora observa que são as atividades com os alunos e com a população que também promovem satisfação pela gratificação expressa por ambos.

A partir desse panorama, observamos que as estratégias de defesa de adaptação são exploradas pela Instituição em prol da produtividade, o que provoca a vulnerabilidade dos docentes diante da organização do trabalho. Esse fenômeno é evidenciado no caso das estratégias de **utilização do tempo além do estabelecido pela instituição e equacionar o tempo para o domínio da atividade de ensino**, o que pode provocar o aumento do ritmo de trabalho, subtraindo os desejos do sujeito, favorecendo uma lógica de alienação na vontade do outro (DEJOURS, 2004b).

Nesse sentido as defesas de adaptação se apoiam na negação do sofrimento e apresentam uma tendência à redução do desejo do sujeito, quando as metas da organização são confundidas com o próprio desejo, o que leva os trabalhadores, progressivamente, à alienação (MARTINS, 2009).

Na presente revisão, observa-se que poucos estudos, relativamente, fazem menção ao enfrentamento dos fatores que causam sofrimento aos docentes, o que promoveria de fato uma mudança ou tentativa de mudança da organização do trabalho. Entre eles, está o E12 (SILVA, 2013), que fez uso da metodologia proposta pela PDT. A demanda partiu de docentes e técnicos administrativos de uma IES pública de Manaus que faziam parte do

grupo de enfrentamento de assédio moral na Universidade. O grupo solicitou de forma coletiva, junto ao sindicato, o atendimento do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) do Estado do Amazonas (AM). Ressalta-se que o objetivo inicial da demanda era a reparação dos danos, porém, as pesquisadoras esclareceram que o estudo não tinha esse propósito, mas sim o de oferecer, pela Clínica do Trabalho, um espaço de fala e de escuta do sofrimento no trabalho, no caso, do assédio moral.

No estudo a autora identificou a defesa de **negação**, quando, uma participante abordou a percepção do sofrimento na terceira pessoa, ou seja, o sofrimento imposto a outro por uma terceira pessoa diante do assédio moral. Entre as vivências de sofrimento, foram descritas: relações autoritárias, favorecimento de grupo e relações de troca de favores que desconsideravam o profissionalismo, competição entre os pares e falta de cooperação, falta de reconhecimento do trabalho dos pares e da chefia, não reconhecimento do assédio moral, individualismo e solidão, além do afastamento do trabalho por licença médica, o estigma do adoecimento e o fato de serem tratadas como pessoas sob o risco constante de desestabilização emocional. Esses fatores levaram, por vezes, ao adoecimento e até mesmo a pensamentos suicidas e tentativa de suicídio, segundo relatos dos docentes.

Nesse aspecto, Dejours e Bègue (2010) referem que o suicídio cometido dentro do ambiente de trabalho pode indicar uma degradação do viver-junto, em que as condutas de solidariedade se tornaram extremamente enfraquecidas. Nesse caso, as estratégias coletivas de defesa desmontam-se e as redes de solidariedade se desfazem, dando lugar à depressão, ao suicídio e ao silêncio. O ato de suicídio indica que toda a comunidade de trabalho já está sofrendo. Reforçamos a ideia de que os pensamentos suicidas e as tentativas de suicídio são sinais, indicando uma degradação das relações socioprofissionais.

A autora destacou que os participantes da pesquisa expressaram o quanto era doloroso relembrar aquelas vivências ao ouvir ou ler os documentos produzidos para fazer prova administrativamente. Segundo Dejours e Bègue (2010), o assédio moral pode ser caracterizado como uma patologia da solidão, devido à progressiva fragilização do coletivo, da cooperação e das estratégias de defesa coletivas, em consequência também, das novas formas de avaliação do trabalho, geralmente individualizadas.

Diante do contexto de trabalho acadêmico, entendemos que o fato de os docentes solicitarem um atendimento ao CEREST, pode ser caracterizado como uma forma de enfrentamento diante do assédio moral sofrido no ambiente laboral, na tentativa, inicialmente, de reparação dos danos, como refere a autora. Porém, com o decorrer dos

encontros foi possível às docentes vivenciarem um processo de transformação, ressignificando o sofrimento, debatendo o assédio moral a partir das relações no contexto laboral. Dessa forma as docentes elaboraram diversas estratégias coletivas de enfrentamento das adversidades no ambiente de trabalho decorrentes do assédio moral, o que causava extremo sofrimento. Segundo a autora, a partir desse contexto, as docentes passaram a referir o prazer no trabalho, destacando a relação com os alunos e a produção científica. Quanto às principais propostas de enfrentamento, a autora, descreve as seguintes: caracterização do assédio moral para que os servidores pudessem compreendê-lo e fomentar a prevenção de novos casos e auxiliar as pessoas que vivenciavam essas situações a enfrentá-la, fortalecimento da comissão de combate ao assédio moral, atuação de uma equipe multiprofissional para acolhimento, orientação, atendimento e consultoria técnica aos servidores que vivenciaram o assédio moral, bem como a prevenção de novos casos, através da mediação de conflitos, levantamento do quantitativo de servidores afastados por adoecimento psíquico, criação de um programa de qualidade de vida no trabalho para os servidores e diálogos com a gestão, buscando soluções, em especial para os casos de assédio moral, visando à construção de um espaço aberto ao debate de propostas coletivas.

Nessa perspectiva, Dejours (1999) conceitua a **mobilização subjetiva** a partir do uso de recursos psicológicos e a formação de um espaço público de discussão sobre o trabalho, o que possibilita o desenvolvimento de deliberações frente às vivências de sofrimento.

O estudo E17 (SILVA) também realizado através das etapas propostas pela metodologia dejouriana, refere-se a docentes substitutos de uma universidade pública. Neste caso, a **negação do sofrimento** emergiu sob a forma de uma ênfase exclusiva aos aspectos favoráveis no trabalho. Outros mecanismos identificados foram a **exploração**, através da naturalização do trabalho realizado em casa, da distribuição de horários e disciplinas em relação aos professores efetivos, o **isolamento**, como, por exemplo, não questionar as imposições da organização do trabalho dada a insegurança decorrente do contrato temporário e a **racionalização**, comparando sua quantidade de horas-aula com a carga horária de outra instituição, considerada mais desgastante e, com isso, avaliando como positiva a atuação na universidade, o que pode ser caracterizado como uma servidão voluntária. A autora aponta, ainda, o uso de estratégias de eufemização do sofrimento, o que foi justificado no estudo pelo status social do professor universitário na sociedade, em oposição à alta taxa de analfabetos no país, assim como o número de empregos precarizados. Tal situação levaria o docente a minimizar o

sofrimento no ambiente de trabalho.

Apesar das dificuldades no ambiente laboral, SILVA (2017) ressalta o quanto os docentes se identificam com sua profissão, dada a contribuição social e a autonomia e reconhecimento pelos discentes. Para a autora, os encontros propiciados pela metodologia da PDT foram bem aproveitados pelos docentes, gerando uma oportunidade de reflexão sobre o lugar do docente substituto na universidade. Trata-se, na visão da autora, de um certo nível de mobilização subjetiva frente à pesquisa, que veio abordar o sofrimento o prazer e a possibilidade do uso da inteligência prática e criatividade diante das adversidades no contexto do trabalho.

O estudo E16 (RUZA, 2017) também aborda a mobilização subjetiva em docentes da UNESP, quando a coordenadora da pós-graduação enfatiza os aspectos positivos ao realizar pareceres de projetos, fazendo “vista grossa” para possíveis deficiências, de forma a valorizar o trabalho do coletivo e, assim, romper com a competitividade na universidade.

Nessa perspectiva, concordamos com Mendes (2007), quando refere que a sobrecarga pode ocorrer pela submissão incondicional às demandas da organização do trabalho para além das condições físicas, psicológicas e sociais do trabalhador, o que pode provocar o sofrimento e adoecimento.

Dois estudos se destacam por terem como foco professores que haviam se afastado do trabalho em decorrência de adoecimento psíquico: E11 (SIQUEIRA, 2015) e E16 (REIS, 2017). Siqueira (2015) analisou docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) que haviam sido afastados do trabalho em decorrência de adoecimento psíquico. No estudo, a autora refere que prevaleceram as estratégias de defesa, o que foi observado em mais um relato de uma docente, quando se dirigiu ao departamento médico da instituição, devido à sobrecarga de trabalho, como a jornada de quase 12h/dia, em decorrência do acúmulo da atividade de docência, além de uma função administrativa. Nesse aspecto, a autora justifica que a ida ao departamento médico poderia atuar como possibilidade de uma pausa, frente à sobrecarga de trabalho, que pode causar desgaste físico e psíquico. Nesse sentido, Dejours (2007) considera que as atuais mudanças no mundo do trabalho são responsáveis pela sobrecarga elevada associada à exigência pelo aumento de produtividade, levando inevitavelmente ao sofrimento.

O estudo E15 (REIS, 2017) abordou docentes de uma IES pública de Goiás (GO), que foram escolhidos a partir de dados secundários estatísticos relativos a licenças médicas. Foram selecionadas as Unidades Acadêmicas da IES com maior incidência de

licenças médicas por transtorno mental e comportamental (TMC) em 2015. O estudo teve como objetivo analisar a influência do modelo de gestão na saúde mental dos servidores. Reis (2017) apontou como estratégias de defesa a **racionalização**, através do recurso da **negação**, diante dos conflitos relacionais e condições precárias de recursos (materiais/equipamentos) na Instituição. Nesse caso, o docente não se dá conta da realidade que o cerca, negando os fatores que causam sofrimento, alegando que teve sorte, por estar em uma estrutura diferenciada, com mais recurso, mesmo essa estrutura fazendo parte da mesma Unidade. Trata-se de uma “explicação mágica”, não considerando a realidade que o cerca, ocorrendo um distanciando do coletivo de docentes e individualizando sua posição no ambiente de trabalho, evitando, assim, o sofrimento.

Também foi observada, segundo a autora, a estratégia de **isolamento**, quando o docente se afasta dos pares, devido à desconfiança da intenção dos colegas. Por fim, a estratégia de **denúncia e divisão de grupos**, a qual ocorreu uma divisão entre o grupo, diante de uma situação causadora de denúncia. Neste cenário, o ambiente de trabalho é alterado pela formação de grupos que se posicionam a favor e contra a situação da denúncia, além da intensificação de uma “desconfiança sistemática” em relação ao grupo (DEJOURS, 1994).

Em relação aos afastamentos mais frequentes, a autora refere o Manual de Classificação Internacional de Doenças (CID-10), referindo que os transtornos mentais e comportamentais recorrentes nos docentes foram F30-F39 ou F40-F48, Transtorno de Humor e Transtornos Neuróticos, que são transtornos relacionados com o estresse e transtornos somatoformes, respectivamente.

Nesse sentido, Dejours (2007) considera que as atuais mudanças no mundo do trabalho são responsáveis pela sobrecarga elevada, associada à exigência pelo aumento de produtividade. No caso do estudo conduzido por Siqueira (2015), a autora observa, pontualmente, o enfrentamento de uma docente, que atuou a partir da sua candidatura à direção da Universidade, como forma de fomentar um espaço de discussão coletiva e política sobre os problemas da Instituição, o que poderíamos considerar como uma possibilidade de mudança no contexto de trabalho que traz sofrimento ao trabalhador. , o que prevaleceu foram as estratégias de defesa, o que foi observado no relato de uma docente, quando se dirigiu ao departamento médico da instituição, devido à sobrecarga de trabalho (extensa jornada, de quase 12h/dia, em decorrência do acúmulo da atividade de docência, além de uma função administrativa).

No estudo E20 (TUNDIS; MONTEIRO; SANTOS; DALEGONARE, 2018), com docentes, do ensino superior público na região amazônica, os autores identificaram

estratégias de defesa individuais de adaptação e exploração, como a **compensação**, a partir do uso de recursos próprios para compra de materiais, quando deveriam ser fornecidos pela instituição e a **realização de atividades acadêmicas** no tempo livre, para atender à demanda excessiva de trabalho. A estratégia de defesa de **racionalização** também foi utilizada frente à dificuldade nas relações socioprofissionais, evitando cargos de função gratificada, uma vez que ocorria muita competição. O estudo indica que as estratégias coletivas foram escassas, sendo especificadas no caso de participação em uma reunião colegiada para solucionar problemas e dividir tarefas entre os docentes, diante da sobrecarga de trabalho.

Destaca-se no estudo conduzido por Tundis e colab. (2018) o uso recorrente de estratégias de adaptação e exploração, o que de acordo com a PDT pode levar os trabalhadores a uma ideologia defensiva, como também à alienação. Nesse sentido, de acordo com Dejours (2007), a alienação é um processo que se dá quando a estratégia defensiva se torna um objeto em si mesmo para enfrentar as pressões psicológicas do trabalho, e assim, bloqueia qualquer tentativa de transformação da situação que traz sofrimento para o trabalhador.

O estudo E11 (CARDOSO; RIBEIRO, 2016) refere-se à situação de professores que atuam em um campus do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) fora da capital (em Alcântara), o que implica permanecer parte da semana em Alcântara, longe da família, que vive em São Luís. Como estratégias de defesa utilizadas por esses profissionais para manterem sua saúde diante desta adversidade ligada ao trabalho, as autoras citam a construção de vínculo dos professores com a comunidade de Alcântara e o suporte da família, uma vez que o afastamento familiar constitui uma das fontes de sofrimento. Além dessa vivência, os professores relataram a precariedade do transporte, por meio de embarcações (barcos, catamarãs ou Ferry Boats) que não possuem horários fixos devido à tábua da maré, e a profundidade e força motriz da Baía de São Marcos, a segunda mais profunda do mundo. O acesso marítimo tem duração de uma hora e quarenta minutos a duas horas e meia de viagem, dependendo da embarcação, o que, segundo o estudo, provoca um extremo desgaste nos professores.

Também foi observada como estratégia de defesa, a necessidade de preparo físico, em função da travessia de São Luís até Alcântara, uma vez que era preciso carregar livros, roupas e alimentação. Os professores também referiram que utilizavam medicação para enjojo, já que as embarcações eram precárias, o que causava sensação desagradável de mal-estar e desconforto. Segundo as autoras, há uma possibilidade de adaptação ou ajustamento às vivências de sofrimento, e a possibilidade de transformação tornando o

sofrimento criativo. Nesse caso, as autoras relataram que o trabalho se transforma em mediador para a saúde através do aumento da resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica e somática. Nesse aspecto, concordamos com Molinier (2006, p. 60) quando refere que “o destino do sofrimento criativo é o de se transformar em prazer e em experiência estruturante”.

Ressaltamos que a pesquisa refere como principais fontes de sofrimento dos docentes, as condições precárias de trabalho, desde o momento em que o docente se desloca para o campus em Alcântara, com transportes precários, ambiente físico inadequado e materiais para atividades docentes insuficientes, além do distanciamento familiar. E, ao mesmo tempo, os docentes apresentaram como fonte de prazer a prática do ensino, ou seja, o fazer docente. Portanto, entendemos que os professores construíram estratégias de adaptação e de proteção em relação às adversidades, buscando encontrar sentido e prazer na profissão, bem como tornar a profissão menos desgastante, diante das dificuldades do contexto laboral.

Sobre a dinâmica prazer-sofrimento no ambiente de trabalho, a Psicodinâmica do Trabalho considera que essas vivências não são relações lineares, sendo cada trabalhador influenciado de um lado pelo modelo de organização de trabalho ao qual está subordinado, e por outro lado, pela forma como ele percebe e interpreta este modelo, baseado tanto nos seus processos psicológicos internos, como também na gestão coletiva da organização do trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994).

Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) consideram as defesas, na sua maioria, coletivas. Esses autores definem as defesas como instrumentos pelos quais o trabalhador busca modificar, transformar e minimizar a percepção da realidade que o faz sofrer. Os autores apontam que a diferença entre um mecanismo de defesa individual e uma estratégia de defesa coletiva está no fato de que o primeiro permanece sem a presença física do objeto, que se encontra interiorizada, ao passo que na segunda, depende da presença de condições externas e se sustenta no consenso de um grupo específico de trabalhadores.

Sobre as estratégias de defesa coletivas, Molinier (2013, p. 217) afirma que:

as estratégias coletivas estão focadas na construção de um universo simbólico comum que ganha consistência pelo fato de serem organizadas a partir de crenças, condutas e atitudes que têm todas por objetivo a redução, o tanto quanto isso for possível, dos efeitos decorrentes da percepção das realidades suscetíveis de gerar um estado de sofrimento.

O estudo E14 (HOFFMANN; ZANNINI; MOURA; COSTA E COMORETO, 2017), o qual analisa os indicadores críticos de adoecimento no trabalho segundo a percepção dos docentes da Universidade Federal de Santa Maria se destacou pela abordagem das relações de gênero no trabalho. Ressaltamos, neste estudo, a estratégia de defesa utilizada pelos docentes homens, no caso, a ideologia do cinismo viril Dejours, (2001), frente à sobrecarga de trabalho. Nesse aspecto, Molinier (2013) refere que a ideologia defensiva, por vezes é compartilhada por todos os membros de um coletivo de trabalho, e opera como elemento de interdição do sofrimento no trabalho.

A ideologia defensiva, de acordo com Dejours (2007), é um procedimento limite construído pelo coletivo de trabalhadores quando os riscos, o medo e as situações hostis do trabalho são intensificadas a tal nível que revelam risco de desestruturação da estratégia defensiva. No caso do estudo em referência, os autores apontaram o uso da ideologia defensiva do cinismo viril como uma forma dos docentes se defenderem do esgotamento profissional. Nesse aspecto, Dejours (2007) esclarece que a utilização desta dinâmica defensiva pode tornar-se um fim em si mesmo, uma vez que a coesão do coletivo está fortalecido não para transformar o ambiente de trabalho que faz sofrer, mas sim, para manter esta defesa frente aqueles que possam ameaçar sua operacionalização, o que pode levar a alienação.

Por outro lado, os autores observaram que as docentes mulheres sofriam maior impacto dos fatores que provocaram sofrimento e adoecimento no trabalho em relação aos homens, o que foi associado a sobrecarga de trabalho, em função da conciliação da vida doméstica e profissional. Nesse sentido, destaca-se a contribuição de Molinier (2013) à PDT quanto às diferenças observadas entre as práticas dos homens e das mulheres, as quais, para a autora, são construídas socialmente, uma vez que as relações sociais entre os sexos também remetem a relações hierárquicas entre os grupos sociais de homens e de mulheres e que a partir da forma como estas relações se estabelecem, se determina uma constante tensão em torno do trabalho e suas divisões.

Destacamos, então, que nesse estudo os autores identificaram as diferenças de gênero na forma de lidar com as vivências de sofrimento, predominando a ideologia do cinismo frente à sobrecarga de trabalho, o que é mais uma forma de estratégia de defesa.

Nesse aspecto, Martins (2010) ressalta que as estratégias coletivas de defesa podem funcionar como uma armadilha psicológica, incrementando a aceitação e a tolerância do sofrimento no ambiente profissional, reforçando o consentimento e a alienação.

Ressaltamos também o estudo E9 (ROCHA, 2014), com professores do campus

de Monte Castelo, do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), caracterizando a utilização de estratégias de defesa individuais, como o **isolamento** diante das dificuldades de relacionamento socioprofissionais. A autora também indica a utilização da estratégia do **companheirismo**, por alguns docentes que se julgam amigos entre si, para enfrentamento da dificuldade de espaço físico para desenvolver as atividades acadêmicas. Um exemplo seria o improvisado de um espaço com o uso de fitas decorativas para tapar os buracos e torná-lo minimamente adequado para realização das aulas. Ainda neste estudo, a autora chama a atenção para a escassez de ações coletivas para melhorias das condições de trabalho. Relaciona esta situação a características institucionais que contribuem para desmobilização de estratégias defensivas coletivas, como a forte departamentalização do *campus*, que acaba por restringir o contato e a construção de um espaço de discussão entre os docentes desta instituição.

De fato, diversas pesquisas apontam a predominância de defesas individuais, como o estudo E2 (PEREZ, 2012), com professores universitários de diversas IES privadas do Rio Grande do Sul, o qual analisa a dinâmica prazer- sofrimento no trabalho e como esta relação produz impactos na saúde destes trabalhadores. A autora indica as estratégias de defesa como estratégias de saúde, por acreditar que, muitas vezes, são elas responsáveis por preservar a saúde mental dos trabalhadores nos ambientes de trabalho contemporâneo. A autora agrupa os recursos defensivos em dois grupos: as estratégias defensivas *conservadoras da organização do trabalho*, que podem ser consideradas mais alienantes, contribuindo para a manutenção da organização do trabalho e as estratégias defensivas de *permanência do sujeito no trabalho*, que podem ser consideradas menos alienantes, as quais motivam o docente a acreditar e continuar na profissão, buscando o prazer, mesmo não alterando a organização do trabalho.

Quanto às estratégias de defesa conservadoras da organização do trabalho, a autora aponta a **passividade**, diante de várias tentativas de mudança por parte dos docentes sem sucesso, frente ao sofrimento, a **dissociação afetiva**, que se traduz pela tentativa de não investir de afetividade à instituição, mesmo sabendo que toda relação de trabalho envolve afetividade. Este processo se dá quando limita o professor a limitar a investir afetividade à atividade em si, e em alguns casos, aos colegas, na busca por uma ligação com a instituição somente a partir da relação de trabalho. Aponta, ainda, a estratégia de **autorresponsabilização**, como uma forma de buscar soluções para problemas que deveriam ser solucionados pela gestão.

Destacamos, também, a estratégia de defesa de **isolamento**, quando o professor se afasta até mesmo fisicamente dos colegas, evitando o convívio para não falar sobre o

trabalho na instituição, a estratégia de defesa de **desistência ou repensar a escolha da profissão docente**, diante da falta de reconhecimento da instituição, situação que provoca frustração, uma vez que o envolvimento com as atividades profissionais não são recompensadas, o que leva o docente a pedir demissão, buscando trabalho em outra IES ou repensar sua escolha profissional. Este fato ocorre quando o docente percebe que certas situações na instituição não serão alteradas, mas é insuportável para saúde física e especialmente psíquica conviver com tais situações. Nesse aspecto, cabe considerar que o reconhecimento é primordial nos processos de construção identitária e da saúde e prazer no trabalho (DEJOURS, 2004). Assim, a PDT chama a atenção para a relação entre a falta de reconhecimento e os processos de sofrimento, despersonalização e adoecimento.

A pesquisadora ainda aponta a estratégia defensiva de **fuga**, quando o docente busca por qualificação, tem um filho ou até mesmo adocece, para não se deparar com algumas situações ou, ainda, se inscreve em congressos para aliviar a sobrecarga e as exigências do trabalho. Neste caso, de adoecimento, a autora refere que muitos docentes possuem uma representação de que eles não têm o direito de adoecer, não se dando conta que podem vir a adoecer e que isso é um processo natural do ser humano. Nesse aspecto, a autora conclui que o adoecimento é um processo inconsciente, podendo ser uma fuga diante das pressões no ambiente de trabalho. Ainda, quanto às estratégias defensivas individuais, destacamos a **racionalização**, quando o docente busca explicar, de forma lógica, as causas do sofrimento no trabalho ou a **naturalização** dos acontecimentos que provocam frustração/sofrimento, ou a **negação**, qual seja, negar ou mascarar uma situação, evitando encarar questões que causam sofrimento, banalizando as injustiças que ocorrem no trabalho. Cabe mencionar, ainda, a **ambivalência**, quando, por um lado os docentes sentem-se realizados pelo trabalho que desenvolvem e por outro, muitas vezes, acreditam que se doam demais para o trabalho.

Ressaltamos, ainda, no E2 (PEREZ, 2012), os mecanismos de defesa individuais, que a autora denomina como estratégias de permanência do sujeito no trabalho, referindo como estratégia (i) o **relacionamento com os colegas**, tanto dentro dos espaços de trabalho quanto em situações informais, (ii) o **relacionamento com os alunos**, que se traduz pelo processo de ensino-aprendizagem, fator que, segundo a autora, mais proporciona sentimento de prazer no trabalho pelo professor universitário, (iii) a **conscientização/reorganização**, quando, a partir da observação do cotidiano, os docentes perceberam o quanto estavam deixando a saúde e a si mesmos de lado, o quanto passavam muito tempo se dedicando ao trabalho, e a possibilidade de mudança a partir da reorganização de um tempo mais justo, tanto no contexto de trabalho como fora da

academia, o que é fundamental para a saúde, (iv) **alertas** emitidos pelo corpo, expressos pela atenção às situações limites da saúde física e mental, não deixando o trabalho extrapolar outras esferas da vida, o que possibilita realizar um trabalho com saúde, (v) a **autonomia**, (vi) a **perspectiva para o futuro** e (vii) **sugestões de mudança** no plano de carreira docente, como incentivo à pesquisa, diminuição de carga horária em sala de aula e remuneração para o planejamento de aulas e trabalho com pesquisa.

Por fim, sobre as defesas, a autora refere que neste estudo não foi possível observar se as estratégias de defesa se articulam, em algum momento, no coletivo de trabalhadores, sendo dada ênfase às estratégias individuais. No entanto, a autora aponta que alguns sinais indicam algumas estratégias que são compartilhadas pelos docentes. Essas estratégias defensivas podem atuar de forma positiva, quando protegem o trabalhador do sofrimento vivenciado em situações de trabalho, promovendo o equilíbrio emocional e evitando o adoecimento. No entanto, também podem atuar de forma prejudicial, uma vez que alienam o trabalhador, impedindo sua mobilização para a mudança na organização do trabalho (BARROS; MENDES, 2003).

O estudo E13 (AMARAL; BORGES; JUIZ, 2017) também aponta o predomínio de **estratégias de defesa individuais**, tendo como objeto de estudo, docentes de um campus do interior de uma Universidade Federal. Entre as estratégias individuais utilizadas estão a **postura enrijecida e combativa** adotada diante das dificuldades nas relações socioprofissionais, como a competitividade entre os pares e a **tentativa de manter o bom humor** frente à sobrecarga de trabalho e à falta de infraestrutura. Também foram apontadas pelas autoras as seguintes estratégias de defesa: **aquisição de materiais com recursos próprios ou advindos de editais das agências de fomento**, os quais deveriam ser disponibilizados pela universidade e uma **postura de desistência** em relação ao envolvimento com questões mais amplas da universidade, evitando assim, o sofrimento. Essas estratégias de defesa reforçam, segundo as autoras, o predomínio, das defesas individuais, não sendo observadas estratégias de defesa coletivas entre os docentes.

As autoras destacam, ainda, que a insatisfação com as condições de trabalho e suas consequências foram questões muito presentes nos relatos dos entrevistados, sendo entendida como uma forma de denúncia da precarização das universidades públicas federais, principalmente as dos campi do interior, mas também uma forma de lutar pela sua saúde psíquica em um trabalho que lhes é repleto de significado e de prazer. Síntese do conhecimento.

Este estudo teve como proposta realizar uma revisão da produção científica dos

estudos no Brasil sobre as estratégias de defesa coletivas e os mecanismos de defesa individuais de docentes de ensino superior, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. A revisão de literatura resultou em vinte estudos com a temática proposta.

Este conjunto incluía apenas seis artigos publicados, o que aponta a demanda por publicações científicas destacando as especificidades do contexto acadêmico, já que os docentes fazem parte de uma categoria profissional com grande visibilidade social, com prestígio e reconhecimento. Desta forma, é essencial que a análise da subjetividade dos docentes, quanto às adversidades no trabalho, também seja objeto de publicações científicas, o que implica maior divulgação no meio acadêmico.

Os estudos evidenciaram que a partir das transformações nos modos de produção capitalista, as universidades passaram a seguir uma lógica de mercado em termos de metas, caracterizando, entre outros aspectos, o produtivismo acadêmico, o que teve impacto direto nos profissionais. A importância de gerar publicações neste grupo pode ser evidenciada a partir das condições e organização do trabalho dos docentes e das estratégias de defesa utilizadas por esses profissionais para evitar o sofrimento frente às pressões por produtividade. Essa condição se deu em função das exigências de publicações por parte da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que coordena as atividades de pós-graduação no país. Tal situação, por várias vezes, apareceu como vivência de sofrimento, uma vez que os docentes se sentiram pressionados a produzir material científico, sendo valorizado muito mais o quantitativo de publicações do que a qualidade da produção científica (SGUISSARDI, 2009).

Destaca-se que alguns autores dos estudos selecionados utilizaram as expressões “estratégias de defesa” para se referir tanto a defesas coletivas, quanto defesas individuais, o que indica, como já observada, a falta de consenso sobre estes conceitos entre os autores vinculados à PDT.

Nesse aspecto, foi possível observar que as defesas utilizadas de forma recorrente pelos docentes para lidar com as pressões no ambiente laboral, como a alta exigência de publicações científicas, foram mecanismos individuais, destacando a negação. Esse processo ocorre quando os docentes não diferenciam mais as metas da organização em relação aos seus desejos, o que favorece a alienação na vontade do outro (DEJOURS, 2004). As defesas têm como função evitar o sofrimento e adoecimento, porém não ocorre a transformação da organização do trabalho que faz sofrer, e pode impedir qualquer possibilidade de transformação do ambiente de trabalho, levando à alienação (DEJOURS, 2007).

Nessa perspectiva, além do impacto das exigências de publicação, acarretando a

sobrecarga de trabalho, os estudos apontaram, de modo recorrente, como vivências de sofrimento, as tarefas administrativas, a falta de reconhecimento por parte da gestão e dos pares, a dificuldade nas relações socioprofissionais e a vivência de sofrimento devido à alta competitividade entre os docentes, levando o profissional a evitar essas vivências a partir de mecanismos de defesa individual e estratégias de defesa coletivas. Em docentes de IES privadas e contratados como substitutos em IES públicas, observou-se o medo da demissão devido à precariedade dos vínculos empregatícios. O excesso de controle por parte da gestão foi observado em algumas IES privadas, ao passo que a escassez de material para as atividades acadêmicas foi identificada nos estudos em IES públicas. O resultado das pesquisas selecionadas aponta que na maior parte dos estudos foram utilizados mecanismos de defesa individuais (e não estratégias coletivas), guardadas as devidas especificidades de cada estudo. Entre os mecanismos defensivos estão a negação, o isolamento, dar ênfase apenas aos aspectos favoráveis do trabalho, não admitir o sofrimento e/ou não compartilhar as queixas em relação à instituição, naturalizar o sofrimento, realizar atividades acadêmicas no tempo livre e finais de semana para dar conta das tarefas e uso de recursos próprios para compra de materiais que deveriam ser fornecidos pela instituição.

As pesquisas nas IES privadas apontam ambientes de trabalho de extrema adversidade, apresentando algumas especificidades, como no caso do estudo de Batista (2014), em que o docente vivencia sentimento de sofrimento, entre outros aspectos, devido à falta de respeito dos alunos, os quais questionam suas notas e solicitam a retirada de faltas junto à Coordenação do curso. Nesse sentido, se compararmos tal situação com a ocorrida em IES públicas, na maior parte dos estudos esse fenômeno não foi identificado, ao contrário, os docentes referem como vivência de prazer a autonomia no processo ensino-aprendizagem, como no estudo de Siqueira (2015).

Quanto ao enfrentamento das vivências de sofrimento, entendemos que foi observado apenas, pontualmente, em algumas situações, como no caso dos professores de uma IES pública que se reuniram solicitando um atendimento ao CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) diante do assédio moral sofrido na instituição. Essa mobilização dos docentes pode ser caracterizada como uma forma de enfrentamento diante da vivência de sofrimento decorrente do assédio moral sofrido no ambiente laboral.

Em outra IES privada, diante da venda da Instituição para um grupo estrangeiro, alguns professores se mobilizaram, realizando um enfrentamento através de uma ação judicial, acionada por todos os docentes que foram demitidos, alegando demissão discriminatória. Nesse aspecto, podemos identificar essa ação como um enfrentamento

que possibilitou que os docentes ressignificassem o sofrimento, a partir da tentativa de reverter e anular o estado das coisas vigentes. O estudo apontou que todos os professores que entraram com ação trabalhista ganharam a causa e tiveram o reconhecimento legal de que as suas demissões foram discriminatórias.

Nesses estudos foi possível identificar o enfrentamento dos docentes, os quais criaram novas soluções em função das vivências de sofrimento, transformando-o em sofrimento criativo. A partir da luta pela preservação de sua saúde psíquica, os trabalhadores podem enfrentar as adversidades vivenciadas no ambiente de trabalho, ressignificando a dor e o sofrimento (DEJOURS, 2009).

Outro aspecto relevante observado nos estudos foi a abordagem das relações de gênero em apenas uma pesquisa, o que ressalta a demanda por novos estudos voltados para essa temática, o que só é possível a partir da compreensão das representações construídas culturalmente sobre as práticas de homens e mulheres, a partir de relações hierárquicas (MOLINIER, 2013). Nessa perspectiva é possível alcançar uma compreensão mais ampliada da organização do trabalho acadêmico que provoca sofrimento e adoecimento, identificando as especificidades dos docentes, quanto às estratégias de defesa utilizadas por mulheres e por homens, buscando dar visibilidade aos processos de trabalho e seus impactos diferenciados na saúde das professoras e professores universitários.

De acordo com os estudos, o prazer dos docentes universitários está vinculado à prática do ensino, pesquisa e extensão, ao relacionamento e reconhecimento, principalmente por parte dos alunos, por reconhecerem que proporcionam boas condições no processo de aprendizado, a importância do seu ofício para si, para a organização e para a sociedade, a formação de profissionais críticos e a liberdade e autonomia para desenvolver suas atividades acadêmicas, principalmente no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Por fim, destacamos a importância de desenvolver outros estudos, com a finalidade de ampliar o conhecimento e dar visibilidade a um tema tão relevante para o campo da saúde mental, o que está estreitamente vinculado à organização do trabalho (DEJOURS, 2004). E no caso dos docentes universitários, não é diferente, uma vez que a categoria se encontra vulnerável diante das exigências de publicação, traduzindo-se pelo produtivismo acadêmico (SGUISSARDI, 2010) e as condições precárias de trabalho em função das atividades acadêmicas e dos vínculos empregatícios, o que tem impacto direto na saúde mental dos professores universitários.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender o ambiente acadêmico na contemporaneidade devemos observar o contexto histórico social político em que vivemos, em uma sociedade capitalista neoliberal, que reproduziu nas IES, nas últimas décadas, as chamadas práticas gerencialistas, com base em metas, como apontaram as pesquisas analisadas nesse estudo. As políticas neoliberais nas Universidades podem se traduzir por um conjunto de programas que flexibilizam a formação por meio de oferta de novas modalidades de cursos, modificam os meios de financiamento para pesquisa, estabelecem o empreendedorismo como cultura a ser disseminada pela universidade e transformam o conhecimento em mercadoria. Trata-se de um processo que difunde o gerencialismo e precariza as relações de trabalho nas universidades públicas, o que já ocorria em algumas Universidades Privadas.

Uma das principais características decorrentes das políticas neoliberais, implantadas no ambiente acadêmico é o produtivismo acadêmico, que se traduz pela ênfase na quantidade de publicações, em detrimento da sua qualidade (SGUISSARDI, 2010). Nesse aspecto, os estudos apresentaram, como vivência de sofrimento, a sobrecarga de trabalho, devido às exigências de publicação, entre outras atividades que já fazem parte do trabalho docente como ensino, pesquisa e extensão, somadas às atividades administrativas. Além da sobrecarga de trabalho, os estudos apontaram como fontes de sofrimento, a competitividade, o individualismo, a falta de reconhecimento por parte da gestão e entre os pares, dificuldades com os alunos (em especial nas IES privadas), entre outros aspectos.

Esse contexto de trabalho se apresenta extremamente adverso para o docente e tem efeito direto nas relações socioprofissionais. Percebemos nos estudos a degradação das relações entre os docentes, devido à competitividade e ao individualismo, o que provoca o isolamento dos professores, acarretando um sentimento de solidão que atinge a subjetividade do docente, comprometendo sua saúde mental.

Cabe destacar que o trabalho é fonte de prazer, e de forma concomitante, gera sofrimento ao trabalhador, diante do real do trabalho, uma vez que o docente não encontra espaços coletivos de discussão para compartilhar suas dificuldades e desenvolver soluções a partir do coletivo de trabalhadores. Assim, os docentes acabam por utilizar mecanismos de defesa individuais e de negação, o que foi recorrente na maior parte dos estudos analisados, tanto nas Instituições de Ensino Superior públicas como privadas.

No caso das IES privadas, chamam a atenção as vivências de sofrimento que têm origem no excesso de controle da gestão, assim como a falta de reconhecimento, incluindo, ainda, alguns estudos nas IES públicas que remetem, também, à falta de reconhecimento. Nesse aspecto, Dejours (2011) refere que a dinâmica do reconhecimento está diretamente ligada à construção da identidade, o que está relacionado à atividade de trabalho. Portanto, o reconhecimento é crucial para que o indivíduo possa construir sua identidade no campo social, e essa condição só é possível caso exista um coletivo de trabalhadores que tenha espaço para discutir suas dificuldades e elaborar soluções.

Percebemos, na maior parte dos estudos, a utilização recorrente, pelos docentes, de mecanismos de defesas individuais para evitarem o sofrimento, o que parece ter relação, numa análise a nível macrossocial, com uma gestão gerencialista, que pode ser identificada como a reforma do Estado, nas últimas décadas. Tal Reforma teve como base os princípios de mercado e teve como características principais, o planejamento de políticas com ênfase em metas de desempenho, o que estimula, entre outros aspectos, a competição no ambiente de trabalho, levando a atitudes individualistas e de isolamento.

Ainda sobre as IES privadas, o modelo gerencialista já prevalecia na organização do trabalho, sendo intensificado, como aponta o estudo E7 (MENEZES, 2014), após a venda de uma IES privada, em Salvador, para um grupo internacional.

Os estudos indicaram que as estratégias de defesa coletivas e os mecanismos de defesa individuais, utilizados em demasia, tendem a se esgotar, o que pode provocar sofrimento e adoecimento, tanto com relação ao adoecimento físico, mental, como às patologias sociais, sendo identificada a alienação. Nesse aspecto, ressaltamos que quando as defesas tornam-se um objetivo em si mesmo para enfrentar as pressões psicológicas do trabalho, ocorre um processo de alienação, bloqueando qualquer tentativa de transformação da situação vigente, como foi observado nos estudos desenvolvidos por Lèda (2009), Fleury (2013), Menezes (2014), Amaral, Borges e Juiz (2017), Reis (2017), Ruza (2017) e Silva (2017).

Outro aspecto relevante observado nos estudos foi a utilização da negação do sofrimento, o que pode ser justificado, como foi referenciado no estudo de Souto (2013), pela posição que o docente ocupa na sociedade, sendo vista como uma profissão de prestígio e *status* social, e que diante de avaliações pautadas em metas e produtividade, o docente não teria espaço para demonstrar seu sofrimento e suas fragilidades.

Quanto às vivências de prazer, os estudos apontaram, a satisfação no fazer docente, em função da prática em ministrar aulas, pesquisa, extensão, a relação com os alunos, à formação do aluno e a relação com os pares, em somente poucos estudos. Com

referência à dinâmica prazer-sofrimento, os estudos indicaram vivências de satisfação e sofrimento, porém, os mecanismos de defesa individuais frente ao sofrimento, muitas vezes velado, foram os aspectos que prevaleceram nos estudos selecionados para a pesquisa.

Destacamos, também, que somente a pesquisa E14 (HOFFMAN e colab., 2017) trata da questão relacionada ao gênero, o que entendemos ser fundamental nas investigações, uma vez que a subjetividade no trabalho está relacionada à divisão sexual do trabalho (MOLINIER, 2004). Nesse sentido, são necessários novos estudos que possam dar continuidade às investigações com professores de IES no Brasil, dando maior visibilidade aos processos de trabalho que causam sofrimento. A identificação e diferenciação das estratégias de defesa segundo o gênero possibilitará uma maior compreensão da complexidade das relações de gênero e seu papel no sofrimento e adoecimento decorrente da organização do trabalho acadêmico.

Diante desse quadro, entendemos que os estudos com base na Psicodinâmica do Trabalho apresentaram um aporte teórico e metodológico capaz de revelar, a partir da análise das estratégias e mecanismos de defesa utilizadas pelos docentes as adversidades na organização e condições de trabalho, o que poderá subsidiar intervenções voltadas para a promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 3-10, Mar. 2003 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de junho de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000100002>.

ALCADIPANI, R. Ideias em debate: "Academia e a fábrica de sardinhas". **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 57, p. 345-348, 2011.

ALMEIDA, C. P. B.; GOULART, B. N. G. Como minimizar vieses em revisões sistemáticas de estudos observacionais. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 551-555, Aug. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462017000400551&lng=en&nrm=iso>. Access on 15 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-021620171941117>.

ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMARAL, G. A.; BORGES, A. L.; JUIZ, A. P. M. Organização do trabalho, prazer e sofrimento de docentes públicos federais. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 15-28, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151637172017000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2019.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; BORÓN, A. (orgs.). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ARAÚJO, M. D. Alguns olhares sobre a subjetividade nas pesquisas em saúde do trabalhador. In: MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C e BARROS, M. E. B. (orgs.). **Texturas da Psicologia**: subjetividade e políticas no contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

ARBEX, A. P. S.; SOUZA, K. R.; MENDONÇA, A. L. O. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública.

AZEVEDO, M. L. N. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – A expansão privado-mercantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 86-102, Ago. 2015. ISSN: 2446-9424. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650522/16733>>. Acesso em: 05 mar. 2019. doi: <https://doi.org/10.22348/riesup.v1i1.7371>.

BARROS, P. C.; MENDES, A. M. Estratégias de mediação do sofrimento psíquico de trabalhadores terceirizados da construção civil. **PSICO-USF**, v. 6, n. 1, p. 81-108, 2003.

BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil** – vol. III: séc. XX. – Petrópolis: Vozes, 2005.

BATISTA, J. B. V. *et al.* Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. **Rev. pesqui. cuid. fundam. (Online)**, v. 8, n.2, p. 4538-4548, 2016. DOI: 10.9789/2175-5631.

BATISTA, M. B. **Percepções sobre o prazer e sofrimento no trabalho docente**: estudos em duas Instituições de Ensino Superior na Cidade de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (orgs.). **Clínicas do Trabalho**: Novas Perspectivas para Compreensão do Trabalho na Atualidade. São Paulo: Atlas, 2011. 288 p. ISBN: 978-85-224-6095-3.

BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822014000500014. Acesso em: 15 jan. 2019.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. Publicar & morrer?! Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 28, p. 53-69, 2009.

BLANCH-RIBAS, J. M.; CANTERA, L. La nueva gestión pública de universidades y hospitales: aplicaciones e implicaciones. *In*: E. Agulló, J. L.; Álvaro, A. G. R.; Medina; I. Schweiger (eds.). **Nuevas formas de organización del trabajo y la empleabilidad**. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2011. p. 515-534.

BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Vitória, 2012.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. (Constituição [1988]). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BREILH, J. **Epidemiologia: economia, política e saúde**. Tradução: Luiz Roberto de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP: Hucitec, 1991.

BRITO, J. *et al.* Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 589-605, 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000200589&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312014000200014>.

BRITO, J. C. *et al.* Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, v. 37, n. 126, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S030376572012000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Fev. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572012000200013>.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Tradução: Maria de Threza Redig de C. Barrocas e Luiz Octávio F. B. Leite. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, 307 p.

CARDOSO, V. M. L.; RIBEIRO, C. V. Entre travessias: a saúde dos docentes na expansão/interiorização do IFMA. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 24-35, Abr. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.1.23-36>.

CASSANDRE, M. A saúde de docentes de pós-graduação em universidades públicas: os danos causados pelas imposições do processo avaliativo. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 779-816, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482011000200013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 jun. 2018.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dec. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>.

CHAVES, V. L. J. Reforma do Estado e privatização da universidade pública brasileira: consequências sobre o trabalho docente. *In: SEMINÁRIO DA REDESTRADO*, 6, 2006. Disponível em: Acesso em 15 de junho de 2018.

CHAVES, V. L. J. A política de financiamento da educação superior no governo de Luis Inácio Lula da Silva e sua relação com a crise fiscal do Estado. *In: MERCADO, L. P. L.; CAVALCANTE, M. A. S. (orgs). Formação do pesquisador em Educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa.* Maceió: UFAL, 2007.p.162–192. Disponível em:https://books.google.com.br/books?id=Hdzf4v6qfxcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 15/10/2018.

CHAVES, V. L. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc. [online]**, vol. 31, n. 111, [cited 2020-08-23], pp. 481-500, 2010. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000200010&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200010>.

COUTINHO, M. C. *et al.* A greve como espaço de (re) significação do trabalho por servidores de uma universidade pública. *In:* WITTKE, T.; MELOGNO, P. (orgs.). **Producción de Subjetividad en la Organización del Trabajo**. Montevideo: Psicolibros, 2009, p. 210-222.

CORTEZ, P. A. *et al.* A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 25, n.1, p. 113-122, 2017.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez; 1992.

_____. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. *In:* CHANLAT, J. F. (org.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. **Conferências brasileiras – identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho**. São Paulo: Fundap, 1999.

_____. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. Subjetividade, trabalho e ação. **Prod.**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27- 34, Dec. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>

_____. A Psicodinâmica do Trabalho na pós-modernidade. *In:* MENDES, A. M.; LIMA, S. C. C.; FACAS, S. C. E. (orgs.). **Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2007. p. 13-26.

_____. **Trabalho, tecnologia e organização**: A avaliação do trabalho submetida à prova do real. 1 ed. São Paulo: Blucher, 2008.

_____. Entre o desespero e a esperança: como re-encantar o trabalho. Dossiê: Qual é o sentido do trabalho? **Revista CULT**, v. 139, n. 12, p. 49-53, 2009.

_____. **Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho**. *In:* LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs.). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz: Brasília: Paralelo 15, 2011.

_____. As psicologias das massas sob a perspectiva da clínica do trabalho. *In:* _____. **Trabalho Vivo. Trabalho e emancipação**. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: contribuição da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas; 1994.

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. **Suicídio e trabalho**: o que fazer? Brasília: Paralelo 15, 2010.

DELGADO, J. O. **Neoliberalismo y capitalismo académico**. Facultad de Economía de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2006,

DURHAM, E. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. 2003. (Documento de Trabalho, n. 3/03) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FILARDI, A. M. B. Desenvolvimento do Reuni: crítica à sua implantação e sua relação econômica. *In*: GOMEZ, C.; THEDIM. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 20, n. 43, p. 563-582, 2014.

FLEURY, A. R. D. **O Trabalho e a docência em uma instituição de ensino superior pública**: o caso dos professores de odontologia da Universidade Federal de Goiás. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2013.

FOUCAULT, M. O uso dos prazeres e as técnicas de si. *In*: MOTTA, M. B. (org). **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 192–217.

FREITAS, M. V. M. **As políticas da Capes e seus Impactos no Trabalho do Professor do Stricto Senso**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUC MG, 2009.

FROTA, G. B.; TEODÓSIO, A. S. S. Profissão docente, profissão decente?: Estratégias de professores frente ao sofrimento no trabalho em um ambiente de inovação pedagógica. Encontro da ANPAD – Em ANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

GUARANY, A. M. B. Trabalho docente, carreira doente: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes. **Revista Educação por Escrito – PUCRS**, v. 3, n. 1, Jul. 2012.

GUIMARÃES, A. R.; CHAVES, V. L. J. A intensificação do trabalho docente universitário: aceitações e resistências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 31, n. 3, p. 567-586, Jun. 2016. ISSN: 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/59914>>. Acesso em: 10 mar. 2019. doi:<https://doi.org/10.21573/vol31n32015.59914>

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HERMIDA, J. F. A Reforma Educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas Propostas, duas Concepções. *In*: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, 2012, João Pessoa. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. ISBN: 978-85-7745-551-5.

HOFFMANN, C. Psicodinâmica do Trabalho e riscos de adoecimento no magistério superior. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 91, p. 257-276, Dec. 2017. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142017000300257&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.3191019>.

LAGO, R. R.; CUNHA, B. S.; BORGES, M. F. S. O. Percepção do Trabalho Docente em uma Universidade da Região Norte do Brasil. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 429-450, Aug. 2015. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462015000200429&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Feb. 2019. Epub Apr 28, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sip00049>.

LANCMAN, S.; JARDIM, T. O impacto da organização do trabalho na saúde mental: um estudo em Psicodinâmica do Trabalho. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.15, n.2, p. 82-89, 2004. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i2p82-89>.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs.). **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

LAURELL, A. C. **Para La investigación sobre La salud de los trabajadores**. OPA; OMS, 1993. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjHtv78t4vUAhUEGZAKHWmdDNIQFggoMAA&url=http%3A%2F%2Firis.paho.org%2Fxmlui%2Fbitstream%2Fhandle%2F123456789%2F3293%2FPara%2520la%2520investigaci%25F3n%2520sobre%2520la%2520salud%2520de%2520los%2520trabajadores.pdf%3Fsequence%3D1&usg=AFQjCNfFYUKzMDBJ7vIRErQXoN-hBbiZgg&sig2=1q7jmwIW6bq5r4z9EXQmnQ>>

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de Produção e Saúde: Trabalho e Desgaste Operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LÉDA, D. B. **Trabalho docente no ensino superior: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do Estado do Maranhão**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LEHER, R. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**. 3 ed. Fev.1999.

LIMA, M. E. A Psicopatologia do trabalho. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 18, n. 2, p. 10-15, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000200003. Acesso em: 30 de mai. 2019.

LIMA, M. J. R. **Fernando Henrique e a Educação**: oito anos de governo, v. 1, n. 43, p. 1-19, 2002. Disponível em: Acesso em: 12 out. CEIC.

LIMA, M. L. Produção de conhecimento sobre a tríade saúde, trabalho e subjetividade. *In*: Gomes, M. C.; Machado, J. M. H.; Pena, P. G. L. (orgs). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2011.

LINHART, D. Modernisation et précarisation de la vie au travail. **Papeles del CEIC**, v. 1, n.43, p. 1-19, 2009.

MANCEBO, D. Trabalho docente na educação superior: problematizando a luta. *In*: DAL ROSSO, S. (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 69-88.

MANCEBO, D. Trabalho docente: subjetividade, sobre implicação e prazer. **Psicologia: Reflexão & Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 77-83, 2007.

COUTINHO, M. C.; MAGRO, M. L. P. D.; BUDDE, C. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 154-167, Ago. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872011000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 ago. 2019.

MARTINS, J. T. **O cotidiano acadêmico de enfermeiras docentes da Universidade Estadual de Londrina – PR**: um estudo sobre sentimentos de prazer e sofrimento frente à implementação de uma mudança curricular radical. 2002. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Fundamental) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002. Doi:10.11606/D.222002.tde-07032003-144240. Acesso em: 11 set. 2019.

MARTINS, S. R. A clínica do trabalho. **Coleção Clínica Psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

MARTINS, S. R. Intervenções em grupo na clínica do trabalho: uma experiência anunciada em sonho. *In*: MENDES, A, M; MERLO, A, R. C., MORRONE, C, F.; FACAS, E, P. (orgs.). Curitiba: Juruá, 2010, p. 348-363

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEDEIROS, S. N.; MARTINS, S. R.; MENDES, A. M. Sofrimento e defesa: análise Psicodinâmica do Trabalho de monitoramento aéreo de trânsito. **Trivium**, Rio de Janeiro, 9, n. 1, p.74-90, Jun. 2017. Available from: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217648912017000100008&lng=en&nrm=iso>. Access on: 10 jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2017v1p.74>.

- MENDES, A. M. (org.). **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método, pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- MENDES, A. M.; COSTA, V. P.; BARROS, P. C. R. Estratégias de enfrentamento do sofrimento no trabalho bancário. **Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 59-73, 2003.
- MENDES, A. M.; DUARTE, F. S. Mobilização subjetiva. *In*: VIEIRA, F. O; MENDES, A. M; MERLO, A. R. C. (eds.). **Dicionário crítico de gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 259-262.
- MENDES, A. M.; MORRONE, C. F. Trajetória teórica e pesquisas brasileiras sobre prazer e sofrimento no trabalho. *In*: MENDES, A. M; MERLO, A. R. C; MORRONE, C. F; FACAS, E. (orgs.). **Psicodinâmica e clínica do trabalho**: temas, interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá, 2012, p. 29-52.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C.; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto -enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072008000400018&lng=en&nrm=iso>. Access on: 15 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>.
- MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, v. 25, n. 341, 1991.
- MENEZES, A. M. **O Professor entre a luta e o luto – da paideia ao pandemônio**: um estudo de caso sobre a precarização e o sofrimento psíquico do docente em uma instituição de ensino superior em Salvador. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- MERLO, A. Psicodinâmica do Trabalho. *In*: JACQUES, M. G.; CODO, W. (orgs.). **Saúde mental & trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 130-142.
- MERLO, A. R. C; MENDES, A. M. Perspectivas do uso da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 141- 156, 2009.
- MERLO, A. R. C.; MORRONE, C. F.; FACAS, E.P. **Psicodinâmica e clínica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2010, p.53-60.
- MERLO, A. R. C.; TRAESEL, E. S.; BAIERLE, T. C. Trabalho imaterial e contemporaneidade: um estudo na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 63, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672011000300010&lng=pt&nrm=iso. acessos em 23 mar. 2014.
- MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. T. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, v.13(supl. 2), p. 21-32, 1997.

MOLINIER, P. Psicodinâmica do Trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar 1988-2002. **Rev. Prod.**, v. 14, n. 3, p. 14-26, 2004.

_____. Les enjeux psychiques du travail. Paris: Payot, 2006.

_____. **O trabalho e a psique**. Uma introdução à Psicodinâmica do Trabalho. São Paulo: Paralelo 15, 2013.

MOREIRA, D. A. Prazer e sofrimento de docentes e discentes na Pós-Graduação stricto sensu em Enfermagem. 2018. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2018.

MOROSINI, M. C. O ensino superior no Brasil. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil. – vol. III: século XX. – Petrópolis: Vozes, 2005.

NARDI, H. C. **Saúde, trabalho e discurso médico**: a relação médico-paciente e o conflito capital-trabalho. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

ODDONE, I. *et al.* **Ambiente de trabalho - a luta dos trabalhadores pela saúde**. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, A. S. D.; PEREIRA, M. S.; LIMA, L. M. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 609-619, Dec. 2017. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572017000300609&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-353920170213111132>.

PEREZ, K.V. “**Se eu tirar o trabalho, sobra um cantinho que a gente foi deixando ali**”: clínica da Psicodinâmica do Trabalho na atividade de docentes do ensino superior privado. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PINA, J. A.; STOTZ, E. N. Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, v. 39, n. 130, p. 150-160, Dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S030376572014000200150&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0303-7657000074913>.

PINHEIRO, F. P. H. *et al.* Clínica da Atividade: conceitos e fundamentos teóricos. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 110-124, Dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672016000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 mar. 2019.

RAMMINGER, T.; NARDI, H. C. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Interface (Botucatu)**., Botucatu, v. 12, n. 25, p. 339-346, Jun. 2008. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832008000200009&lng=en&nrm=iso>. Access on: 25 feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832008000200009>.

RANIERI, N. B. S. **Educação superior, direito e Estado na Lei de Diretrizes e Bases**. São Paulo: Edusp, 2000.

RATES, A. C. F.; LEDA, D. B. As vivências de prazer e sofrimento no trabalho de professores substitutos de uma universidade federal. **Rev. Trab. (en)cena**, v. 3, n. 3, p. 34- 57, 2018. Doi: <https://doi.org/10.20873/2526-1487V3N3P34>.

REIS, K. D. **A lógica gerencialista e a saúde mental do servidor público de uma instituição de ensino superior**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Universidade Federal de Goiás, 2016.

ROCHA, L. F. S. **Estudo sobre os efeitos do processo de expansão da IFMA no trabalho e na saúde de seus docentes**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

ROSA, R. N. Integração capitalista: da trituração do trabalho à desumanização do ensino. 2003. Disponível em: <http://resistir.infoAcesso/>. Acesso em: mar. 2019.

RUZA, F. M. **Trabalho e subjetividade do professor da pós-graduação da UNESP : o sentido do trabalho e as relações entre sofrimento e prazer**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2017.

RUZZENENTI, M. A experiência no movimento sindical italiano na luta pela saúde dos trabalhadores. **Caderno da CUT Jurídico e Relações Sindicais**, São Paulo, n. 4, p. 44-47, 1990.

SANT'ANNA, J. G. F. C. **A Psicodinâmica do Trabalho de professores de ensino superior de enfermagem de Natal/RN**. 2014. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, M. R. S.; ALMEIDA H. S. Trabalho Docente, Políticas Universitárias e Capitalismo Acadêmico no Brasil. **Pesquisa**, Belo Horizonte (UFMG), 2012.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SGUISSARDI, V. O desafio da educação superior no Brasil: quais as perspectivas? *In*: SGUISSARDI, V. (org.). **Educação Superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã Editora, 2000.

_____. Produtivismo acadêmico. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A.; VIEIRA, L. (orgs.). **Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2010. p. 22.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. (2009) Formas e razões para a expansão da educação superior brasileira. *In*: MANCEBO, D.; SILVA, J. J. R. (orgs.). **Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. (no prelo).

SILVA, I. G. **Democracia e participação na “reforma” do estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, K. **Assédio moral e sofrimento no trabalho de professores universitários em Manaus**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade do Amazonas, Manaus. 2016.

SILVA, S. L. **“A GENTE TÁ SEMPRE COM A GUILHOTINA NO PESCOÇO”**: Precarização e violência no trabalho docente sob o olhar da clínica Psicodinâmica do Trabalho. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2017.

SIQUEIRA, A. B. **Sofrimento, processos de adoecimento e prazer no trabalho**: as estratégias desenvolvidas pelos docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco na (re)conquista da sua saúde. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SIQUEIRA, A. C. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. *In*: NEVES, L. M. W. **Reforma universitária do Governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004. p. 50.

SISTO, C. V. Flexibilización laboral de la docencia universitaria y la gest(ac)ión de la universidad sin órganos. *In*: GENTILI, P; LEVY, B. (orgs.). *Espacio público y privatización del conocimiento*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 523-574.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. **Academic capitalism**: Politics, policies, and the entrepreneurial university. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. **Academic capitalism**: Markets State & Higher Education. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

SOARES, M S. A. (coord.). **A Educação Superior no Brasil**. CAPES, 2002.

SOUTO, B. L. C. **A Dicotômica relação de prazer e sofrimento no trabalho do docente de pós graduação em universidade pública**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SOUZA, K. R. *et al.* A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 3667-3676, Nov. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017021103667&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320172211.01192016>.

TAVARES, M. A. Trabalho docente na universidade pública: uma reflexão sobre o produtivismo acadêmico na contemporaneidade. **Argumentum**, Vitória, vol. 3, n. 1, pp. 238-250, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547532017>.

TUNDIS, A. G. O. *et al.* ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO NO TRABALHO DOCENTE: UM ESTUDO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA AMAZÔNIA. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e172435, 2018. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982018000100163&lng=en&nrm=iso>. Access on: 09 nov. 2019. Epub Aug 20, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698172435>.

VILELA, E. F.; GARCIA, F. C.; VIEIRA, A. Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública. **REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 517-540, Aug. 2013. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112013000200010&lng=en&nrm=iso>. Access on: 04 aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-23112013000200010>.

VIEIRA, E. P.; OLIVEIRA, J. M. S. *As condições do trabalho docente no ensino superior no contexto das reformas educacionais*: impactos na realidade bahiana – a UESC em questão. 2007. Projeto de pesquisa – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.